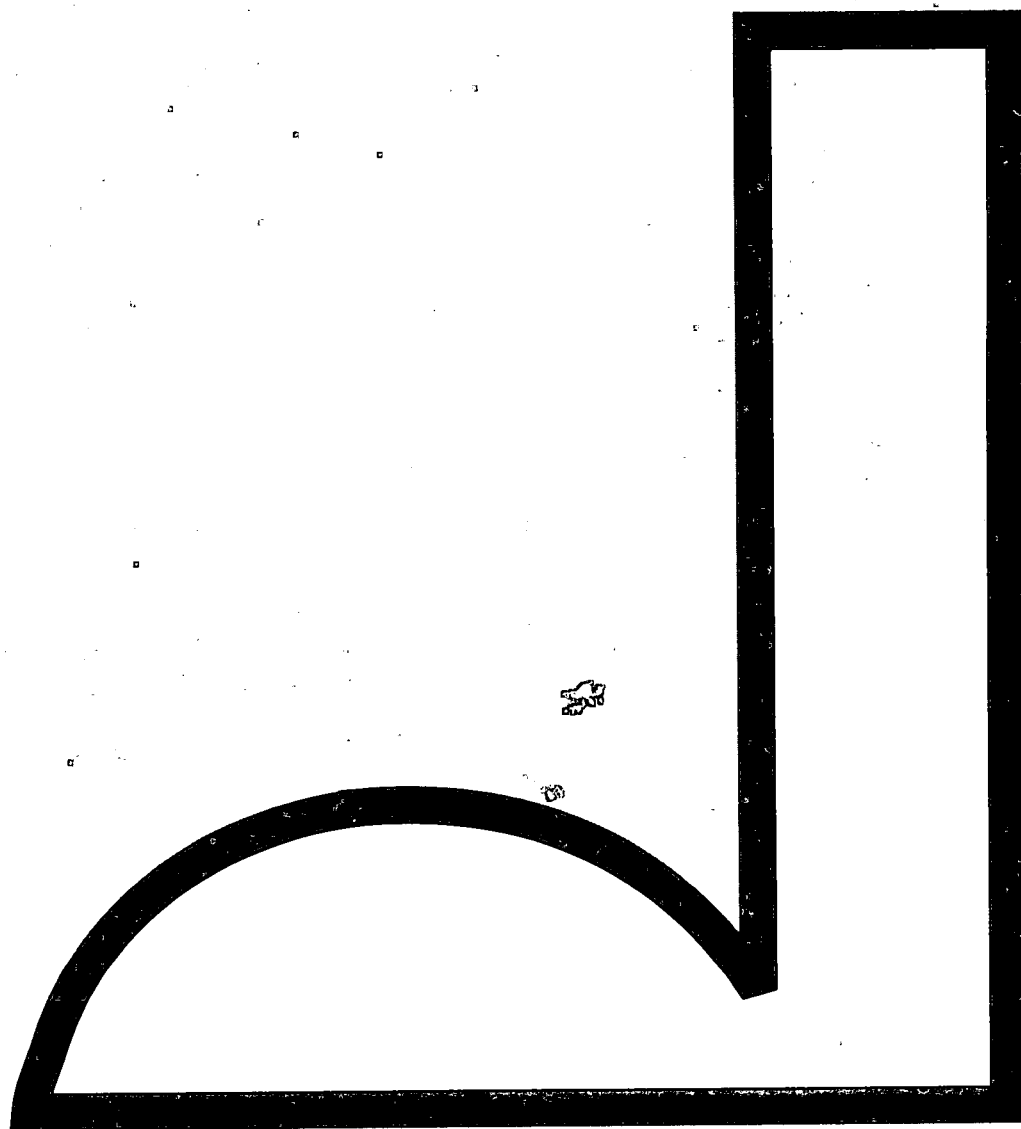


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 049

TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 1999

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
Presidente <i>Antônio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Vago</i> <i>Emília Fernandes – Bloco – RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder - <i>Romeu Tuma</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda</i> <i>Ramez Tebet</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14 Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 16 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 3 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudsonor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE ABRIL DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 133, de 1999, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando que se submeta à Mesa Diretora a proposta de homenagem ao Senador Ruy Carneiro, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, como parte da série da coleção **Grandes Vultos que Honraram o Senado**. À Mesa para decisão. 07261

Nº 134, de 1999, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando que se submeta à Mesa Diretora a proposta de homenagear o Senador Humberto Lucena, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, como parte da série da coleção **Grandes Vultos que Honraram o Senado**. À Mesa para decisão. 07261

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 28, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora. 07262

Recebimento do Aviso nº 49/99, de 3 de fevereiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o seu Relatório das Atividades, referente ao 3º trimestre de 1998. À Comissão de Fiscalização e Controle. (**Diversos nº 21, de 1999**). 07262

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR **TIÃO VIANA** – Reflexões sobre o tema do controle da natalidade em nosso País. 07262

SENADOR **LEOMAR QUINTANILHA** – Proposta de realização de seminário na Comissão de Assuntos Sociais, destinado a discutir os avanços e riscos da manipulação genética. 07266

SENADOR **JOSÉ JORGE** – Aspectos positivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, em seu primeiro ano. 07268

SENADOR **ROBERTO REQUIÃO** – Justificativas para a apresentação de proposta de emenda constitucional, que possibilita ao STJ a iniciativa de lei para a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar crimes financeiros. 07273

SENADOR **GILVAM BORGES** – Regozijo com o anúncio pelo Ministro Rafael Greca da construção de várias unidades de quadras poliesportivas em todos os estados da Federação e do grande projeto do Mundialito. 07274

SENADOR **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Expectativa de que a CPI do Sistema Financeiro Nacional fique sob a competência do Senado Federal. Apoio à proposta de uma nova divisão territorial no Brasil, sugerida pelo grupo de governadores denominado Comissão de Desenvolvimento e Emprego. 07274

SENADOR **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Razões que levaram S. Exa. a apoiar a criação das CPI do Judiciário e do Sistema Financeiro. Justificativas para a apresentação de requerimento visando à criação de uma comissão temporária destinada a realizar estudos e propor a reforma tributária. 07278

SENADOR **JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Comentários ao pronunciamento do Senador José Roberto Arruda. Preocupações com o processo de privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF. 07283

SENADORA **MARINA SILVA**, como Líder – Indignação com a devastação da Amazônia, a propósito da excelente matéria da revista **Veja** desta semana, intitulada "O massacre da moto-serra". 07287

SENADOR **RAMEZ TEBET** – Defesa da reforma tributária. Agravamento da situação dos agricultores do Centro-Oeste com a adoção da medida provisória que substituiu a TJLP pelo Índice Geral de Preços, no cálculo dos juros dos empréstimos por eles contraídos. Apelo ao Poder Executivo para que baixe os juros em benefício do setor produtivo nacional. 07288

SENADOR **LÚCIO ALCÂNTARA** – Análise de artigo publicado na **Folha de S.Paulo** do dia 28 de março passado, sob o título "Problemas

sociais vêm diminuindo no Brasil". Expressiva doação ao Museu Imperial de Petrópolis, pelo empresário Paulo Geyer e sua esposa.

07293

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Abordagem sobre o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, da CNBB, "Sem trabalho – por quê?"

07296

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Felicitações ao povo de Diamantina – MG, pela eleição à condição de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco.

07299

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 34, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os artigos 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário. À publicação.

07303

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1999, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.

07304

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 34, de 1999, lido anteriormente.

07306

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Requerimento nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando ao Ministro da Educação as informações que menciona. À Mesa para decisão.

07306

Requerimento nº 136, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, solicitando a criação de uma Comissão Temporária, composta de 11 titulares e 7 suplentes, para, no prazo de noventa dias, realizar estudos e apresentar Proposta de Reforma Tributária. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportuna-mente.

07307

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MAURO MIRANDA – Participação de S. Exa. no 1º Seminário de Desenvolvimento Municipal, realizado em Goiânia – GO, no dia 5 de março próximo passado.

07307

SENADOR PAULO HARTUNG – Relevância para o País da reforma do Estado

concomitantemente com a estabilização econômica.

07308

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de Sessão Deliberativa Ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

07309

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 5-4-99

3 – EMENDAS

Oferecidas à Medida Provisória nº 1.789-3, de 1999.

07310

4 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA

1ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 1999.

07313

5 – ATOS DO PRESIDENTE

Nº 79, de 1999, referente ao ex-Senador Elcio Alvares.

07314

Nº 80, de 1999, referente ao ex-Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

07315

Nº 81, de 1999, referente ao Servidor Nerione Nunes Cardoso Júnior.

07316

Nº 82, de 1999, referente ao Servidor José Paulo Botelho Cobucci.

07317

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.196, de 1999, referente ao servidor Pedro Rocha Fortes.

07318

Nº 1.197, de 1999, referente ao servidor Olier Garcia de Almeida.

07319

Nº 1.198, de 1999, referente à servidora Elizabete Veil da Costa.

07320

Nº 1.199, de 1999, referente ao servidor Eymard de Almeida Mousinho.

07321

Nº 1.200 e 1.201, de 1999.

07322

Nº 1.202, de 1999, referente à servidora Sirley Conde de Figueiredo Cima.

07324

Nº 1.203, de 1999, referente à servidora Patrícia Araújo da Cunha.

07325

Nº 1.204, de 1999, referente ao servidor Luiz Eduardo da Silva Tostes.

07326

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 27ª Sessão Não Deliberativa em 5 de abril de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Ademir Andrade
Nabor Júnior, Lúdio Coelho e Amir Lando*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 133, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e com fundamento no disposto no § 1º do art. 1º e no art. 2º, *caput* e parágrafos, da Resolução nº 84, de 1996, requeiro a Vossa Excelência submeta à Mesa Diretora a proposta de Homenagem ao Senador Ruy Carneiro, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, como parte da série da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.

Justificação

A coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado" foi instituída no âmbito desta Casa Legislativa para fim de homenagear ex-senadores que se destacaram pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, em especial, do Poder Legislativo.

A obra administrativa e parlamentar de Ruy Carneiro, tantas vezes decantada em praça pública, pela imprensa e, sobretudo, nesta Casa Legislativa, já se encontra, é certo, incorporada à História da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Entretanto, este Parlamento tem uma dívida com a sua insígne figura humana e política.

Homem que fez de sua vida política sacerdócio, com mais de quarenta anos de serviços dedicados à causa pública, a qual serviu com grande devotamento, grandeza de caráter e fidelidade aos mais puros princípios democráticos, características essas que retratam apenas uma pequena parcela de sua imensa expressão humana, muito enriqueceu a Alta Assembléia do Legislativo Federal.

Ruy Carneiro prestou relevantes serviços ao seu Estado, ao seu povo e à Nação brasileira, forjando com a sua honradez grande página na vida política nacional, na qual a sua imagem está estampada como exemplo exponencial a ser seguido pelas gerações vindouras. Não só foi o grande líder paraibano, mas o grande representante de sua região. Ninguém defendeu com mais apego o Nordeste brasileiro.

O nobre e saudoso Senador, cuja atuação marcou este Senado durante quatro mandatos consecutivos, foi um dos mais ilustres, mais dignos, mais capazes e respeitáveis membros do Senado da República, o qual estava sempre preocupado com o decoro e o bom funcionamento da Casa durante sua invejável trajetória política.

Enaltecer a figura desse grande homem público é tributo que se impõe hoje a nós senadores. Render-lhe essa justa homenagem é reverenciar e preservar o exemplo deixado por esse notável cidadão, cujas virtudes sejam incorporadas à nossa cultura, servindo, destarte, como paradigma para nossos jovens e gerações futuras.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1999 – Senador **Ronaldo Cunha Lima**.

(À mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 134, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e com fundamento no disposto no § 1º do art. 1º e no art. 2º, *caput* e parágrafos, da Resolução nº 84, de 1996, requeiro a Vossa Excelência submeta à Mesa Diretora a proposta de homenagem ao Senador Humberto Lucena, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, ainda neste ano, como parte da série da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.

Justificação

A coleção "Grandes Vultos que honraram o Senado" foi instituída no âmbito desta Casa Legislativa para o fim de homenagear ex-senadores que se destacaram pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, em especial, do Poder Legislativo.

Esse homem, que dedicou a maior parte de sua vida à atividade parlamentar, exercendo por mais de 43 (quarenta e três) anos mandatos parlamentares, como Vossa Excelência bem manifestou, "é afeito ao Legislativo e fará falta ao Congresso Brasileiro". Exemplo de caráter, probidade e espírito público, o Senador Humberto Lucena é referencial para todos os políticos brasileiros. Defensor intransigente das liberdades e do regime democrático, teve a sua trajetória marcada pela serenidade, moderação e firmeza nas suas posições.

Ao longo de mais de quatro décadas, foi um dos maiores paladinos da normalização político-institucional, buscando sempre a composição das tendências antagônicas em nome do fortalecimento do Poder Legislativo. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 lutou ardorosamente pela manutenção da estrutura bicameral em nosso Parlamento.

Por todas essas qualidades, foi consagrado nas urnas do seu Estado da Paraíba para o exercício de dois mandatos de Deputado Estadual, quatro de Deputado Federal e três de Senador da República, sendo que, num dos períodos mais importantes da história recente da política brasileira, foi conduzido por duas ocasiões ao posto de comandante maior do Congresso Brasileiro, quando ocupou o cargo de Presidente do Senado Federal, período em que se realizou a Assembléia Nacional Constituinte 1987/88 e a Revisão Constitucional 1993/94 respectivamente exercendo-o sempre com muita competência e honestidade.

O Senador Humberto Lucena sempre pautou a sua vida e sua carreira política no desejo de servir ao seu estado e ao nosso País, pois esteve sempre voltado para o seu povo, suas raízes e para as grandes questões nacionais. Talvez seja ele um dos últimos remanescentes do velho estilo de fazer política, no qual a busca do consenso era uma das suas maiores características.

Humberto Lucena é indubitavelmente parte integrante da história desta Casa, a qual ele sempre honrou renunciando muitas vezes a sua própria vida pessoal. E assim sendo, justo é o agradecimento e a homenagem que busca imortalizar a memória do grande líder político, que se fez personalidade marcante na história política e parlamentar de nosso País.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1999. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os requerimentos lidos vão à Mesa para decisão, nos termos do § 1º do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, quarta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 28, de 1999, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Aviso nº 49/99, de 3 de fevereiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o seu Relatório das Atividades, referente ao 3º Trimestre de 1998. **(Diversos nº 21, de 1999)**

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra o Sr. Senador Tião Viana, por 20 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reporto-me, neste momento, a um assunto que já foi extensivamente debatido no plenário desta Casa e motivo inclusive de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Trata-se do problema de controle populacional ou controle da natalidade, como alguns dizem, ou planejamento familiar.

É um assunto de tal importância para o nosso País, de tal dimensão, de interesse nacional e até transnacional, que acredito ser oportuna a existência de um debate atualizado e reflexivo.

Nos anos 50, a taxa de crescimento populacional no Brasil situava-se em torno de 3%. Hoje, estamos num impasse, pois no ano 2020 essa taxa de crescimento será zero, sendo que hoje, às vésperas do ano 2000, as crianças entre 5 e 10 anos já representam um quantitativo maior do que as crianças entre zero e cinco anos.

A situação é delicada. Há um rígido controle de natalidade em nosso País; um controle informal, é bom que se diga, que não é fruto de uma política verticalizada, definida, uma política controladora do Governo brasileiro, mas que está instalada.

Hoje, 74% das pessoas que utilizaram ou utilizam método contraceptivo em São Paulo e Rio de Janeiro são vítimas de ligadura de trompa ou laqueadura de trompa, como chamam muitos. Na Região Centro-Oeste, mais de 65% da população utiliza-se, como método de controle de natalidade, da laqueadura de trompa. A Região Norte supera a Su-

deste, em termos de intervenção, por um procedimento nitidamente invasivo, de ordem cirúrgica, que é a laqueadura de trompa, e não se discutiu ainda, em profundidade, neste País, as razões pelas quais isso tem ocorrido.

Esse assunto não é novo e tem sido debatido em conferências nacionais e internacionais. Há, em nosso País, organizações não-governamentais agindo de modo decisivo em relação ao planejamento familiar e controle da natalidade. Os dados numéricos sobre essa situação dão conta que 25% do total de mulheres no mundo já sofreram esterilização por meio da ligadura de trompa; em vinte países do Terceiro Mundo, 95% das mulheres usaram o método de laqueadura de trompa. O Brasil está em 8º lugar entre os países do mundo que se utilizam desse método com mais frequência.

Países como Holanda e Japão, que têm uma densidade populacional de mais de 300 habitantes por km², não deram prioridade a um plano de controle rígido da natalidade, de uma política controladora, porque consideram fundamental o desenvolvimento econômico e social de suas regiões.

Na Amazônia, que possui uma densidade populacional de menos de 2 habitantes por km², uma média geral de menos de 16 habitantes por km², há um rígido sistema de intervenção cirúrgica, pelo processo da laqueadura de trompas, em mulheres jovens, especialmente entre 15 e 54 anos de idade.

O Jornal Nacional, no último sábado, noticiou, de forma muito clara, que 750 mil mulheres – segundo o Ministério da Saúde, por meio de informações recebidas pelo Sistema Único de Saúde – submeteram-se ao parto normal, mostrando a presença paralela de uma situação de grande reprodução em nosso País. Quando essas mulheres, jovens ainda, têm uma opção de escolher um anticoncepcivo definitivo, optam por uma intervenção cirúrgica, que é a laqueadura de trompas.

Essa situação precisa ser revista. Conferências internacionais trataram deste problema de modo muito claro. Posso citar aqui a Conferência do Cairo e algumas outras conferências internacionais, além de termos, em nosso País, um entidade que faz um trabalho definido, objetivo e claro em relação a isso, a Bemfam, que se preocupa com o bem-estar da família. Trata-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que trabalha de modo restrito na área de saúde sexual e reprodução, atuando basicamente em duas grandes frentes: a do planejamento familiar, que consiste em informar e educar a população sobre todos os métodos contra-

ceptivos; adotando decisões caso o método escolhido seja reversível e dando toda a infra-estrutura às mulheres. Sua atuação cobre, atualmente, 33% da população brasileira. Em termos de influência com relação a métodos de reprodução ou de controle da natalidade é uma instituição que possui mais de 1.200 funcionários em seu perfil, com um conjunto de influência nas regiões de nosso País. Atua também em outros países do Terceiro Mundo, de modo marcante na Bolívia.

É preciso considerar alguns pontos fundamentais. A Bemfam adota como regra a intervenção para a educação sexual, sobre o sistema reprodutivo da mulher, dando-lhes condições para os instrumentos de reprodução. Em relação ao aborto, que é um assunto sempre polêmico em nosso País e envolve questões de ordem religiosa e ordem moral, a entidade assume a seguinte posição: por ser ilegal é desaconselhável, sobretudo por meio de programas educativos que visam esclarecer detalhes, o que sucede com a mãe e a criança. A instituição não fornece, em hipótese alguma, informações sobre clínicas e profissionais que o praticam, também não se manifesta deliberadamente contra. É uma situação delicada em nosso País. O Brasil tem tentado manifestar-se ao longo de sua história, desde a CPI que tratou do controle da natalidade, em 1983, tendo uma posição não-controladora da sua população em relação à reprodução, em relação à natalidade. Mas ao mesmo tempo vemos que hoje o Sistema Único de Saúde legaliza, reconhece e aplica a reposição de pagamento para quem pratica a laqueadura de trompas, especificando que deve ser feita em mulheres que apresentem condições específicas do ponto de vista clínico como hipertensão grave, doenças renais, cardíacas ou outras doenças orgânicas ou psíquicas que levariam a uma indicação formal desse tipo de cirurgia.

O Brasil está em 8º lugar no uso de métodos anticoncepcivos; abre mão de princípios baratos, naturais e métodos extremamente viáveis e seguros de controle de natalidade. Não se entende por que depois da esterilização por meio cirúrgico o nosso País adota anticoncepcivos orais e não utiliza o instrumento da informação para as nossas mulheres. A Igreja Católica sofre e paga um preço alto porque defende métodos naturais, e só 4% da comunidade católica tem feito uso desse tipo de métodos, o restante utiliza métodos anticoncepcivos artificiais: químicos, físicos ou mesmo a laqueadura de trompas, que é o método cirúrgico mais invasivo. Questiona-se por que isso está acontecendo.

Setores da Igreja colocam claramente que é fruto da ignorância, é a falta de uma política de informação sobre a reprodução da mulher que lhe permita a determinação de escolher livre e soberanamente, no seio de sua família, qual a melhor alternativa para preservar o quantitativo da sua família e a necessidade de um tempo entre um filho e outro, para que se permita o planejamento familiar ideal.

O pensamento da Igreja Católica é de que deveria haver neste País o princípio e o direito preservados da reprodução e do planejamento familiar livre, como instrumento apenas da família, sem influência do Estado, sem que essa seja motivada por aspectos éticos, sócio-econômicos e políticos que venham a intervir na formação da família brasileira. Entretanto, não é o que ocorre. Há um método invasivo claramente colocado e há um método que fere princípios do respeito, da legitimidade da informação e do direito à informação livre no nosso País.

Lembro o Plenário que esse não é um assunto novo; tem raízes de formação, de discussão de grupos organizados que trazem até pensamentos como a teoria neomaltusiana, hoje condenada e desmoralizada do ponto de vista científico, que dizia que a população do Planeta estava crescendo em ritmo geométrico, enquanto a produção de alimentos crescia em ritmo aritmético. Por isso havia a necessidade de um controle rígido das famílias do mundo inteiro, porque não haveria distribuição de alimentos adequada à necessidade da população. Essa teoria foi derrubada. Nosso País não tem superpopulação e não tem uma população distribuída adequadamente do ponto de vista regional ou geográfico. Parece-me que o Brasil está sofrendo uma influência clara de que a população é hoje uma barreira ao desenvolvimento humano, já que está envolvida com a força de trabalho assalariada, o que se torna um impasse do ponto de vista econômico. Havendo impasse do ponto de vista sócio-econômico, de mão-de-obra, de desempregados e de pessoas envelhecendo em nosso País, há um problema com a Previdência Social e, portanto, é oportuna a presença da tese antiga de controle da natalidade como instrumento organizado de diminuição da população e não como instrumento democrático da informação e de um livre planejamento de famílias quanto ao número ideal de seus membros.

Acredito que o nosso País precisa rever o que está acontecendo. O que iremos fazer a partir do ano 2020, quando a nossa população tiver um crescimento zero? Isso interessa ao nosso País? Hoje, a Alemanha e outros países europeus já decidiram

que não interessa. Tem de haver uma política de incentivo ao aumento da população. Países como o Japão e a Holanda têm 300 habitantes por quilômetro quadrado e esse não é o problema de desenvolvimento humano nesses países.

Então, o que está acontecendo com o Terceiro Mundo, que representa 50,1% da população do Planeta, e que está submetido a um rígido controle de intervenção na família, determinado de modo muito específico por uma intervenção cirúrgica cara? Esse método, além ser caro, agressivo e invasivo para a mulher, se faz acompanhar de um método mais moderno, que é a chamada labaroscopia, com controle e laqueadura de trompas para a mulher. Esse método já utiliza o computador, a imagem direta e se torna ainda mais sofisticado em nosso País. Na Índia, um só serviço, hoje, responde por 500 intervenções por labaroscopia por dia.

O nosso País está entrando em uma fase complicada em relação a esse problema. Há que se perguntar, como muitos médicos brasileiros se têm perguntado, qual a consequência orgânica para a mulher, que poderia utilizar um método contraceptivo natural, mas que forçosamente, por falta de uma discussão clara no País, por falta de uma decisão clara das autoridades brasileiras, usa um método caro, sujeitando-se muitas vezes ao que ocorre na Região Norte do nosso País. Lá, de onde eu venho, na época de eleições, as mulheres dizem: "chegou a hora de eu dar o meu voto, mas para isso vou conseguir a cirurgia para fazer a minha ligadura de trompa".

O País está trocando o direito de constituir e planejar família sem a subordinação aos aspectos econômicos, sociais e políticos, ao livre arbítrio, para sujeitar-se a uma política de intervenção clara, rígida e agressiva à saúde da mulher. Esse assunto tem de ser mais considerado pelas autoridades brasileiras. O Ministério da Saúde tem muita responsabilidade em relação a esse tema. O Ministério da Educação não pode mais adiar uma política que determine que a criança pré-púbere, a partir de 12 anos de idade, tenha o direito de informação nas escolas, na família, de debates bem definidos para orientá-la sobre a reprodução humana, as opções de mecanismos de procriação.

Não é possível, Sr. Presidente, este País apresentar 750 mil partos/ano de mulheres na faixa etária de 14 a 20 anos, como foi noticiado recentemente. Não podemos permitir a troca da possibilidade da informação como instrumento científico, educativo e cultural por um método invasivo e tão agressivo que se torna basicamente único no nosso País, como a

laqueadura de trompa, que representa 74% dos casos de decisão de não-procriação pelas mulheres brasileiras. Está faltando democratizar a informação sobre a reprodução humana no Brasil e criar instrumentos livres para que as famílias se constituam, submetidas à formação e à influência de ordem filosófica, religiosa, de princípios, de livre convívio no meio da sociedade.

Não entendo por que falar em rígido controle de natalidade na Região Amazônica, onde, como sabemos, há apenas 1,6 habitante por quilômetro quadrado. Também sabemos que mais de 60% das mulheres de algumas regiões da Amazônia são submetidas à intervenção cirúrgica para laqueadura de trompas, quando poderiam optar por métodos naturais, que têm a mesma segurança e que não trariam qualquer dano à organização familiar, muito menos à saúde.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Exª concede-me um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Tião Viana, o discurso de V. Exª é irretocável. Muitos anos atrás, quando eu era Deputado Federal e Vice-Líder da Oposição, fiz uma denúncia e mostrei que havia um processo em marcha de esterilização da mulher na Região Norte. O tempo passa e vejo com profunda alegria que essa bandeira continua desfraldada, desta vez nas mãos de um médico, portanto, com a responsabilidade de alguém que não só fala do drama, mas que aponta um caminho e indica soluções. O que todos nós queremos, e V. Exª diz com muita propriedade, é um planejamento familiar, mas esse é um caminho muito longo e muito distante da laqueadura. E, o que é mais grave, não se dá o direito de optar a essa pobre, que corre com medo de ter mais um filho. Parece que é um castigo divino: quanto mais pobre, maior o número de filhos. Todavia, sabemos que isso decorre de profunda injustiça social. Vejo com muita alegria V. Exª na tribuna; só por isso ousei interrompê-lo. V. Exª não clama no vazio: tome a minha solidariedade, na medida em que ela lhe parecer confortável e oportuna.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Bernardo Cabral, agradeço-lhe o aparte, que muito me honra. V. Exª conhece a realidade dramática da Região Amazônica. Como médico, eminente Senador, fui forçado a denunciar que, em época de eleição, no meu Estado, jovens entre 14 e 20 anos de idade, dentro de maternidades públicas, faziam a fila da laqueadura de trompa, da castração feminina

em massa. Alguns políticos, para ganharem a eleição ou para se manterem no Poder, patrocinavam esse procedimento, sem respeito à mulher, ao sistema reprodutivo e à saúde de uma família. O que não entendo é por que nosso País tem deixado essa situação ocorrer de forma tão aleatória e tão pouco profunda; sem discutir o problema. A Igreja Católica e as demais tentam fazer sua parte quando dizem que os métodos naturais, que vão desde a tabela de Ogino e Knaus, até o método da temperatura basal, da ovulação e ao cinotérmico, são extremamente seguros. Estamos cansados de ver, quando nos dirigimos a um centro de saúde, a distribuição de anticoncepcional, que custa dinheiro. Seguramente, o termômetro é mais barato, seria doado apenas uma vez e resolveria o problema da mulher, desde que ela recebesse orientação para usá-lo. O anticoncepcional, por sua vez, é um recurso utilizado mensalmente e prejudica a saúde da mulher, porque provoca impregnação hormonal.

Sr. Presidente, o que se discute aqui é que não se deve determinar a laqueadura de trompa como a via principal do planejamento familiar em nosso País, mas que se permita à família brasileira ter o direito de informação sobre o seu sistema reprodutivo e sobre o planejamento adequado à sua família, baseado em liberdade de ordem religiosa e filosófica. O que não se pode admitir é que nos utilizemos do método mais caro para fazer o planejamento da família brasileira. É um direito do Governo discutir e estabelecer um planejamento familiar adequado, mas, acima de tudo, é de sua profunda responsabilidade tratar com mais seriedade esse assunto e permitir o direito de escolha do método ideal para a formação da família brasileira. Nosso problema não é a quantidade de população, mas a maneira como se trata a mulher, à qual é imposto determinado modo de organizar sua família, enquanto nem o homem nem o serviço de saúde são responsabilizados. A mulher, repito, tem apenas a intervenção cirúrgica como única alternativa.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. TIÃO VIEIRA (Bloco/PT – AC) – Ouço o aparte do nobre Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Gostaria que V. Exª me desculpasse se, por acaso, mencionar um assunto já tratado em seu discurso. Quando de suas últimas palavras, lembrei-me de destacar um fato: na legislatura passada aprovamos um projeto de autoria do Deputado Eduardo Jorge, do qual fui relator. O projeto sofreu algumas modificações

nesta Casa e, posteriormente, voltou à Câmara, foi aprovado e, depois, sancionado pelo Presidente da República, tornando-se lei. Baseado, justamente, na idéia de fazer com que o Governo tenha mais responsabilidade nesta questão, seja orientando as pessoas, os casais e as famílias, seja estabelecendo uma espécie de hierarquia de medidas a ser adotadas. A medida extrema seria a esterilização do homem ou da mulher pelas ligações dos deferentes ou das trompas, respectivamente. Isso tudo como medida extrema, pois seriam estabelecidos prazos e se exigiria a concordância dos dois. Assim, sustaria essa verdadeira farra de laqueadura que tem havido; processada, inclusive, em desacordo com o Código de Ética Médica e uma série de instrumentos que balizam o exercício profissional. V. Ex^a traz um tema importante. Seria o caso de, neste momento, fazer um pedido de informação para saber o que o Ministério fez depois dessa lei – o Senador Bernardo Cabral está a respaldar essa informação –, para saber se a lei produziu os efeitos, no meu modo de ver, altamente benéficos e justos que nela estavam embutidos. Parabéns V. Ex^a por esse pronunciamento, que trata de um assunto muito importante, até porque a queda da natalidade no Brasil foi uma das mais baixas do mundo e isso ocorreu com uma velocidade espantosa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte ao eminente Senador Lúcio Alcântara, que é uma autoridade na área de saúde pública neste País e tem manifestado grande preocupação com esse tema. Eu gostaria de dizer que, com orgulho, vou apresentar esse requerimento de pedido de informações. Será uma honra contar com a assinatura e dos eminentes Senadores Bernardo Cabral e Lúcio Alcântara.

Sr. Presidente, espero sinceramente que o nosso País pare de discutir as conseqüências, pois já tem instrumentos para não ficar lamentando os milhões de abortamentos que ocorrem todos os anos, as milhares de intervenções cirúrgicas desnecessárias em relação à mulher e as conseqüências dos métodos invasivos, artificiais, no controle da reprodução. Que o Ministro da Educação entenda que pode pôr no currículo escolar o assunto reprodução humana, de modo obrigatório para que se possa construir cidadania e dar às adolescentes um instrumento para se prepararem para o início da fase da vida sexual e não serem vítimas de agressões, distorções e muito menos causar danos a terceiros, como no caso de uma gravidez indesejada.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para concluir, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Tião Viana, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a, que, com a autoridade de médico, conhecedor da Região Amazônica e da Região Norte, traz um problema por demais importante. Olhando as estatísticas e os números trazidos por V. Ex^a, conhecedores que somos do problema da esterilização em massa, fica parecendo que o Brasil é um país que tem como falta grave para o desenvolvimento territórios a serem ocupados. O que falta, na verdade, é um projeto de nação, porque estamos realmente incentivando a esterilização em massa, com graves prejuízos para a mulher brasileira, jovens mães, que recorrem a isso como forma de escapar da miséria. V. Ex^a dá uma grande contribuição a esta Casa ao trazer, com muita coragem, esse tema à discussão, porque, afinal de contas, sabemos que é uma prática político-eleitoral a esterilização em massa, principalmente em vésperas de eleição. O tema é oportuno e por demais importante. Os nossos Estados padecem do mesmo mal: uma política de ocupação de imensas áreas que poderiam estar produzindo para o País. Portanto, parabéns-o por esse importante pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao ilustre Senador, fazendo minhas as suas palavras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por 20 minutos, ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a engenharia genética tem alcançado, notadamente nos últimos anos, avanços inestimáveis, trazendo ao conhecimento público, com destaque, aquilo que é considerado positivo para o desenvolvimento da humanidade. Veja-se, para tanto, o desenvolvimento dos transgênicos e também os mais diversos tipos de manipulação genética que ocorrem hoje no mundo inteiro.

Antes que saíssemos, sem um conhecimento mais aprofundado da questão, a propor um arcabouço de legislação contemporânea que atendessem aos avanços da Ciência e aos desejos da sociedade, propusemos, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a instalação de um seminário, Sr. Presidente, para o qual se pudessem convocar a esta Casa – efetivamente, o cenário dos debates dos grandes te-

mas nacionais – a comunidade científica brasileira a fim de discutir os avanços que a manipulação genética está a propiciar.

Contudo, Sr. Presidente, essa discussão não poderia ser trazida a público e abordada apenas sob o ponto de vista científico; necessário faz-se que o debate ocorra, paralelamente, segundo os aspectos ético e moral. Por essa razão, realizaremos, com a aprovação da Comissão e da Mesa desta Casa, provavelmente em junho, esse seminário, no qual pretendemos ouvir a comunidade científica brasileira, a sociedade civil organizada, as organizações não-governamentais. A respeito das manipulações genéticas de animais e vegetais, já bem conhecidas de todos, queremos também ouvir o posicionamento da Igreja, da OAB e do próprio Governo.

No Senado, foi precursor o atual Vice-Presidente da República, Marco Maciel, ao transformar em lei um projeto de sua autoria regulamentando a matéria. A idéia é, conhecendo a legislação existente e aquela que foi proposta por meio dos diversos projetos de lei que tramitam nesta Casa e na Câmara dos Deputados, à luz das sugestões que a discussão trará, reunirmos as diversas abordagens e prepararmos o arcabouço de uma legislação mais adequada, apropriada, moderna, a respeito de manipulação genética.

Veja, Sr. Presidente, ainda hoje o jornal trazia uma notícia trágica sobre a morte de uma criança de cinco anos em São Paulo, provocada por um cão da raça **rottweiler** - e esta, a exemplo do **pit bull** e até do fila brasileiro, é uma construção genética. Destarte, precisamos saber de que forma essa técnica pode efetivamente contribuir para a sociedade.

Sobre a soja transgênica, temos que suas consequências para o meio ambiente ainda não são conhecidas efetivamente; contudo, esta se revela, do ponto de vista econômico, de importância fundamental, sendo utilizada por vários países, como os Estados Unidos e a Argentina, embora se note uma certa resistência de parte da Comunidade Econômica Européia. Em que pese a essa resistência, Sr. Presidente, a soja transgênica já está sendo utilizada para o consumo humano quer na lecitina de soja, quer naquelas batatas fritas colocadas à disposição da população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato é que as manipulações genéticas, as construções genéticas estão saindo do plano efetivamente científico para granjear largos espaços no plano econômico. É preciso, pois, que discutamos a questão e procuremos balizar, com a legislação pertinente, os avanços

que a Ciência e Tecnologia estão alcançando e, assim, os recursos que, com a manipulação genética, esperam oferecer à sociedade e à humanidade.

Ouçõ com muito prazer o Senador Lúdio Coelho que havia solicitado o aparte.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Leomar Quintanilha, como sempre, o discurso de V. Ex^a é muito importante e objetivo. Os produtos transgênicos, que tantas discussões têm provocado nos mais diversos setores da sociedade brasileira, precisam ser efetivamente examinados com muito cuidado. V. Ex^a acabou de informar que os mesmos estão sendo utilizados em larga escala nos Estados Unidos. Como sou vizinho do Paraguai e da Argentina, posso aduzir ao seu pronunciamento que também naqueles países estão sendo utilizados em larga escala. Temos, assim, de ter cuidado com alguns preconceitos que podem nos relegar a um certo atraso tecnológico em relação às demais nações. De outra parte, em temas que não dizem respeito propriamente aos transgênicos, ainda que estejam na mesma linha de raciocínio, o que se tem é que, apesar de o Congresso Nacional haver aprovado a aplicação de estimulantes de crescimento na pecuária, até hoje o uso desses não foi regulamentado em função de resistências de áreas contrárias. Isso traz prejuízos significativos à pecuária brasileira. Felicito-o por estar propondo um assunto tão importante para a Nação brasileira.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Agradeço, nobre Senador Lúdio Coelho, a contribuição que V. Ex^a traz a esta discussão, a qual, entendendo, tomará conta do cenário nacional, já que a vocação da economia brasileira está centrada, basicamente, no setor primário, onde a agricultura e a pecuária têm destaque especial. E é, certamente, nesses dois setores que a Ciência tem avançado mais, procurando oferecer ao agricultor, por exemplo, alternativas que saem dos laboratórios para ganhar o campo, buscando a disputa no plano econômico.

Recentemente, a nobre Senadora Marina Silva, uma das estudiosas deste assunto, veio à tribuna desta Casa propor uma moratória quanto ao desenvolvimento e uso dos transgênicos. Diz a Senadora que apresentará um projeto de lei instituindo a moratória de produção e experiências com organismos transgenicamente modificados. S. Ex^a disse estar preocupada com os possíveis danos desses produtos sobre a saúde pública, o meio ambiente e os ecossistemas. Esta é mais uma razão, Sr. Presidente, para reforçar a necessidade da realização desse seminário, onde ouviremos os especialistas da área

e os diversos segmentos da sociedade, que terão os benefícios e, possivelmente, os prejuízos do uso desses produtos geneticamente modificados.

Era o que eu gostaria de registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa deseja dar conhecimento à Casa da visita que o Senado Federal recebe hoje de quatro Senadores norte-americanos, que já estiveram no Plenário e se encontram agora na Presidência. São os Senadores Tom Daschle (D-SD), Senador Harry Reid (D-NV), Senador Byron Dorgan (D-ND) e Senador Ben Nighthorse Campbell (R-CO).

Em nome do Senado Federal, dou as boas-vindas a esses visitantes, esperando que a sua visita sirva para um melhor conhecimento do trabalho do Congresso Nacional.

Continua a lista de oradores.

Tem a palavra o Sr. Senador José Jorge. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos completando o primeiro ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef. Claro que apenas um ano de vigência não oferece segurança para a adequada avaliação de um instrumento dessa natureza. Não obstante, por sua importância, pela intensidade da repercussão que promove dentro e fora da sala de aula, não podemos deixar de examinar sua trajetória, ainda que transcorrido tão breve espaço de tempo.

O Fundef foi criado pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. De forma simplificada, podemos defini-lo como um fundo de natureza contábil, que reúne 15% dos principais impostos e transferências de cada Estado e 15% das principais transferências dos Municípios, redistribuindo os recursos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes públicas estaduais e municipais de ensino fundamental. O Governo Federal obriga-se a fazer complementação quando o valor fica abaixo do mínimo fixado para o custo aluno/ano. Desse modo, o número de matrículas coletado anualmente pelo Censo Escolar é que determina o cálculo do coeficiente de redistribuição dos recursos.

Informa o Ministério da Educação que o Fundef, neste seu primeiro ano de funcionamento, movimentou 13,3 bilhões de reais. Desse montante, os Estados contribuíram com 8,6 bilhões, os Municípios

com 4,2 bilhões de reais, cabendo ao Governo Federal a complementação no valor de 524 milhões. O balanço feito pelo MEC aponta um ganho real de receita das redes municipais em 22,7 %, com destaque para o fato de que 2.159 municípios das regiões mais pobres do País – responsáveis pela educação de 8,2 milhões de alunos, o que equivale a mais de 66% do total de matrículas das redes municipais de ensino – foram os mais beneficiados.

Sabem todos que sempre fui ligado à área educacional. No caso específico do Fundef, tive a honra de, na Câmara dos Deputados, ter sido o Relator da matéria, propondo sua aprovação. Tinha, naquele momento, tanto como tenho agora, a plena convicção de que a educação básica – especialmente na etapa de escolaridade obrigatória, que é a do ensino fundamental – teria de ser a primeira entre todas as prioridades nacionais. Nesse sentido, integro o grupo dos que, homens públicos ou não, enxergam na educação o caminho natural para a construção de uma sociedade mais fraterna, mais identificada com as condições e as necessidades do momento histórico que vivemos e que não pode mais conviver com mecanismos perversos geradores da exclusão social.

Exatamente por assim pensar é que, desde o primeiro momento, apoiei a política praticada pelo Ministro Paulo Renato Souza, voltada para fazer do Ministério da Educação o órgão estimulador do grande esforço a ser empregado pelo conjunto da sociedade brasileira para a superação de nosso multissecular atraso no campo educacional. Muito mais que um organismo de execução, buscou-se fazer do MEC um centro de formulação de políticas públicas para a educação, incentivando a descentralização dos serviços, repassando recursos aos Estados, Municípios e diretamente às próprias escolas da rede pública, sem se descuidar do trabalho de articulação, de coordenação, de supervisão e, principalmente, da tão necessária avaliação de nosso sistema educacional.

Penso que a criação do Fundef subordina-se à tese segundo a qual não é possível imaginar-se a montagem e o bom funcionamento de um sistema público de educação sem a necessária contrapartida financeira, especialmente em um país como o nosso, em que todas as estatísticas são grandiosas, inclusive as que se referem a falhas e a problemas. Falando francamente: não se faz educação sem dinheiro.

Essa não é uma constatação de agora. Já na segunda metade do século passado, Tavares Bas-

tos publicava uma obra, *A Província*, hoje reconhecida como um dos clássicos da literatura política brasileira, em boa hora reeditada em fac-símile por esta Casa, em primorosa Coleção dirigida pelo Senador Lúcio Alcântara. Nesse livro, em que faz ardorosa defesa do federalismo, Tavares Bastos foi enfático: "Todos os esforços no sentido de combater a ignorância e a rudeza do povo estacam diante da questão financeira; porquanto é preciso convir nisto: não há sistema de instrução eficaz sem dispêndio de muito dinheiro."

Por isso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não tenho dúvida de que a Constituição de 1988 deu um passo importantíssimo ao definir que 25% dos impostos e transferências de Estados e Municípios e 18% da arrecadação federal fossem destinados à educação. Se é verdade que essa vinculação de recursos correspondeu a uma monumental vitória dos que acreditam na educação como motor do desenvolvimento e vital para a cidadania – grupo que teve no imortal Senador João Calmon sua mais emblemática figura –, não menos verdadeira é a assertiva de que a aplicação desses recursos nem sempre foi feita de forma correta, muitas vezes manchada pelo desperdício e pelo desvio para outros setores da administração. Creio que o Fundef foi uma atitude inteligente, tecnicamente bem construída, de vencer o problema, dando efetiva consistência ao preceito constitucional.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Jorge, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Jorge, pela primeira vez ouço V. Exª na tribuna do Senado. Não sei se V. Exª está fazendo a sua estréia aqui na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É a primeira vez que estou falando.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Pela primeira vez ouço V. Exª. E se é a estréia, fico muito mais feliz ainda por ver que V. Exª está abordando um assunto que é a mola propulsora, a mola mestra de qualquer país que queira realmente promover seu desenvolvimento, buscando a qualidade de vida da sua gente – e só pode ser mesmo por meio da educação. Sei que V. Exª, como Deputado Federal, trabalhou muito para que essa emenda constitucional fosse aprovada – como o foi na Câmara e no Senado – e agora está em vigor. Penso que o Fundef é um grande instrumento para a valorização do magistério, como o próprio nome indica, e, portanto, para o

incremento da educação no nosso País. Pela exposição de V. Exª, vejo que quem está pagando mais são os Estados da Federação brasileira, que já contribuíram com R\$8,6 bilhões, os Municípios com R\$4,2 bilhões e a União com apenas R\$524 milhões. Sei que alguns Estados não tiveram condições de encontrar recursos para atender a essa emenda constitucional. Mas uma medida provisória do Governo garantiu aos Estados o direito de contraírem empréstimos para poderem aplicar no Fundef. Foi o caso do Estado do Mato Grosso do Sul, que contraiu, nos últimos dias do mês de dezembro, um empréstimo para fazer face a essa emenda constitucional. Quero parabenizá-lo e formular votos para que a União injete mais recursos ainda na educação. Entendo, assim como V. Exª, que só mesmo por meio da educação poderemos encontrar o destino que almejamos para a população brasileira. Muito obrigado e parabéns a V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE.) – Agradeço o aparte a V. Exª.

Ao se proceder a um balanço preliminar do primeiro ano do Fundef, alguns pontos positivos já podem ser apontados. Em primeiro lugar, por suas características, o Fundo impele a indispensável articulação entre União, Estados e Municípios quanto à oferta e à gestão do ensino fundamental. Ora, contando com um universo de mais de trinta milhões de alunos na rede pública, esse tipo de ensino – o único obrigatório, segundo a Constituição – exige que os três níveis de Governo trabalhem de forma integrada e convergente, sob pena de continuarmos amargando péssimos resultados.

Uma segunda vantagem propiciada pelo Fundef é a de permitir que as três esferas do Poder Público tenham uma participação predefinida no financiamento do ensino fundamental. Daí resulta a constituição de um montante único de recursos, possibilitando que seja transferida aos Estados e aos Municípios, em função do tamanho da rede escolar que operam, uma quantia mínima por aluno.

A terceira vantagem, a meu ver, decorre da existência da explicitação de um valor mínimo por aluno. Mesmo admitindo-se que esse valor mínimo é muito baixo – neste ano, bem como no ano passado, constatou-se o mesmo valor: 315 reais por aluno/ano, quando se acredita que o mínimo desejável estaria entre 600 e 700 reais – não paira dúvida de que houve avanço..

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador José Jorge, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Gostaria de compartilhar da alegria que encheu o coração do Senador Ramez Tebet ao ouvi-lo estrear na tribuna desta Casa. Chama V. Exª a atenção de todos nós Senadores sobre o que há de mais importante para os que querem, efetivamente, ver nosso País desenvolvido. É nessa tecla que temos de bater todos os dias: educação, educação e educação, em todos os níveis. É muito bom que V. Exª traga, com a autoridade que possui, esse assunto novamente ao debate. É lamentável que em nosso País, apesar de as instituições públicas nos três níveis (União, Estados e Municípios) redobrem seus esforços – e, diga-se de passagem, o quadro já melhorou muito – o nível de educação da população brasileira ainda deixa muito a desejar. Tive a felicidade, nobre Senador, de ser convocado pelo Governador Siqueira Campos, em seu primeiro Governo, no Governo de instalação do Estado do Tocantins, para assumir a pasta da educação. Fiquei estupefato com o quadro que o novo Estado apresentava, o que me trouxe à mente as regiões mais pobres de meu País. Parte considerável do Nordeste e da Região Norte, acredito, devem estar em situação semelhante, ou seja, com um nível de demanda reprimida, quase igual à capacidade de atendimento de nossas unidades escolares e com um índice de analfabetismo assombroso, muito acima do desejável. Com as mudanças rápidas por que a sociedade vem passando, o desinformado, o despreparado em breve estará excluído da sociedade. O perfil dos empregos está mudando, pois o mundo está cada vez mais competitivo. Portanto, as pessoas que estiverem carentes de informação e de preparo serão um problema para a sociedade. V. Exª traz a esta Casa nesta tarde um debate candente, momentoso. O Tocantins é o único Estado da Federação, nobre Senador, que não tem universidade federal. Sabemos das dificuldades que a União está tendo para manter sua estrutura de ensino superior, mas o Tocantins não pode continuar excluído. O Governador, sabendo da importância do ensino, para ter elementos que qualificassem nossos professores do ensino fundamental, criou, com muita coragem, diante das limitadas condições do Estado, a Universidade do Estado, que vem cumprindo a sua finalidade. Entendo, nobre Senador, que essa situação não pode se restringir às instituições públicas, já que a Constituição dispõe que é dever do Estado prover o cidadão de educação. Entendo que esse seja um problema da sociedade como um todo. É

importante estimular os diversos segmentos da sociedade para que eles dêem a sua contribuição às instituições públicas para que resolvam problemas como o analfabetismo. Agradeço e peço-lhe desculpas por ter-me alongado no meu aparte.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte, que foi muito importante. Conheço a situação da Universidade do Tocantins. A solução institucional dada pelo Governador Siqueira Campos parece muito interessante e merece ser apoiada e, inclusive, imitada.

A terceira vantagem, a meu ver, decorre da existência da explicitação de um valor mínimo por aluno. Admitindo-se que esse valor ainda é muito baixo – são 315 reais por aluno/ano, quando se acredita que o desejável seja entre 600 e 700 reais – não paira dúvida de que houve avanço. Não se deve desconhecer o fato de que, antes do advento do Fundef, muito Municípios destinavam quantias irrisórias, algo como R\$100 por aluno/ano, na pretensa tarefa de financiar o ensino fundamental. Assim, a verdade é que milhares de alunos e Municípios foram beneficiados pela nova sistemática introduzida pelo Fundo.

Por fim, um quarto ponto que classifico altamente positivo: num País em que os programas sociais, por mais bem intencionados que sejam, quase nunca conseguem chegar à ponta, o Fundef atende diretamente ao aluno. Isso realmente acontece porque o fundo tem por critério básico levar recursos àqueles Municípios que menos recursos têm, ou seja, os que, por fragilidade estrutural, ostentam os piores índices educacionais e as redes escolares mais pobres. Na prática, pois, a sistemática adotada beneficia prioritariamente os mais carentes. A esse respeito, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, não tenho dúvida de que é o Fundef um dos programas sociais que mais atingem os carentes em todo o País.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Carlos Wilson, tem V. Exª o aparte.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Senador José Jorge, antes de tudo, quero demonstrar a minha satisfação de hoje vê-lo estreando na tribuna do Senado como representante do Estado de Pernambuco, V. Exª cuja vida tem sido dedicada à educação. Não poderia ser diferente: eu esperava que a estréia do Senador José Jorge fosse marcada pela defesa da educação do nosso País. É importante o tema que V. Exª traz hoje: o Fundef. A mais demo-

crática de todas as formas de distribuição de recursos da União para os Governos estaduais e municipais é a feita por intermédio do Fundef, mesmo que os recursos ainda sejam escassos. Empregamos 315 reais por aluno, quando o ideal seria que fossem aplicados 600 ou 700 reais, como V. Ex^a destaca. O mais importante é o fato de que esses recursos possibilitam que um município pequeno, quase sem condições de atender ao aluno carente, passe para uma situação bem melhor. Muitos questionam o Fundef, principalmente os prefeitos de cidades maiores. Mas é preciso reconhecer que o Fundef representa uma distribuição democrática e justa de recursos entre os 30 milhões de alunos matriculados. Quero parabenizar V. Ex^a com muito entusiasmo pelo discurso que profere na tarde de hoje. Uma figura marcou-nos a todos no Senado e no Congresso Nacional. Essa figura faz-nos muita falta, pois não está mais entre nós para nos aconselhar: falo do saudoso Senador João Calmon. V. Ex^a vem para esta Casa para preencher o lugar que o Senador João Calmon, com muito brilho, ocupou durante muitos anos. Sei que V. Ex^a vai desempenhar seu mandato fundamentalmente voltado para defender os interesses da educação. Parabéns, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Carlos Wilson.

Realmente, pretendo, em meu mandato, que a educação tenha lugar fundamental.

É nessa perspectiva que sintetizo o que, salvo melhor juízo, se constitui em dois dos aspectos mais expressivos do Fundef: de um lado, garante a melhoria salarial dos docentes, na medida em que estipula a obrigatoriedade de que pelo menos 60% de seus recursos sejam utilizados no pagamento dos professores, e, de outro, desempenha papel fundamental para a crescente municipalização do ensino fundamental.

Dados do Ministério da Educação dão conta de que o maior aumento salarial deu-se nas redes municipais de ensino, com variação de 18,4%. Ainda segundo o MEC, a maior alta verificou-se na Região Nordeste, onde os salários cresceram, em média, 49,6%. No geral, a remuneração dos professores brasileiros, levando-se em consideração todas as redes de ensino, níveis funcionais e jornadas de trabalho, teve um aumento médio de 12,9% neste primeiro ano de Fundef. Se levarmos em conta a inflação acumulada no ano, medida pelo Índice Geral de Preços/Fundação Getúlio Vargas, de 2,5%, configurou-se um ganho real de salário para o magistério acima de dez pontos percentuais.

Quanto à municipalização do ensino fundamental, com efeito, a partir do momento em que o repasse dos recursos deriva do número de alunos matriculados, os Municípios passam a ter o óbvio interesse de ampliar suas matrículas. Em algumas regiões do País, era comum que o ensino fundamental ficasse quase que exclusivamente sob a responsabilidade dos Estados; São Paulo seria a respeito o exemplo mais gritante desse fenômeno.

Com o Fundef, a situação se inverte. Estados e Municípios passam a disputar alunos. O resultado é, antes de tudo, uma vitória para o Brasil. Segundo dados oficiais, divulgados pelo MEC, neste último ano houve um aumento de 6% nas matrículas para o ensino fundamental. Esse percentual diz respeito ao montante global de matrículas, mas o crescimento se deu basicamente na rede municipal de ensino. Com isso, podemos nos orgulhar dos índices de matrícula que conseguimos atingir na faixa de escolaridade obrigatória, ou seja, crianças com 7 anos de idade: cerca de 96%, o que nos coloca em patamar de Primeiro Mundo. Agora, o desafio é oferecer a essas crianças e a esses adolescentes uma educação que prime pela qualidade.

Não obstante tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, problemas existem e precisam ser enfrentados com firmeza e prudência. Vejo, como o maior de todos, a questão política. É certo que o mecanismo de funcionamento adotado pelo Fundef acarretou perda líquida de recursos por parte de Governos Estaduais e em alguns Municípios, sobretudo nos capitais. Exemplo disso é o que ocorre com a Prefeitura do Recife, em meu Estado. Já no caso de São Paulo, deu-se exatamente o oposto, pois o Estado é quem mantém uma enorme rede escolar. Em vista disso, a União, em determinados casos, viu-se na contingência de tomar medidas reparadoras para atender esses decréscimos de receita, concedendo a esses governos empréstimos em montantes equivalentes às referidas perdas.

Mas a concessão de empréstimos, por si só, não basta para que o problema seja sanado de forma completa. É apenas parte de uma solução que deve ser mais abrangente. Isso se comprova diante da crise financeira dos Estados, trazida a público no início do ano, após a posse dos novos governadores. Muitos deles, diante do impasse de se verem obrigados ao pagamento de dívidas com a União, sem chance concreta de renegociação, manifestaram o propósito de promoverem moratórias unilaterais, alegando insuficiência de recursos e perda de

receita em razão dos créditos de distribuição aplicados pela Fundef.

Nesse contexto, buscando amenizar a difícil situação de caixa dos Estados, o Governo Federal houve por bem editar a Medida Provisória nº 1.816, de 18 de março passado, excluindo do cálculo das receitas líquidas dos Estados, para efeito de pagamento de suas dívidas, o montante de recursos repassados por eles ao Fundef.

Mesmo diante dessas limitações e reconhecendo que algumas reclamações são plenamente procedentes, é relevante destacar que o Fundef precisa ser visto sob uma ótica mais ampla, resultante de seu enorme e inquestionável alcance social. Assim, quando Municípios passam a receber mais recursos para aplicar no ensino fundamental, todo o Estado se beneficia, pois os recursos permanecem dentro de seus limites, não migrando para outras unidades da Federação.

Se levarmos em conta, portanto, que a característica mais marcante e essencial do Fundef é a municipalização do ensino fundamental, precisamos admitir que a atual transferência de recursos dos Estados para os Municípios tende a aumentar com o passar do tempo. Mas isso, ao contrário de significar uma deficiência do sistema, decorrente da aparente perda de receita, reflete justamente o êxito do programa a médio e a longo prazo, êxito esse traduzido na melhoria do sistema educacional em todos os Estados, especialmente se considerarmos que o Fundef tem sua duração prevista para dez anos.

Nessa linha de raciocínio, não há dúvida de que as medidas agora adotadas pelo Governo Federal, procurando compensar as transferências de recursos por parte dos Governos Estaduais, são apenas paliativas. A melhoria do ensino fundamental e a colheita de resultados satisfatórios durante toda a existência do Fundef passa, necessariamente, pela adoção de outras medidas que busquem o aumento dos recursos previstos para cada aluno/ano, dos atuais 315 reais para algo bem maior. Os Governos Estaduais estão entrando com R\$8 bilhões; os Governos Municipais, com R\$4 bilhões, e o Governo Federal, com R\$500 milhões, o que é muito pouco pelo número de alunos que temos, em torno de 30 milhões. Assim, essa quantia dará apenas 15 reais por aluno. Entendida a sistemática do Fundef como aqui colocamos e considerando a enorme participação dos Estados e Municípios, cada um na sua esfera de atuação, a União precisará ser mais generosa, complementando o sistema com um montante maior de recursos. A participação da União, inclusive, não

precisa traduzir-se com a criação de novas receitas. Ela pode dar-se com uma maior racionalização de recursos hoje destinados a outros programas, de forma mais específica através da concentração de todas as ações no Fundef.

Parece-me, portanto, que o raciocínio a ser feito é justamente este: nenhum Estado perde dinheiro, pois que o equilíbrio de contas é realizado no interior de cada um deles. De qualquer forma, defendo que os técnicos do Executivo – e, nesse particular, ao MEC devem juntar-se os representantes da área econômica – estudem rápida e profundamente a questão. O que não podemos aceitar é que um instrumento extraordinário como o Fundef fique à mercê de problemas dessa natureza, capazes de fragilizá-lo exatamente no seu ponto mais positivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior. Fazendo soar a campainha.) – O tempo de V. Exª já está ultrapassado em cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O que precisamos perceber é que, pela primeira vez na história da educação brasileira, está havendo uma clara e insofismável definição de responsabilidades em relação à oferta dos serviços educacionais por parte do poder público. Com isso a tendência – que me parece corretíssima, aliás – é o ensino fundamental ficar, cada vez mais acentuadamente, em mãos dos Municípios; o ensino médio, tradicionalmente vivendo numa espécie de limbo, ficar sob a responsabilidade dos Estados; e à União competirá atuar diretamente no ensino superior.

Assim sendo, nada mais natural que os recursos do Fundef estejam sendo redistribuídos majoritariamente aos Municípios.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero reiterar o meu apoio a este exemplo de política social bem sucedida que é o Fundef. Que seja aprimorado, recolhendo propostas aqui e acolá. Mas, sobretudo, que ele possa continuar existindo, contribuindo de maneira decisiva para a montagem de um novo ensino fundamental em nosso País, sem qualquer tipo de exclusão e primando pela qualidade de seus serviços.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5

minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comunicar ao Plenário que estou reapresentando ao Senado, com uma emenda sugerida pelo ex-Senador Josaphat Marinho, uma proposta de emenda constitucional, devidamente apoiada por 28 Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição Federal para atribuir ao STJ a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar crimes financeiros.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 109 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do § 5º com a seguinte redação:

Art.109.....

§ 5º Lei federal de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça disporá sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas no processo e julgamento de crimes financeiros, ou como se afigurar mais próprio.

Justificação

A sociedade brasileira tem acompanhado e mesmo participado, nos últimos anos, de inúmeros esforços desenvolvidos nas mais diferentes esferas da vida nacional no sentido de dar eficiência à ação dos órgãos estatais brasileiros. Tem-se compreendido, com razão, que a afirmação de moralidade no uso da coisa pública e a predominância de valores éticos na gestão do Estado são precondições para a melhoria da qualidade da ação estatal e mesmo da convivência social, com efeitos significativos no processo de construção, em nosso País, de um regime político efetivamente democrático.

O rico processo político que resultou no **impeachment** do então Presidente da República, em 1992, com grande participação da sociedade e, a seguir, as revelações decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou irregularidades cometidas no âmbito da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, indicaram para a opinião pública a possibilidade da punição daqueles que, valendo-se de car-

gos públicos, cometem delitos que implicam ônus para o erário.

Mais recentemente, no Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de investigar o chamado "escândalo dos precatórios" realizou esforço significativo e concluiu seus trabalhos com a aprovação de relatório final que, além de percucente análise dos fatos, aponta responsáveis e sugere soluções.

Ou seja, no âmbito da investigação político-parlamentar, têm sido alcançados resultados positivos, embora nem sempre os progressos sejam aqueles que a sociedade espera em cada momento.

Ocorre, entretanto, que quando os chamados "crimes do colarinho branco" são objeto de ação judicial, as dificuldades para se definir o delito, cominar a pena e especialmente identificar a autoria são enormes. Não se pode simplesmente atribuir tal situação a uma presumida boa vontade de setores do Poder Judiciário com delinquentes ricos e poderosos, como são, muitas vezes, os envolvidos com os crimes de corrupção e assemelhados.

Sem pretender elidir as falhas humanas, há que reconhecer outras razões, de natureza estrutural, relacionadas com a própria forma de organização do Poder Judiciário e, especificamente, do Poder Judiciário Federal. Deve ser lembrada, especificamente, a enorme e ampla gama de matérias, que são submetidas ao julgamento dos juízes federais de primeira instância, como uma das razões que explicam a presente dificuldade em se punir os autores de crimes financeiros.

Com efeito, a magistratura brasileira tem enfrentado diversas dificuldades para a prestação jurisdicional, com qualidade e presteza; dentre elas, merecem relevo a quantidade e ampla diversidade dos processos sobre os quais o juiz deve decidir. Tal quadro, Sr. Presidente, é especialmente grave na magistratura federal de primeira instância.

Durante o funcionamento, há poucos meses, no Senado Federal, da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais nos exercícios de 1995 e 1996", muitos aspectos da questão foram discutidos. O Relatório Final da CPI, após relacionar minuciosamente as irregularidades ocorridas, propôs, em capítulo dedicado às "determinações e sugestões ao Senado Federal", o "imediato início de estudos visando à apresentação de projeto de lei criando foro especial para julgamento de crimes contra o erário e contra a ordem financeira, tendo em

vista: a) a complexidade desses crimes (que requerem pessoal especializado para analisá-los e julgá-los); b) a importância de se resguardarem as finanças públicas e a poupança popular; c) evitar a impunidade em modalidades de crimes com alto impacto na opinião pública, promovendo-se julgamentos rápidos e com efeito educativo sobre a sociedade".

Como vimos, a proposição sugerida pela CPI dos Precatórios padeceria de inconstitucionalidade formal se fosse apresentada por congressista na forma de projeto de lei. Impõe-se, assim, em respeito ao princípio constitucional da separação dos Poderes, à presente proposta de emenda à Constituição, que se limita a conferir ao Superior Tribunal de Justiça a atribuição de propor ao Congresso Nacional projeto de lei voltado à criação das varas da Justiça Federal especializadas no julgamento de crimes financeiros.

Com a mencionada proposta, pretendemos oferecer a nossa contribuição para que o Senado Federal e o Congresso Nacional, aprovando-a, ajudem a dotar o Estado brasileiro e, especificamente, o Poder Judiciário das condições necessárias ao seu bom funcionamento, especialmente quanto à eficiência na persecução penal aos chamados "criminosos do colarinho branco", cuja impunidade constitui atualmente uma das debilidades da democracia brasileira.

Amanhã, Sr. Presidente, pretendo abordar, da tribuna do Senado Federal, a proposta, extremamente interessante, que criou o órgão externo de controle da magistratura na República Argentina. Tratarei também de uma série de outras iniciativas que, à margem da CPI que investiga irregularidades, procuram aperfeiçoar o Poder Judiciário no Brasil, como, por exemplo, a supressão das provas orais em concursos públicos que não sejam de professores e promotores – para evitar a manipulação das notas – e outras medidas relacionadas, por exemplo, à discussão da questão do nepotismo. Se é um fato definitivo o abuso da nomeação de parentes e afins na República, também é uma verdade absolutamente inquestionável que parentesco não é condição infamante. Pretendo levantar o debate sobre algumas sugestões para corrigir a possibilidade do abuso. Será esse, então, o objeto de meu pronunciamento na sessão de amanhã no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, para comunicação inadiável, por 5 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para comunicação inadiável. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Rafael Greca de Macedo significa uma grande força na equipe do Presidente Fernando Henrique Cardoso. S. Ex^a tem feito um trabalho fantástico e acaba de anunciar a todo o País a construção de várias unidades de quadras poliesportivas em todos os Estados da Federação e o grande projeto do Mundialito. O Ministro Rafael Greca é um presente que o Paraná nos ofereceu. Regozijamo-nos com esse Ministro talentoso, inteligente e desportista.

Há pouco, estava na tribuna o Senador Roberto Requião, companheiro de nepotismo, que deverá amanhã fazer algumas considerações. Durante muito tempo, Sr. Presidente, estive isolado. Agora surge o paladino, a força e a experiência do Senador Roberto Requião. Estarei a postos para apartear-lo e congratular-me, se Deus quiser, com S. Ex^a por suas considerações sobre o nepotismo. S. Ex^a teve oportunidade de nomear dois irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, mais uma vez, trazer a voz do povo tocantinense à tribuna desta Casa, dividindo em dois momentos o meu pronunciamento.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, deixo aqui meu desejo de que a CPI requerida pelo eminente Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, seja instalada e de que ela seja uma CPI, como foi requerido, do Senado. Não tenho nada, absolutamente nada, contra o trabalho desenvolvido pelos Parlamentares que integram a Câmara Federal. Penso que alguns, mais especializados no assunto, estão também colhendo assinaturas, mas, no meu entendimento, Sr. Presidente, esta Casa é que tem maior intimidade com toda a legislação, é que fiscaliza e está mais permanentemente atuando com relação a empréstimos nacionais, internacionais e aprovação de Presidente do Banco Central.

Portanto, entendo que esta CPI deve ser definitivamente instalada e que os Líderes devem indicar os integrantes, para que possam ser iniciados os trabalhos. No entanto, ela deve ser uma CPI do Senado Federal.

Digo mais, Sr. Presidente: terei imensa satisfação em participar desses trabalhos. Entre os temas a serem discutidos, considero a questão da perda

oportuna. Por isso, trouxe a minha indignação pela perda de sete bilhões e meio, anunciada pelo Banco Central, ocorrida na mudança do câmbio no mês de janeiro. Esse é um assunto que devemos definitivamente tratar nessa CPI.

Essa CPI é, portanto, extremamente oportuna. Estarei aguardando a minha indicação pelo Líder, Senador Hugo Napoleão, para que eu possa integrá-la e contribuir com os trabalhos.

Sr. Presidente, com relação a outro tema que pretendo trazer a esta tribuna, um grupo de Governadores – Siqueira Campos, do Tocantins; Jorge Viana, do Acre, bem como os de Roraima, Amazonas, Pará e Rondônia – depois de ter estado em reunião com o Presidente da República, está formulando um projeto que visa à criação de empregos e ao estudo da problemática das nossas regiões. Homens públicos de muita experiência, estão propondo para o País uma nova divisão territorial como forma de impulsionar a economia dessas regiões, pólos e centros de geração de emprego e pesquisa e de propiciar melhor aproveitamento da área.

Portanto, Sr. Presidente, é um tema por demais importante, ainda mais para nós que representamos, no Senado, o Estado do Tocantins, que completou, em 5 de outubro de 1998, seu décimo ano de criação. Temos motivos de sobra para dizer que esse foi um exemplo eficaz, profícuo, de resultados muito positivos, uma vez que Tocantins é hoje o Estado brasileiro que teve o maior crescimento do PIB.

Portanto, Sr. Presidente, temos muitas razões para advogar nesta Casa, assim como tem feito o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, a tese da criação de novos Estados brasileiros, como uma forma de administrar melhor a nossa imensidão territorial e de evitar políticas como a denunciada hoje pelo nobre Senador Tião Viana – de que estamos fazendo esterilização em massa –, como se o problema em nosso País fosse o de haver muita gente para pouco território, quando, na verdade, sabemos que temos uma imensidão territorial. Só em Tocantins, há mais de dois milhões de hectares de áreas totalmente irrigáveis, que estão esperando pela oportunidade de implementação de projetos específicos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço, com grande alegria, o Senador Edison Lobão, meu Líder.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, confesso que ouço, com

alegria, V. Exª falar sobre as excelências do Estado de Tocantins. Digo isso, recordando-me de seu pai, o atual e eminente Governador Siqueira Campos. Fomos Deputados Federais à mesma época; éramos Vice-Líderes juntos, convivíamos diariamente, seja pela amizade, seja pelas funções semelhantes que exercíamos. Sei que Siqueira Campos foi sempre um lutador incansável pela criação do Estado de Tocantins. Em verdade, aquele Estado foi criado, cresceu e desenvolveu-se por duas razões fundamentais: a primeira delas, por se tratar de um território extraordinário, muito afeito à agricultura, à pecuária; em segundo lugar – e principalmente – pelo fato de ter sido bem gerido pelo Governador Siqueira Campos, nos dois mandatos e, agora, no terceiro. Siqueira Campos sempre desejou não apenas a criação do Estado, mas governá-lo para demonstrar como é possível governar bem um Estado nascente. Não tivesse sido S. Exª o primeiro Governador, dificilmente o Tocantins teria despontado, como o fez, com grande desenvolvimento em benefício e em proveito de seu povo. Eu me congratulo com V. Exª, mas devo dizer que uma palavra especial deve ser pronunciada a respeito do Governador Siqueira Campos, um exemplo extraordinário de homem público, que, tanto como Deputado quanto como Governador, tem demonstrado não apenas sua competência, reconhecida no Brasil todo, mas sobretudo seu espírito público e amor à sua terra e ao seu povo.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Eminente Líder Edison Lobão, recolho, com grande satisfação e orgulho, as palavras de V. Exª, principalmente no que diz respeito ao Governador Siqueira Campos, de quem tenho a honra de ser filho. V. Exª que, como disse, dele participou da luta pela criação do Estado do Tocantins, conhece bem a nossa região, foi um grande Governador do Estado do Maranhão, um homem profundamente identificado com os problemas da nossa região, portanto, um grande conhecedor, sabe que a Constituição deixou algumas restrições para os 10 primeiros anos da criação do Estado do Tocantins, a meu ver, muito importantes, pois contribuíram muito com nosso espírito de contenção de despesas.

Ao tratar da questão da criação de novos Estados, imagino que todos eles poderiam nascer já com esse espírito, devidamente enquadrados não apenas na Lei Camata, mas em outras iniciativas e mecanismos de contenção de gastos no Judiciário, na Assembléia Legislativa, programas de desenvolvimento e pólos de pesquisa, como ocorre com a Unitins,

aqui mencionada hoje pelo eminente Senador Leomar Quintanilha, que é uma universidade mantida com os cofres estaduais, com o esforço do povo tocanтинense. E estamos ainda aguardando a solução vinda do Presidente da República com relação à criação da Universidade Federal de Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, registro aqui o trabalho realizado por esses Governadores. Cito novamente os Governadores do Acre, de Roraima, do Amazonas, do Pará e de Rondônia, membros deste grupo denominado Comissão de Desenvolvimento e Emprego. S. Ex^{as} estão ali emprestando seu conhecimento e sua experiência administrativa para esta proposta que, se não for bem debatida pela nossa sociedade, poderá levar à idéia de que a criação de um novo Estado representa uma nova despesa. Na verdade, não o é.

Vejam que a experiência do Tocantins, como estava mencionando, tem sido muito importante para o País, uma vez que estamos conseguindo evitar grande parte dos erros cometidos pelas outras unidades da Federação, já preparando um Estado enxuto, dentro de um modelo que se enquadra bem no momento atual da economia, um Estado que denominamos da livre iniciativa e da justiça social, que adota um programa de renda mínima, o que é importante dizer.

Sou um grande admirador do projeto do Senador Eduardo Suplicy. Entendo que a saída que este País encontrará para diminuir as diferenças regionais, para dar a sua população a oportunidade de sair da miséria, do abandono, será com um programa de renda mínima, que virá substituir os programas meramente assistencialistas.

Portanto, vejo essa proposta apresentada por esses Governadores de Estado, esses novos administradores que vêm despontando no norte do País, como uma grande oportunidade de o Brasil apresentar, para sua população, um projeto de Nação. Porque o que é estarrecedor, Sr. Presidente, é que os Estados hoje, ainda antes dessa reforma tributária, estão promovendo uma verdadeira guerra fiscal, de incentivos, uns apresentando vantagens para implantação de empresas, outros baixando ICMS. E parece que a União fica ausente dessa discussão, como se não fosse um problema nacional a questão do direcionamento da criação de oportunidades, de empregos, de projetos de desenvolvimento.

No Tocantins, o que vem dando certo é o Projeto Rio Formoso, é o Projeto Prodec, são os projetos devidamente estudados pelas universidades estaduais, pelos centros de pesquisa, implantados

com esquemas rígidos de controle e que estão aí produzindo.

Nossa esperança, Sr. Presidente, é de que tenhamos as Hidrovias Araguaia-Tocantins, um complexo multimodal de transportes, para escoar nossa produção, e de que tenhamos a Ferrovia Norte-Sul.

Mas quero enfatizar minha indignação, quando ouço falar de uma perda de 7,5 bilhões apenas na Bolsa de Mercadorias & de Futuros, fico pensando, como eu disse aqui, que esse valor é duas vezes o custo de implantação da Ferrovia Norte-Sul, que será a grande redenção da soja brasileira, pois chegará aos mercados internacionais com preços competitivos. Mas não podemos esperar que o nosso produtor promova o milagre de produzir, como tem produzido com grande competência, com juros extorsivos, sem um projeto de financiamento para a produção e, o mais importante, sem o escoamento, a questão do transporte. Ouço o Japão ser chamado de a grande nação das ferrovias, enquanto o Brasil ainda ocupa timidamente e muito mal seu território, concentrando populações urbanas com toda sorte de miséria – com toda sorte de miséria, de abandono e de calamidade pública –, como se tivéssemos um acidente geográfico qualquer que impedisse a população de produzir na imensidão territorial brasileira.

Na verdade, falta um projeto de nação, responsabilidade, intenção e vontade política; só assim poderemos bater duro novamente nessa questão da Ferrovia Norte-Sul, que considero estratégica para este País.

Sendo assim, Sr. Presidente, vejo ainda no nosso jovem Estado do Tocantins a oportunidade da implantação de usinas hidrelétricas, a exemplo da Usina Luís Eduardo Magalhães. Quero anunciar a esta Casa que 30% das obras estão prontas, depois de um ano e três meses. Vejo aqui, com muito orgulho, a presença do Presidente desta Casa, o Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a acionou o primeiro mecanismo que detonou as primeiras rochas no Rio Tocantins. Sr. Presidente, 30% das obras já estão prontas, com capital privado, mas garantindo ao Poder Público a aquisição da tarifa com o preço mínimo altamente vantajosa, projeto que a União não colocou um centavo e que irá ser concluído em três anos e meio, quando a grande maioria das usinas hidrelétricas deste País levaram de 15 a 20 anos.

Temos soluções que estão sendo apresentadas a este País como viáveis, como caminhos para que o Brasil sofra uma profunda transformação. Por

isso, Sr. Presidente, mesmo que seja uma rotina solitária e repetitiva, pretendo trazer diariamente para esta tribuna o meu desejo de ver o Estado do Tocantins, bem como os novos Estados brasileiros, o território nacional, sendo objeto de um grande estudo. Que o Brasil possa ter como moeda de troca na mesa das negociações internacionais seu patrimônio, que é o seu forte, e não sua moeda, que tem sido seu ponto fraco. Somos perdedores no mercado e na ganância internacional, mas vencedores, já que detemos estrategicamente o pulmão do mundo, que é a Amazônia, e 20% dos recursos hídricos do mundo. Isso tudo está sendo desprezado pela falta de um grande projeto que apresente este País com seu potencial, com seus recursos naturais na mesa das grandes negociações, onde certamente a moeda é nosso ponto fraco.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, tenho comungado, com V. Exª e o Governador Siqueira Campos, a alegria de construir uma nova realidade no coração do Brasil. Entendo que V. Exª traz com muita propriedade à Casa o destaque da ação promovida por vários Governadores que – se não me falhe a memória são em sua maioria da Região Norte – estão propondo um estudo de redivisão territorial do Brasil. Sr. Presidente, nobre Senador, nada há de mais importante que essa propositura. O Senador Eduardo Siqueira Campos, com breves comentários, ressaltou dados extremamente significativos, notadamente do Estado do Tocantins, que até ontem era uma região abstrata, esquecida, abandonada, inóspita e que não produzia nada. Hoje, projeta-se como um dos Estados promissores desta Federação. A redivisão territorial do Brasil é imperativa. Precisamos desenvolver um estudo profundo e amplo de ocupação harmônica desse imenso espaço que causa cobiça a outros povos, que há muito querem ocupar, principalmente a Amazônia. O Estado do Tocantins é a demonstração viva, clara, em números e fatos, de que a redivisão territorial do Brasil é fundamental, importante e imperativa. Era uma região atrasada e hoje é um Estado que se conduz com seus próprios pés; é um Estado que se projeta rumo ao equilíbrio, ao desenvolvimento; é um Estado que se propõe a dar uma contribuição efetiva para que o Brasil enfrente a estabilidade de suas contas, e tem condição

de fazê-lo justamente porque foi resultado de divisão territorial neste País. Aqui muito dos nobres Senadores, constituintes à época, deram a sua contribuição para que o Estado do Tocantins fosse criado. É preciso que nos espelhemos no que ocorreu e o que está acontecendo com o Tocantins sob o comando de Siqueira Campos. O Governador, à época, conseguiu demover a grande maioria dos seus pares e convencê-los da importância, já naquela época, da divisão territorial. Que possamos também dar essa contribuição a este imenso território brasileiro; pois tenho a certeza de que os brasileiros querem colaborar para que o nosso País, efetivamente, num espaço mais curto de tempo, encontre os trilhos do progresso e do desenvolvimento. Parabenizo V. Exª pelo tema do debate.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, V. Exª divide com o Senador Carlos Patrocínio e comigo a honra de representar o Estado do Tocantins no Senado Federal.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço com grande alegria o nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, V. Exª fala de um novo modelo de relação política neste País, de um novo interesse que não seja o de coisas escondidas debaixo da manga, como se diz, mas de um modelo, de um projeto de intenções a favor do interesse público, maior que o interesse político, que o político-partidário atrofiado, fisiológico que presenciamos tantas vezes neste País. Penso, ilustre Senador Eduardo Siqueira Campos, que a região Norte tem um exemplo claro a mostrar para o Brasil, tem interesse, tem decisão política para mostrar um novo modelo de desenvolvimento para a nossa Região, que atenta para o desenvolvimento humano, para o desenvolvimento econômico de uma maneira inteligente. Não dá mais para nós do Norte imaginarmos aquela velha prática política em que se vinha de cabeça baixa, determinava-se à bancada dos partidos que dissesse amém para todas as intenções de Governo e apenas se trazia um pires na mão para buscar recursos, voltar para o Estado e fazer alguma coisa pensando em ganhar a próxima eleição. Hoje, a realidade é outra, o desafio é outro. Há Estados que herdaram uma prática política negativa, danosa, que fracassou muitas vezes do ponto de vista das finanças públicas, e há outros cujo desafio é mostrar

que têm personalidade elevada, que têm um modelo para apresentar ao Brasil, dentre eles o Estado de V. Ex^a e o Acre. O Governo precisa refletir melhor sobre a relação com Estados. Recentemente li nos jornais e fiquei muito triste ao saber que o BNDES, uma agência de financiamentos fantástica, estava em vias de viabilizar um forte empréstimo ao Sr. Mansur, dono das redes Mappin e Mesbla, que parece estar em crise, para a aquisição de um avião de luxo para passeios e viagens executivas. O Sr. Mansur tinha o horizonte aberto do BNDES, enquanto nós, do Norte, e também os do Nordeste, passamos por dificuldades, filas e filas enfrentando o desafio de conseguir recursos para políticas públicas, para defender os interesses da nossa população. Então, o pronunciamento de V. Ex^a aborda um novo modelo de política, o de integração regional, onde o limite dos Partidos é menor do que o interesse público. Entendo ser muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a. Espero, sinceramente, que o Governo Federal tenha a sensibilidade de tratar os Estados de uma maneira inovadora, preocupando-se principalmente com os interesses do desenvolvimento humano e socioeconômico e não de interesses político-partidários menores. Obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Agradeço ao eminente Senador Tião Viana, também representante da Região Norte, pelo aparte, como sempre, muito lúcido.

Aproveito para, finalizando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parabenizar o grupo de Governadores denominado Comissão de Desenvolvimento e Emprego, com a participação do jovem e competente Governador do Acre, dos Governadores de Roraima, do Amazonas, do Pará e de Rondônia, que está apresentando à Nação esse novo tratado, uma proposta muito séria, competente e bem colocada para este País sobre a questão da redivisão territorial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, 2º suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra, por permuta com a Senadora Heloisa Helena.

O SR JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, fiz uma permuta com o Senador José Roberto Arruda. S. Ex^a falará antes e eu, depois.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não.

Tem a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna oferecer uma sugestão ao Senado Federal de uma ação que me parece oportuna e – diria até – imprescindível para o momento.

Mas antes de fazê-lo, quero pedir licença aos nobres Pares para, em primeiro lugar, fazer uma observação pública das razões que me levaram, desde o primeiro momento, a apoiar a criação da CPI do Judiciário. Não fui dos primeiros a assinar o requerimento, por estar naquela ocasião ausente de Brasília. Todavia, manifestei publicamente o meu apoio e, ainda no primeiro dia, assinei favoravelmente o requerimento da CPI do Judiciário, e o fiz, Sr. Presidente, por pelo menos quatro razões objetivas:

Primeira, se o Congresso Nacional num momento difícil de transição procedeu a uma CPI que resultou no **impeachment** do Presidente da República, e a nossa estrutura democrática demonstrou maturidade para concluí-la, atingindo os seus objetivos, sem nenhuma instabilidade política; procedeu-se à CPI do Orçamento, que redundou na cassação do mandato de vários Parlamentares, e o fez também demonstrando a estabilidade das nossas instituições, não há razão para se invocar qualquer tipo de instabilidade política ao se levantar a idéia da CPI do Judiciário.

A segunda razão é que essas duas primeiras CPIs, às quais me referi, produziram processos que foram remetidos ao Ministério Público e à Justiça. Se essa CPI do Judiciário cuidasse apenas de dar conhecimento público à Nação brasileira da conclusão dos processos judiciais das duas primeiras CPIs, ela já teria concluído seu objetivo.

Há uma terceira: considero que questão da indicação de juízes classistas não pode mais ser escondida, tem que vir ao debate e o Congresso Nacional terá que decidir sobre isso.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se as três primeiras razões não tivessem me convencido a apoiar a CPI do Judiciário, nos últimos dias uma outra razão adicional me levaria a esse apóio: algumas decisões judiciais importantes foram modificadas após o anúncio da criação da CPI do Judiciário, ou seja, antes de ela ser instalada, já cumpre seus objetivos.

Por isso, Sr. Presidente, para que não reste nenhuma dúvida, fui favorável à criação da CPI do Judiciário.

Em seguida, foi proposta aqui a criação da CPI do Sistema Financeiro. Também me coloquei a favor da criação dessa CPI. Devo dizer que, nesse caso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha consciência indica que é preciso dizer desta tribuna que o Senado Federal, ao entrar nessa matéria, terá que tomar os cuidados necessários, previstos no Regimento – mas previstos, principalmente, na nossa responsabilidade pública -, para que nenhuma ação dela decorrente venha em prejuízo da estabilidade econômica.

Preocupa-me, em especial, a segunda razão constante daquele requerimento: a que faz alusão ao fato de que, num determinado dia – e todos nos lembramos muito bem disso -, o Banco Central anunciou o sistema de bandas para a flutuação do câmbio e, 24 horas depois, instituiu o sistema de câmbio livre.

Ora, penso que ninguém fez isso ainda em público, mas quero aqui dizer: o mercado financeiro entendeu essa mudança como erro. E como entendeu como erro, o Governo e o País, todos nós, pagamos caro por isso. E por que pagamos caro? Porque, na verdade, esse sistema de adoção de uma banda pequena para as dificuldades em que nos encontrávamos e a posterior liberação propiciaram ganhos desmedidos em algumas instituições financeiras que trabalham no mercado, e, claro, isso é em prejuízo da economia brasileira.

Entretanto, para isso, não se faz necessária a CPI – vamos deixar muito claro. Houve um erro. Estou convencido de que a adoção de um sistema de bandas, anunciado como o foi, e a posterior liberação, no mínimo, foram um erro operacional. Tenho a impressão de que o Governo reconheceu esse erro inclusive, logo após, mudando a direção do Banco Central.

Nesse caso, portanto, embora também tenha sido favorável, considero que todos nós, que queremos a continuidade da estabilidade econômica, temos que tomar alguns cuidados.

Mas o que trago neste momento, Sr. Presidente e Sr^{as}. e Srs. Senadores, é um requerimento, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno, para a criação de uma Comissão temporária, composta de 11 titulares e 7 suplentes, para, no prazo de 90 dias, realizar estudos e apresentar proposta objetiva de reforma tributária.

A justificativa desse requerimento é muito simples. Inicialmente, troquei idéias – essa não é uma proposta minha – com os companheiros de Partido, depois procurei trocar idéias com lideranças expressivas desta Casa, de outros Partidos, da base de sustentação do Governo e até de Partidos de Oposição, e a justificativa é muito simples: não há reforma tributária sem pacto federativo.

Louvo – e o faço sinceramente – a ação da Câmara dos Deputados em realizar alterações profundas na Comissão específica que trata da reforma tributária na tentativa de apressá-la. Mas tenho de reconhecer que não há país no mundo que tenha feito uma reforma tributária profunda – como o Brasil necessita – sem ter antes tecido as bases de um pacto federativo.

Ora, qual a Casa própria para a discussão desse pacto federativo? É exatamente o Senado Federal. Aqui, no Senado, os Estados fortes, poderosos, populosos, economicamente fortes, têm três Senadores, e os Estados mais simples, menos populosos ou economicamente mais fracos têm também três Senadores, por isso é o Senado Federal, é não a Câmara dos Deputados, o símbolo maior da figura do federalismo e por isso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, entendo que é nesta Casa que deve nascer a idéia básica de um pacto federativo a presidir um modelo de reforma tributária.

Muito bem! Alguém poderia perguntar se 90 dias não é muito pouco tempo para se apresentar o projeto de reforma tributária em uma Comissão especial? E serei muito franco na minha resposta: não. Até porque não vamos inventar nada. Todos os estudos feitos pelo Governo Federal, pelos Partidos políticos, pela sociedade brasileira organizada e pela Câmara dos Deputados, todos esses estudos são base dos estudos que desejamos seja realizado aqui no Senado Federal. No momento em que o mundo atravessa grave crise econômica, em que essa crise chega e afeta a economia brasileira, em que damos os primeiros sinais de recuperação – mas sejamos francos, sinais ainda tênues de recuperação – não pode o Senado Federal se furtar à contribuição efetiva à economia brasileira de propor um modelo de reforma tributária.

De tal sorte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que com a autoridade que me autoconferi ao apoiar as CPIs aqui levantadas – para que não se avenge, portanto, nenhuma outra intenção –, apresento o requerimento em que o Senado, a par de cumprir o que é a sua obrigação, colocar o dedo na ferida, investigar questões que estão exigindo a sua

investigação, que ele também, numa agenda positiva, contribua com o País e com o Governo, propondo um modelo de reforma tributária.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Pois não, Excelência.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – A iniciativa de V. Exª é, sem dúvida nenhuma, assistida de muito boa oportunidade. Não podemos simplesmente nos alhear ao debate dessa questão que incumbe fundamentalmente, como diz V. Exª, ao Senado. O Senado tem de estar atento ao problema da reforma tributária, da reforma fiscal. Não pode apenas assistir ao noticiário da imprensa e aos debates da outra Casa sem tomar a si também a iniciativa. Acredito que uma Comissão especial, nos moldes da que está sendo proposta por V. Exª, é o instrumento ideal para promover esse estudo e, ao final, uma proposta densa, objetiva de reforma tributária. Não podemos errar nessa matéria. Precisamos desesperadamente acertar. Na medida em que acertarmos, o Brasil terá uma fase nova de crescimento e desenvolvimento e de ajuste nas suas contas. Se errarmos, por infelicidade ou por incompetência, será um desastre. Discordo um pouco de V. Exª quanto ao tempo concedido à Comissão para a realização desse trabalho. Sei que os estudos estão avançados. A Câmara caminhou, em dado momento, celeremente; depois teve de retroceder em razão do fato de o próprio Presidente da República ter enviado duas propostas de reforma. Temos de ouvir as autoridades brasileiras, e precisamos estudar profundamente essa questão. Não diria que a iniciativa de V. Exª é tardia; mas, sim, chega no momento exato; não poderia demorar mais tempo. Vamos nos preparar para integrar essa Comissão, fazendo estudos junto com os especialistas do panorama econômico deste País, para que o Senado possa produzir um trabalho fundamental para a economia brasileira. Cumprimento V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Senador Edison Lobão, agradeço a V. Exª o aparte e a manifestação de apoio à idéia.

Coloco-me aberto àquilo que for o pensamento da maioria da Casa. Entretanto, levantaria a seguinte questão em favor do prazo estabelecido de 90 dias: seria uma sinalização muito clara à sociedade brasileira e ao que se convencionou chamar de mercado – está na moda falarmos em mercado – de que esta Casa, o símbolo maior da Federação, resolveu, em curto prazo, dar uma contribuição efetiva à Re-

forma Tributária. O apoio de V. Exª, falando como Líder do PFL, dá condições para que isso se efetive. Se as condições práticas não permitirem o cumprimento exato desse prazo, nada impede que ele seja obviamente aditado.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senador José Roberto Arruda, apóio as três propostas, inclusive a CPI do Poder Judiciário, que, por sorte, teve como autor o Senador Antonio Carlos Magalhães. Senão, dificilmente, obteríamos êxito na sua instalação, que é muito importante. Confio no estabelecimento da referida CPI em razão de ter sido proposta por nosso Presidente, que, por si, já lhe confere respaldo. Essa CPI, apenas por ter sido sugerida, já provoca algumas alterações na pauta do Senado, discussões que serão muito positivas para o País. Lembro-me de que, ao chegar aqui, assinei o requerimento de uma CPI para o sistema financeiro. Fui pressionado a retirar minha assinatura, mas não o fiz. Tirei meu nome do Partido, dele saindo e tendo ficado afastado – V. Exª recorda-se desse fato – durante nove meses, porque me neguei a proceder daquele modo. Tive agora a satisfação de voltar a assinar um requerimento propondo a mesma CPI do sistema financeiro, que já é um reflexo da proposta da CPI do Poder Judiciário. Parece-me que V. Exª está sugerindo também uma importante reforma, que é a tributária, aguardada pela sociedade desde que aqui chegamos. Quando assumimos nosso mandato, já se falava em reforma tributária. O que se fez até hoje foram alguns remendos, que tornaram muito dura a vida do cidadão comum em nosso País. É cada vez mais dura a vida do trabalhador com os remendos que estamos fazendo no sistema tributário brasileiro. Há quem diga que essa reforma tributária não vai acontecer, porque o que o Governo quer é aumentar a arrecadação. Sei que é isso que o Governo quer, mas não será possível aumentar a arrecadação distribuindo melhor a carga tributária e cobrando em uma base maior? Portanto, Senador José Roberto Arruda, ao apoiar o requerimento de V. Exª, quero manifestar minha satisfação em ver o Senado se empenhando em temas de extrema importância para a sociedade brasileira, começando pela CPI do Judiciário até a proposta de V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, desejo

apenas sublinhar três aspectos do aparte de V. Ex.^a, porque são muito importantes.

O primeiro deles, com o qual eu e a grande maioria desta Casa concordamos e a respeito do qual a sociedade brasileira tem conhecimento, é que o assunto Judiciário era intocável, como se todos nós soubéssemos das mazelas, mas fosse proibido falar nisso. Ora, se não foi proibido retirar, por **impeachment**, um Presidente da República eleito por voto direto, em função de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; se não foi proibido e não afetou os alicerces da Democracia cassar o mandato de dezenas de Parlamentares, por que não podemos fazer uma avaliação mais profunda, cuidadosa, equilibrada, como é praxe desta Casa? Vamos fazê-lo, infelizmente, sobre as mazelas que existem no Judiciário. Todos nós sabemos que, se não fosse a coragem e ousadia do Presidente Antonio Carlos Magalhães, efetivamente esse assunto não teria sido trazido e não teria sido aprovado.

Quanto à CPI do sistema financeiro, cujo requerimento eu também assinei, sou favorável a ela, mas entendo que a ponderação e o equilíbrio devem fazer com que façamos uma reflexão sobre o que ela deve examinar, a forma de sua atuação não porque qualquer um de nós tenha qualquer espécie de temor das discussões que se devem efetivar, mas para que não cometa o desvio de afetar a estabilidade econômica. Já passamos por muitos problemas, e é preciso que esse processo de recuperação da economia, ainda tímido, tenha consequências. Sobre isso tenho certeza de que as Lideranças mais expressivas desta Casa saberão chegar a um denominador comum.

Há uma terceira observação de V. Ex.^a que preciso esclarecer. Chegou a hora de fazermos em público uma das autocríticas que nós do PSDB fazemos internamente: o PSDB tem de saber separar o que é partido e o que é Governo. Tenho a impressão de que o Governo deseja a reforma tributária, mas tenho a certeza de que o PSDB a deseja. Portanto, é hora de manifestar claramente que não só o PSDB, como partido – recebo o apoio do Líder do PFL, do Líder do Bloco de Oposição, de vários outros partidos políticos –, mas todos nós, do Senado Federal, desejamos apressar a discussão da reforma tributária até porque sabemos que sem ela, por mais que o Congresso tenha feito na votação dos ajustes – e fez muito e fez tudo que lhe foi solicitado –, ainda assim o nosso plano de estabilidade econômica está sustentado em algumas bases que são provisórias. Sendo provisórias são cruéis ao siste-

ma, como é o caso de juros altos, de compulsórios altos e de outras medidas que inibem o crescimento da demanda. Ou mexemos na estrutura da nossa economia, ou nosso plano de estabilidade econômica continuará um plano provisório.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex.^a concede-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Comunico ao orador e aos apartantes que o tempo de S. Ex.^a está prestes a se esgotar. É preciso cumprir o Regimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Gostaria apenas de pedir permissão para ouvir o Senador Roberto Requião. Concluirei em seguida, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador José Roberto Arruda, o Senado da República está sob uma lâmina de gilete, entre o magnífico e o ridículo. O ridículo é o fracasso ou o impedimento do livre funcionamento dessas duas CPIs. Por outro lado, Senador, a Nação já está farta desse catastrofismo: se a CPI do Banco Central for aprofundada, o País entra numa crise irreversível. Não entra! O Colômbio foi derrubado, e não houve crise. Quando eu era Relator da CPI dos Precatórios, desfilavam diante de mim argumentos de que, se eu incluísse os bancos, notadamente o Bradesco e o Banco do Estado do Paraná, sem os quais ninguém poderia ter roubado nem um tostão, porque eles compravam no fim da linha, viabilizando o roubo do Erário e dos seus próprios mutuários de fundo, se eu incluísse os bancos, haveria uma crise inadmissível na economia brasileira. Eu os incluí; para isso, tive o respaldo da Comissão e do Senado, e não ouvi falar em crise alguma. Nós temos de aprofundar a análise da CPI. Lembro ainda que foi o seu Partido, Senador, o PSDB, que nos impediu a convocação de Paulo Maluf na CPI. Poderíamos ter aprofundado alguma coisa a mais. Então eu me precató quando começo a ouvir falar em moderação nesse processo. Não é moderação, é aprofundamento. Não podemos agir de forma voluntarista, abusada, mas temos de aprofundar de maneira definitiva a questão que examina basicamente os 7 bilhões e 600 milhões, muito mais do que vai arrecadar a CPMF, que foram jogados pela janela, da noite para o dia. CPI, Senador Arruda, deveria ser uma manobra corriqueira da Câmara e do Senado. É o meio que temos para aprofundar a análise de uma questão e, de resto, não julgamos ninguém. Tomamos informações, temos a liberdade do inquérito judicial, mas qualquer irregularidade apontada é remetida ao Ministério Público e ao Judiciário.

E tomamos as informações apenas para a modificação da legislação. Agora, foi aprovada uma comissão para a reforma do Judiciário. Sua definição do Senado como o espaço de representação dos Estados, das Unidades Federadas é perfeita, mas não vamos fazer a reforma tributária, porque, para fazê-la neste momento teríamos de mudar o modelo proposto pelo Presidente da República, que é do seu Partido. Estamos afogados em juros, liberamos todos os entraves para aplicação de curto prazo do capital definido pelo ex-Senador Esperidião Amin como de "motel", estamos na contramão, inclusive, do que fez Pinochet no Chile. Veja bem, Senador: 50% dos Estados brasileiros não arrecadam 50% do que gastam em seus orçamentos; 46% dos municípios brasileiros não arrecadam 5% do que gastam em seus orçamentos. É evidente que, em momento de crise, esses dados são impasses definitivos para uma reforma tributária. E a reforma tributária desejada pelo Governo é o aumento da arrecadação; ele quer aumentar a base impositiva, quando as empresas fecham, quando as empresas quebram, quando reduzimos a indústria de autopeças de 3.500 fábricas nacionais – a indústria nacional de automóveis era a indústria de autopeças – para 300. É evidente que é rigorosamente impossível compatibilizar o desejo de arrecadar do Governo Federal com o desesperado desejo da sociedade civil e da estrutura empresarial de produzir e de livrar-se dos impostos. Portanto, não nos vamos iludir com reforma tributária. Se o Governo não quiser, não vai colaborar e vetará qualquer reforma tributária que venha a diminuir a possibilidade de arrecadação, porque a reforma tributária está vinculada a um modelo concentrador. O projeto "Brasil em Ação" foi contratado de uma multinacional inglesa. Terceirizaram o planejamento no país, Senador Ramez Tebet; Booz Allen foi a empresa que cobrou US\$13 milhões para montar o projeto "Brasil em Ação", e voltado para quê? Para um modelo, para os pontos luminosos da nossa economia: viabilizar esse modelo de instalação de multinacionais, de venda de estatais, viabilizar a exportação de produtos primários, numa regressão a uma época anterior aos anos 50 e do nacional desenvolvimentismo. Portanto, Senador, creio que com ou sem comissão o Senado deve refletir sobre a estrutura tributária do Brasil e sobre a maneira de simplificá-la. Mas não me iludo com isso. Ou fazemos com que as CPIs funcionem, ou o Senado da República resvala do magnífico para o ridículo. Vejo apenas uma possibilidade definitiva, que depende do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Se os

partidos vacilarem e não indicarem seus membros, pode S. Ex^a, usando de suas prerrogativas, suprir a falta e completar a indicação. Aí teremos, de qualquer maneira, as CPIs funcionando.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Roberto Requião. Em primeiro lugar, nossas concordâncias. Não há nenhum problema, nem regimental nem numérico, para o funcionamento de duas, três, quatro CPIs e ainda a Comissão Especial da Reforma Tributária. O Regimento do Senado Federal, diferentemente do Regimento da Câmara dos Deputados, não limita o número de comissões.

Senador Roberto Requião, gostaria de merecer a atenção de V. Ex^a para as nossas discordâncias. Podemos até discutir com mais detalhes a questão do modelo, mas foi neste Governo e na Sessão Legislativa anterior que aprovamos a modificação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Pessoa Física, diminuindo as alíquotas para aumentar a base de arrecadação. Foi este Congresso Nacional também que aprovou uma lei que considera mais importante a experiência da diminuição de alíquota de impostos e do aumento de base de arrecadação, que foi o Simples. Podemos não ter feito uma reforma tributária ampla, é verdade, mas fizemos coisas importantes. Este Congresso fez coisas importantes na linha que V. Ex^a indica. Desejo afirmar, mais uma vez, que é preciso que o Congresso Nacional assuma de vez a responsabilidade, que é sua, de fazer a reforma tributária.

Falando mais diretamente à base de sustentação política do Governo, à qual pertença, reafirmo o meu desejo de estabelecermos o diálogo imediato, profundo, com as autoridades da área econômica, para que essa reforma tributária reflita os propósitos do Plano Real, do plano de estabilidade econômica.

Claro que os partidos de oposição farão em sentido contrário; todavia, faremos uma reforma tributária, sim. Faremos uma reforma tributária exatamente, Senador Requião, para evitar que fórmulas transitórias de contenção de índices inflacionários continuem penalizando o crescimento da economia.

Pois bem; ao concluir as minhas palavras, queria apenas fazer dois registros. O primeiro deles é o de que o Senador Álvaro Dias e eu estamos encaminhando, amanhã, à bancada do nosso partido, para posterior encaminhamento ao Plenário, um projeto de lei para a responsabilidade fiscal. O Governo Federal está preparando, com a ajuda de alguns Srs. Governadores, um projeto de lei complementar de responsabilidade fiscal; contudo, a bancada do

PSDB no Senado entende que é preciso fazer alguma coisa em um curto prazo de tempo – e é por isso que estamos apresentando essa proposta à discussão de V. Ex^{as}.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que manifestações nesta Casa, quer no sentido de cumprir sua missão constitucional de fiscalizar o que tem de ser fiscalizado, quer no de contribuir com propostas objetivas para a construção do arcabouço jurídico-institucional com vistas à permanência de um plano de estabilização econômica, são absolutamente compatíveis no tempo. É esta a proposta que trago à Casa. Trago mais: trago um apelo para que as Lideranças dos partidos que têm representatividade no Senado Federal, a partir de hoje, tenham, por meio do diálogo, que nunca faltou no Senado Federal, uma conversa franca no sentido de que todas as Comissões propostas – e aí peço licença para incluir a Comissão Especial da Reforma Tributária – possam ter seu funcionamento presidido nos termos do Regimento Interno, contribuindo efetivamente para o aprimoramento institucional do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Lúdio Coelho, 2º suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Por permuta com a Senadora Heloisa Helena, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tratar do tema que me traz à tribuna no dia de hoje, quero apenas fazer um registro sobre o pronunciamento do orador que me antecedeu, o Senador José Roberto Arruda.

Quando S. Ex^a lista três motivos que embasam seu apoio à CPI do Judiciário, devo dizer que, pelo menos um deles não serve à contento para a instalação de uma CPI. A questão dos juízes classistas ainda não foi resolvida no âmbito do Congresso Nacional, porque, ao contrário de uma série de outras emendas constitucionais que já passaram por esta Casa, a atinente ao tema não mereceu o apoio e o empenho do Governo Federal. Todas aquelas de interesse do Governo Federal e nas quais a Oposição votou, em bloco, contra – monopólio do petróleo, telecomunicações, empresa nacional e tantas outras – foram aprovadas na Câmara e no Senado, algumas

delas até em tempo recorde. O mesmo não ocorreu, contudo, em relação aos juízes classistas, que não têm a oposição em bloco das Oposições, uma vez que o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, é favorável da extinção do cargo. Sendo assim, a matéria não andou.

Gostaria de registrar, inclusive, que, quando esta matéria foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – relatada pelo Senador Jefferson Péres, à época do PSDB, atualmente do PDT, portanto membro do Bloco das Oposições –, a proposta original pedia a extinção dos classistas em todos os níveis, inclusive nas Juntas. O Senador Jefferson Péres ofereceu parecer mantendo o cargo no âmbito das Juntas. Eu, por minha vez, apresentei uma emenda, aprovada na Comissão e, portanto, incorporada ao parecer do Senador Jefferson Péres, no sentido de que, mantido o cargo de juiz classista no âmbito das Juntas de Conciliação e Julgamento, este teria caráter honorífico, portanto, não remunerado.

O fato é que, ao contrário de tantas outras emendas, esta, infelizmente, não teve o empenho das Lideranças do Governo nesta Casa, não tendo sido possível aprová-la.

Uma CPI que venha a investigar os juízes classistas irá descobrir o quê? O que já é público: que são dispensáveis; que um voto anula o outro, já que há um classista representante patronal e outro representante dos trabalhadores; que se aposentam com cinco anos; que gastam R\$200 milhões. Enfim, para a revogação disso, não é necessária a instalação de uma CPI.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – V. Ex^a me concede um rápido aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Gostaria de dizer que, se não havia sido formado antes um amplo consenso, uma ampla maioria em torno dessa proposta – e, como V. Ex^a disse, nem no Bloco de Oposição –, a partir do momento em que o Senador Antonio Carlos Magalhães levantou a questão do Judiciário, colocando-se favorável à discussão da extinção dos juízes classistas, creio que não se pode mais fugir ao tema. De outra parte, essa matéria não é uma daqueles próprias para que o Governo Federal se posicione. Como se trata de uma matéria referente a um outro Poder, os parlamentares e seus respectivos partidos é que devem se posicionar. Portanto, creio que essa discussão está madura e pode ser feita imediatamente. Grave, caro

Senador, é exatamente a questão trabalhista, principalmente as que afetam o Estado. Nunca tive conhecimento de uma indenização milionária contra uma empresa do setor privado; todavia, é impressionante o número de ações milionárias que afetam empresas do setor público. Não há possibilidade de que isso não seja investigado. São tantos os casos, como aquele, que ficou célebre, de uma empresa que, se fosse vendida, teria todo o seu ativo representando apenas um sétimo da sua dívida trabalhista. Alguma coisa está errada e é preciso que seja investigado. Aí não basta a extinção; é preciso que esses casos, que são notoriamente contrários ao interesse público, sejam questionados, investigados e, se for o caso, corrigidos em defesa do Erário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda.

Ao contrário do que diz V. Ex^a, o Governo já tomou iniciativas de Poder Executivo em assuntos que modificam a estrutura sindical; o próprio Governo enviou medida provisória ou projeto de lei ao Congresso modificando a aposentadoria para os classistas; portanto, teria todos os motivos para se empenhar na sua extinção.

Com relação às indenizações, primeiro há que se fazer uma separação. Continuo entendendo que o Poder Legislativo, mesmo por meio de uma CPI, não tem competência para investigar sentenças exaradas pelo Poder judicante. O problema das indenizações, Senador José Roberto Arruda – e, aí sim, mereceria uma investigação – começa quando o juiz, na sua sentença, sem estipular o valor das indenizações, que são calculadas, consulta as partes se há ou não contestação. O que aparentemente acontece é que, muitas vezes, os próprios advogados da União ou das empresas estatais não estão atentos para questionar esses valores – e os motivos pelos quais não o fazem possivelmente serão objeto de investigação. Naturalmente, não havendo contestação da outra parte, o juiz acaba assinando o cálculo feito indevidamente.

Penso que a investigação realmente deveria recair sobre os procuradores da União que não fizeram a sua parte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que me traz à tribuna no dia de hoje – e vejo que já gastei quase sete minutos do meu tempo – diz respeito à privatização da Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Já tive oportunidade de dizer, nesta Casa, que houve um equívoco por parte de setores da Oposição, dentre os quais incluo o meu Partido, no combate à forma como o Governo

Federal procedeu com relação às privatizações. Passou-se à opinião pública a idéia de que víamos a questão da privatização com um viés meramente ideológico. Considero, inclusive, que fomos responsáveis até pela vulgarização da luta contra as privatizações. Acabou-se gastando muita saliva, muita garganta, muito megafone e muitos carros de som na luta contra as privatizações, que, numa análise da economia e do próprio capitalismo, de forma alguma poderiam ser classificadas como empresas estratégicas e que, portanto, deveriam permanecer nas mãos do Estado. Dentro dessa lógica, lutou-se contra a privatização da Mafersa, como se fosse obrigação do Estado produzir carrocerias de ônibus; lutou-se contra a privatização de uma fábrica de equipamentos para aeronáutica em Petrópolis. Quando, então, se chegou à luta contra a privatização das empresas realmente estratégicas, essa luta acabou sendo extremamente vulgarizada, causando o seu enfraquecimento.

Faço essa introdução para chegar ao processo de privatização da Chesf, anunciado pelo Governo. Felizmente, em uma medida de bom senso – não sei até que ponto vai esse bom senso –, pelo menos se adiou a assembléia geral da Eletrobrás que iria aprovar o processo de cisão da Chesf e de Tucuruí para promover maiores estudos.

O caso da Chesf de forma alguma pode ser encarado como mera privatização de empresa geradora de energia elétrica. O fato de a Chesf haver instalado todas as suas hidrelétricas ao longo do rio São Francisco – à exceção de uma, a Usina de Boa Esperança, no rio Parnaíba – fez com que aquela empresa, muito mais do que uma mera geradora de energia elétrica, passasse a ser uma espécie de gestora do rio São Francisco, o rio da integração nacional, belíssima obra divina, que, na prática, com a sua privatização, será entregue a gestores privados.

Há uma série de problemas, não só do ponto de vista econômico-financeiro; uma profunda repercussão poderá ter essa privatização junto às populações que vivem ao longo do rio São Francisco, que não existe apenas para gerar energia elétrica. Estamos falando do controle da água. Citarei algumas dessas preocupações.

As barragens de Itaparica e Sobradinho estabelecem, na prática, um controle da vazão do rio quando há estiagem ou baixo índice pluviométrico, como tem acontecido nos últimos anos. Como a Chesf é uma empresa interligada, pois existe interdependência entre as diversas usinas instaladas ao longo do rio, há evidentemente diferenças de produ-

ção de energia elétrica nas usinas mais à jusante do rio. Isso é possível fazer porque há interligação entre todas elas, e todas elas pertencem à mesma empresa.

Nesse particular, perguntamos: como vai ficar a situação, caso seja feita essa cisão, se Itaparica e Sobradinho vierem a pertencer a uma mesma empresa; Xingó, a outra empresa, assim como Paulo Afonso II ou III? E se a junção de Itaparica e Sobradinho for necessária em virtude da ausência de chuvas, visando estabelecer o controle da vazão do rio, com uma influência direta na produção de energia elétrica da empresa mais à jusante do rio São Francisco? Como o empresário privado, que vai produzir energia mais à jusante do rio, vai concordar com que essa vazão venha a ser feita por uma outra empresa à montante do rio, no caso de Itaparica ou Sobradinho, já que teria influência direta na produção de energia elétrica das usinas próximas à jusante do rio? Esse é um problema que, até agora, não foi respondido pelos responsáveis por esse processo de cisão. Felizmente, é preciso registrar, em função da ação de diversos Parlamentares dos mais diversos partidos políticos, particularmente da região Nordeste, houve esse adiamento da assembléia da Eletrobrás que iria promover a cisão do rio São Francisco e, conseqüentemente, preparar o processo de privatização.

Houve uma audiência de Deputados da região Nordeste com o Presidente da República, na qual estiveram presentes o Deputado Inocêncio Oliveira, do PFL de Pernambuco, e o Deputado Marcelo Deda, do PT de Sergipe, numa demonstração de que este assunto, no mínimo, merece maior discussão, não só entre os partidos políticos, mas entre aquelas comunidades, regiões, municípios que têm suas populações ao longo do rio São Francisco e que merecem ser ouvidos nesse processo.

Recentemente, na cidade de Piranhas, em Alagoas, reuniram-se prefeitos de vários municípios situados ao longo do rio São Francisco, tanto de Sergipe, quanto de Alagoas e de Pernambuco, que expressaram em documento sua preocupação com a forma absolutamente fechada com que vem sendo tratada essa questão tão importante da privatização da Chesf. Sem dúvida alguma, se essa questão não for devidamente equacionada, poderá ter repercussões profundas para aquelas populações.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Em primeiro lugar, meus cumprimentos a V. Ex^a pela revisão que faz das posições equivocadas da Oposição, na qual se integra o partido de V. Ex^a, como foi confessado, no que diz respeito às privatizações. Por enquanto, a revisão está setorial, tópica, mas não tenho dúvida de que, num passo seguinte, V. Ex^a haverá de ampliá-la. Quanto às preocupações, essas sim, de natureza técnica, no que diz respeito à vazão que deve ser dada nas hidrelétricas, acredito que não haverá grande problema, porque, no instante da privatização, serão estabelecidas regras, a serem fiscalizadas depois, gerenciadas pela agência reguladora do setor hidrelétrico. Então, essa agência haverá de ter autoridade para resolver essa questão abordada por V. Ex^a, que é importante. Eu, portanto, não tenho receio quanto a isso. Se a privatização depender disso, acredito que será um ponto resolvido. E vejo que a solidariedade de V. Ex^a já chega até a esse ponto, desde que seja resolvida essa questão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Senador Edison Lobão, quero registrar que os questionamentos e ponderações que fiz aqui, na tarde de hoje, sobre a luta contra a privatização, já os fiz por várias vezes nesta Casa; não significam uma revisão em relação àquilo que entendemos que deve ser a ação do Estado e àquilo que deve ser entregue à iniciativa privada. Em momento algum colocamos essa questão como uma questão ideológica. Mas, mesmo que o tivéssemos feito, não haveria nenhum problema em fazer a revisão daquilo a que chegamos à conclusão de que está errado. Ao contrário do que faz o PFL, por exemplo, que sempre está do lado do Governo, seja qual for o Governo. O PFL é um Partido absolutamente coerente: muda-se o Governo, ele continua do lado do Governo e não faz autocríticas em relação a governos que apoiou anteriormente. Ele apenas volta a atender a outros governos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Veja V. Ex^a que fui contrário à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, solidário certamente com o seu Partido.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Mas, infelizmente, não estava presente aqui, no Senado, quando da votação do meu projeto, que submeteria a aprovação da privatização da Vale do Rio Doce ao crivo do Congresso Nacional. V. Ex^a, solidário à Liderança do seu Partido, acabou não votando a favor.

Com certeza, na votação daquele projeto – que foi rejeitado por 4 votos e que, com o seu voto, seria

de apenas 3 a diferença -, possivelmente, se outros Senadores, que por diversas vezes fizeram pronunciamentos contra a privatização da Vale, tivessem votado a favor do meu projeto, a sua aprovação teria merecido o crivo do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

O Sr. Edison Lobão (PFL - MA) – Não faça injustiça a seu companheiro. Algumas vezes, aqui, votei iniciativas que obstaculizavam a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Se, em um ou outro momento, eu não estava presente, foi um acontecimento; não que eu tivesse mudado de posição ou, pior ainda, mascarado a minha posição. Não sou de fazer isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE) – Apenas registrei o voto no dia em que o projeto veio a voto no plenário. Várias vezes, e V. Ex^a acompanhou, houve uma série de chicanas por parte da maioria governista, como requerimento de adiamento, de reexame etc, mas no dia em que foi a voto, infelizmente, não pudemos contar com o seu honroso voto.

Continuando meu pronunciamento, primeiro, quero registrar que tenho muita preocupação em relação a essas questões que estou levantando, se serão realmente dirimidas, porque os antecedentes relativos ao processo de privatização comandados pelo atual Governo não nos consolam ou não nos animam a achar que isso venha a acontecer. O principal ataque que se fazia aqui, até como justificativa para a privatização do sistema telefônico, era a péssima qualidade dos serviços. Uma consulta aos usuários da Telefônica de São Paulo ou da Telerj, já privatizadas, mostrará que as reclamações são maiores do que quando eram estatais. Os números do Procon mostram isso.

Sr. Presidente, tenho em mãos uma publicação, muito cuidadosa, preparada e assinada pelas seguintes entidades: Federação Nacional do Urbanitários, CUT, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco, Sindicatos dos Eletricitários do Estado da Bahia, Ceará e Sergipe, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí, Sindicato dos Administradores de Pernambuco, Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros – Fiseng – e Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco.

Leio trechos e questionamentos dessa publicação:

"A Codevasf desenvolve, ainda a nível de estudos, o monumental Projeto Semi-Árido, proposta de desenvolvimento sustentável da bacia do rio São

Francisco e do semi-árido nordestino, empreendimento que exigirá a retirada de centenas de metros cúbicos por segundo dos reservatórios de Sobradinho e Itaparica.

Em 1998, o Ministério da Agricultura divulgou a Proposta Básica de um Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste. O Programa contempla prioritariamente as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, e, também, exigirá vazões consideráveis.

1) Ocorrendo a privatização e a implantação do Projeto Semi-Árido e do Programa de Fruticultura Irrigada, como o Estado brasileiro compensará os proprietários privados pela energia não gerada?

2) Na Bahia, a região dos Baixios de Irecê representa uma área potencialmente irrigável superior a 100.000Ha.

Ocorrendo a implantação dessa área de irrigação, o Governo da Bahia ou os irrigantes terão de assumir a indenização pela energia não gerada?

3) Hoje, pequenos irrigantes nos perímetros dos reservatórios captam água, são cadastrados pela Chesf e têm autorização dos órgãos de controle para utilizá-la.

Como vai ficar a situação desses pequenos irrigantes caso ocorra a privatização da forma que o Governo está propondo?

4) No reservatório de Sobradinho, há obrigação de liberar água (energia não gerada) para formação de volume de espera para reduzir **peaks** de cheias.

Os estudos em desenvolvimento podem definir liberação de vazões para a navegação no contexto do transporte intermodal que inclui a hidrovia do rio São Francisco.

Há reivindicação das comunidades que ocupam as várzeas do baixo rio São Francisco, nos Estados de Alagoas e Sergipe, no sentido de que vazões sejam liberadas para que cheias artificiais restaurem a periódica inundação das lagoas marginais que garantem a reprodução dos peixes e manutenção da pesca como fonte de trabalho e renda. Estudos relativos a essas cheias artificiais estão sendo desenvolvidos sob coordenação da Ceeivasf.

Essas e outras questões similares envolvendo o uso múltiplo das águas estão contempladas nos editais de privatização de modo a não prejudicar as futuras gerações nem obstaculizar o desenvolvimento da Região Nordeste?

É intenção estabelecer nos Editais uma energia firme reduzida para preservar futuros usos da água, com conseqüente aviltamento do preço de venda?

E se, alternativamente, a opção for compensar os proprietários privados pela retirada d'água, o Estado brasileiro será futuramente penalizado?"

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são questões levantadas por políticos, sindicatos e comunidades da Região Nordeste, que não podem ser subestimadas ou relegadas a segundo plano apenas porque o Governo brasileiro assinou um acordo com o FMI.

Entre as metas estabelecidas no acordo com o FMI está a obtenção de não sei quantos bilhões de dólares com privatização e nesse valor estão incluídos os recursos provenientes da privatização das empresas geradoras de energia elétrica. Portanto, não há nenhuma justificativa para tratar essa questão como uma simples privatização de ativos, como uma simples operação financeira que poderá ser bem utilizada para fazer o ajuste fiscal e garantir o acordo com o FMI, esquecendo-se de que o assunto diz respeito a gerações e gerações de brasileiros, particularmente nordestinos. Logo, o tema merece uma discussão aprofundada.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os Srs. Senadores, não só os membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para comparecerem à audiência pública a realizar-se amanhã, às 18 horas, onde estarão presentes o Ministro das Minas e Energia e os Presidentes da Eletrobrás, da Eletro-norte e da Chesf. Serão objeto de debate não só o "apagão" mas também o processo de cisão e privatização da Chesf e de Tucuruí – que, segundo os jornais, parece que o Governo já desistiu de empreender. De qualquer modo, é o momento em que o Senado Federal tem oportunidade de, na referida comissão, debater tema tão importante para o futuro do Brasil e, particularmente, das Regiões Norte e Nordeste.

A Sra. Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sra. Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador José Eduardo Dutra, era minha intenção, na tarde de hoje, fazer um pronunciamento sobre a entrevista com o Presidente Fernando Henrique Cardoso publicada pelo Correio Braziliense. Mas, como depois de amanhã é o dia em que se chora o holocausto, e estamos vivendo um holocausto no Brasil, falarei sobre a entrevista neste dia e no Dia Mundial da Saúde. Registro minha satisfação diante do discurso de V. Ex^a e de outros já feitos nesta Casa – inclusive pelo Senador Ademir Andrade – que tratam

sobre este tema. Todos nós nordestinos, em razão de o rio São Francisco ter sido sempre cantado em verso e prosa – com todo o respeito ao verso e à prosa – como se fosse o rio da integração nacional e não ter de fato servido tanto para a Região Nordeste do ponto de vista de projetos para abastecimento de água e garantia do desenvolvimento econômico, a dinamização da economia local, a geração de emprego e renda. Infelizmente o rio São Francisco não foi usado em toda a sua capacidade, em todo o seu potencial, nas áreas agricultáveis do nosso Nordeste. Apesar disso, o Governo Federal, subserviente diante do Fundo Monetário Internacional, quer mais uma vez impor essa perda gigantesca à região Nordeste. Enalteço o pronunciamento de V. Ex^a. Entendi perfeitamente o trecho em que V. Ex^a afirma que nós, do Partido dos Trabalhadores, revimos algumas posições em relação à privatização. É claro que isso aconteceu, mas nenhuma delas dizia respeito a certos aspectos sobre os quais cabe agora responder à opinião pública. Refiro-me a privatizações como a da Vale do Rio Doce, do Sistema de Abastecimento de Água, do Sistema de Abastecimento de Energia. Desafio quem defendeu essas privatizações, quem as cantou em verso e prosa: que responda, à luz da realidade vigente, ou que as continue defendendo. Para que o mesmo não venha a acontecer em relação à privatização da Chesf, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento e espero que o Senado tenha dignidade para enfrentar essa discussão, não se ajoelhando covardemente perante o FMI, mas curvando-se à necessidade do real aproveitamento desse rio, tanto para o abastecimento de energia como para garantir o potencial econômico da nossa região do Nordeste. Portanto, parabênizo V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena. Incorporo o seu aparte ao meu discurso e, como o nosso Presidente já está fazendo sinal de que o tempo acabou e vejo que realmente já avancei em sete minutos e trinta e oito segundos, concluo aqui o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, como Líder, por 5 minutos, de acordo com o Regimento Interno.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco – PT/AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há algo de extrema relevância para mim, que é a matéria de capa da **Veja**, na qual podemos sentir a tristeza dos massacre que está sendo feito pelas

motosserras e por pessoas inescrupulosas em nome de um progresso que não se sabe a quem serve.

Dão-nos vergonha os números catastróficos, como, por exemplo, 270 quilômetros quadrados na Amazônia, equivalentes a 32.700 campos de futebol.

O interessante da matéria da revista **Veja** é que apresentam um **ranking** perverso: os dez maiores desmatadores da Amazônia. E poderia citar os nomes de três deles, os primeiros dessa famigerada corrida pela devastação de uma região tão fantástica, rica e bela. O primeiro deles, com 3.524ha de área desmatada, é o Sr. Emilio Zamproni; o segundo lugar, no sul do Pará – terra de V. Ex^a, Senador que agora preside os trabalhos –, o Sr. Canrobert Domingos da Costa, com 2.770ha e, em terceiro lugar, Sadi Bortolotti, com 2.724ha de área desmatada. Assim, vamos até o décimo lugar, que é do Sr. Loinir Gatto, com 2.400ha de área desmatada.

Sr. Presidente, para mim isso é motivo de indignação. A matéria feita pela revista **Veja** é excelente. Devo registrar que foi realizada pelos jornalistas Alexandre Mansur e Klester Cavalcanti. A reportagem nos mostra que, nessa mesma região, existe um contingente, principalmente na área do sul do Pará, de 850 trabalhadores vivendo em regime de escravidão e de semi-escravidão, segundo dados do Ministério do Trabalho.

É uma matéria que escandaliza aqueles que têm preocupação ambiental, aqueles que têm preocupações sociais e, acima de tudo, aquelas pessoas que procuram fazer do desenvolvimento um meio de dar resposta aos problemas econômicos e sociais de uma região tão vasta, que corresponde a mais de 50% do nosso território, com 20 milhões de habitantes.

Estou fazendo um breve registro para que já fique nos Anais da Casa hoje, nesta segunda-feira, um pronunciamento de protesto com relação a essa triste notícia que temos estampada para o Brasil inteiro. Conhecemos a realidade da Amazônia e sua face não oculta, porque ela é visível, porque ela é vista por todos aqueles que acompanham o problema do desmatamento na nossa região. Trata-se de pessoas em atividades de pecuária e de exploração madeireira. Se perguntarmos qual é o progresso que, de fato, tem trazido para a nossa região esse tipo de atividade produtiva, posso responder sem sombra de dúvidas que é muito pouco, para ser generosa. Digo isso porque a mão-de-obra ocupada por uma grande fazenda é infinitamente menor a que era ocupada na época do extrativismo por milhares e milhares de famílias. A mão-de-obra ocupada na ex-

ploração irregular de madeira, sem licença, sem manejo florestal, é sazonal e acaba com o tempo, quando são destruídas espécies nobres, quando a floresta fica empobrecida, completamente à deriva de todo e qualquer tipo de abuso, principalmente de acontecimentos catastróficos, como é o caso dos incêndios.

Amanhã estarei fazendo um pronunciamento sobre esse aspecto. Já havia preparado um discurso para tratar de assuntos relativos à portaria do Ministério do Meio Ambiente, que proíbe qualquer tipo de desmatamento, no prazo de 120 dias. A partir dessa portaria, por sugestão minha e de outros Srs. Deputados, Senadores e entidades representativas de Organizações Não-Governamentais, sugerimos ao Ministro que fizesse uma reunião, para discutirmos uma agenda positiva na Amazônia, no sentido de que não fôssemos apenas pelo lado do que não pode ser, mas do como deve ser, como tem dito reiteradas vezes o Governador Jorge Viana.

Então, essa matéria da revista **Veja** só vem reforçar aquilo que já estamos defendendo, que é o desenvolvimento econômico e sustentável para a região, o zoneamento ecológico e econômico, que, graças a Deus, já está sendo realizado no Estado do Acre e, com certeza, no Estado do Amapá, com o Governador Capiberibe. Se não tivermos cuidado, em 50 anos a Amazônia poderá já estar vivendo as agruras de uma fase terminal. Todos sabemos que a Amazônia é uma floresta senil, que não tem capacidade de se reproduzir, de se refazer ao ser exterminada. Sua cobertura vegetal original não se refaz com a mesma exuberância, com a mesma condição, principalmente no que se refere à diversificação de espécies. O que surge ali é uma capoeira de terceira classe, que não conta com as mesmas condições do ecossistema que foi devastado.

A publicação dessa matéria, como já disse anteriormente, vem em um momento oportuno para que nesta Casa possamos discutir questões como essa.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Esta Presidência se associa à manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, por permuta com o Senador Jonas Pinheiro, por 20 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que está ficando cada vez mais confirmado que a política é algo fantástico. Nada é igual à política. Para entender de medicina, só os médicos. Creio que só os po-

líticos – e olhe lá – para entenderem o que é e como transcorre a política.

Sr. Presidente, o Senador José Roberto Arruda pediu a esta Casa, nos termos regimentais, a instalação de uma Comissão Especial para estudar a reforma tributária. O Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitou Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar irregularidades no Poder Judiciário. É o PFL em ação. O PMDB solicitou a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro. É o PMDB em ação. O PSDB, então, resolveu, na tarde de hoje, por intermédio de um de seus mais ilustres representantes, pedir algo que o Senado deveria ter feito há muito tempo, no mínimo por meio da Comissão de Assuntos Econômicos: criar ou designar uma subcomissão, pela importância do assunto.

A Federação brasileira está em crise há muitos anos. Desde que aqui cheguei como Senador da República, faço apelo nesse sentido. Cada vez que se votou imposto, majoração de tributos, como o Fundo de Estabilização Fiscal, que retira recursos de Estados e Municípios, ou CPMF, ninguém teve a iniciativa de fazer uma reforma tributária que realmente atendesse aos anseios da Federação brasileira. Hoje, muitos duvidam da reforma tributária. Muitos alegam que o Executivo sequer tem interesse por ela.

O Executivo enviou dois projetos para a Câmara dos Deputados. Isso não impede que o Senado, por intermédio de comissão específica ou especial, já estivesse oferecendo à Nação brasileira o que o setor produtivo pede, o que o cidadão comum pede. Não apenas o setor produtivo ou os empresários produzem, porque o assalariado paga imposto de renda na fonte. Ele não foge. Ele paga os seus tributos à União pelo desconto no seu holerite. O assalariado paga, não sonega.

Sr. Presidente, a reforma tributária é uma questão de cidadania. Todos devem pagar impostos. É preciso que haja realmente uma reforma tributária que atenda à vocação de descentralização que a sociedade brasileira clama, para fortalecer os Municípios, os Estados, a União. Essa é a verdade. É o que todos desejamos. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado não fez essa reforma até hoje, apesar de ser a Casa da Federação, apesar de ser a sua maior responsabilidade cuidar dos interesses da Federação. Os Estados e os Municípios estão endividados!

Que venha também uma Comissão Especial de Reforma Tributária! Já estará vindo tarde, se for

efetivamente constituída. É obrigação principal do Senado da República atentar para o equilíbrio da Federação. Nós, do Norte, do Nordeste e do meu Centro-Oeste, sabemos do grande desequilíbrio existente. Os Estados do Sul e do Sudeste são privilegiados, e meu Centro-Oeste está sacrificado.

Por isso, venho à tribuna para dizer que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste está piorando ao invés de melhorar. Na semana retrasada, estive em visita ao meu Estado, em dois Municípios, e recebi apelos dos mutuários, daqueles que foram ao banco buscar empréstimos do Fundo do Centro-Oeste. Eles diziam que a última medida provisória do Governo, aquela que trocou a TJLP pelo Índice Geral de Preços, agravou a situação. No mês de fevereiro, os juros daqueles que tomaram empréstimo com base no Fundo do Centro-Oeste estavam pagando 4,4% ao mês, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores! Isso inviabiliza qualquer projeto, torna a dívida impagável.

Sr. Presidente, acredito na estabilidade da economia com crescimento, o que realmente irá provocar a estabilidade da economia do nosso País. Se não incentivarmos o setor produtivo e, principalmente, a agricultura e o trabalhador do campo; se não incentivarmos a construção civil, não iremos vencer o maior fantasma que ronda as famílias do Brasil atualmente: o desemprego. Este é o grande problema nacional, porque humilha o cidadão brasileiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. As famílias estão assustadas, os jovens estão sem nenhuma perspectiva de trabalho. O mercado de trabalho não está existindo para a juventude, e há uma incoerência muito grande quando falamos nos Fundos de Investimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Eles foram criados – e V. Ex^a que está na Presidência era Constituinte em 1988 – para estimular o sistema produtivo neste País, para evitar as desigualdades regionais.

Se nunca se editou tanta medida provisória neste País como agora e se existe uma Medida Provisória que trocou a TJLP pelo Índice Geral de Preços, que, no mês de fevereiro, ficou em 4,4%, por que não se edita, imediatamente, uma outra medida para ajudar os devedores do Fundo do Centro-Oeste ou os agricultores que estão impossibilitados de saldar os seus débitos, que não têm condições de produzir verdadeiramente?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não houve euforia, ao menos houve otimismo no momento da desvalorização cambial. Todos apostam em uma safra recorde no Brasil, com cerca de 82 mi-

lhões de toneladas de grãos. Ora, Sr. Presidente, a Argentina, país vizinho, em quatro anos, de 30 milhões, passou a produzir 60 milhões de toneladas de grãos. Estamos longe de atingir o que podemos realmente.

Em verdade, estão sendo penalizados o agricultor e a agricultura. Sabemos o papel relevante que a agricultura exerceu para a estabilização dos preços no País, quando foi chamada de "âncora verde" e ajudou a estabilizar os preços. Hoje, os agricultores brasileiros estão endividados perante os estabelecimentos de crédito. Especificamente, refiro-me àqueles que foram ao Fundo do Centro-Oeste. Estes, então, estão "quebrados", a exigir do Governo uma solução para seus problemas. E qual seria a solução? A aplicação de juros adequados, para que pudessem saldar seus débitos, porque, positivamente, com os juros atuais e o Índice Geral de Preços em 4,4%, não há maneira de liquidá-los.

Ora, eu disse que não há razão de euforia no setor agrícola do País, porque, se essa desvalorização ajuda a exportação de grãos em nosso País, convenhamos que a agricultura incorpora insumos importados, e, dessa forma, a desvalorização afeta o custo desses insumos.

Então, vamos, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, fazer um apelo ao Poder Executivo, às autoridades econômicas do Governo, porque o Ministério da Agricultura é sensível, conhece os problemas do campo; vamos fazer um apelo para que esses juros fiquem em um patamar razoável. Por exemplo, a taxa de 8% ao ano seria razoável, mas sem nenhum acréscimo. Vamos efetivamente ajudar no crescimento do Brasil. O Brasil precisa crescer para sair da crise.

Falei há pouco no desemprego. Li hoje, em um jornal do Rio Grande do Sul, que recente pesquisa feita no Estado, com 39% da população, aponta que, em cada cinco famílias, duas têm medo do desemprego. Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quando cada família passa a ter um desempregado em seu seio, a situação fica muito séria.

Como se resolve esse angustiante problema? Volto a afirmar: acredito – talvez porque eu seja homem arraigado no Centro-Oeste ou porque defenda aqui os interesses de Mato Grosso do Sul – que isso tem de ser resolvido por intermédio do campo, da ajuda aos agricultores, da produção, do crescimento.

Além da agricultura, temos também que pensar na construção civil, porque se minora o problema habitacional dos brasileiros e se dá emprego a quem

quer trabalhar. Acredito que essas são as duas vertentes maiores no combate ao desemprego.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, atendo aos agricultores do meu Estado, mas, falando por eles, estou falando pelos agricultores de todo o País, que estão em uma situação terrível. Não se pode mais jogar o problema para frente; não se pode mais adiar a sua solução. É preciso que a área econômica assuma a situação imediatamente e o resolva de uma vez por todas, baixando os juros naqueles setores que são importantes para o crescimento do País. E o setor mais importante para o crescimento do País é o agrícola, é o campo.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) -V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, gostaria, primeiro, de abordar a questão tributária. As pesquisas divulgadas, salvo engano, pelo jornal **Estado de S. Paulo** mostraram que a população quer mais dinheiro nos municípios. Pensam que é melhor dar aos municípios por uma razão dominante na pesquisa: a aplicação mais racional, ao menor custo e mais próxima da população. Esse processo de descentralização que V. Ex^a está mencionando está na cabeça do povo. Ainda em relação à reforma tributária, tenho um receio. Penso que ela é necessária e importante, mas a União não quer perder dinheiro, os Estados querem mais, os Municípios querem pelo menos não perder e o contribuinte quer pagar menos, e com certa razão. Existem poucos pagando muito; esse é o nosso problema em matéria de arrecadação. Há pouco tempo, o **Jornal do Brasil** publicou uma matéria, mostrando que, dos 100 maiores contribuintes da CPMF – não recorro se pessoa física, jurídica ou ambos –, 48 não pagam imposto de renda. A CPMF incide exatamente sobre movimentação financeira; só pode movimentar quem tem. Pois bem, desses 100, 48 não pagam imposto. Está-se vendo que existe alguma coisa errada. Temo que, mais uma vez, essa reforma acabe recaindo na cabeça do contribuinte, aumentando-se a tributação para fazer essa distribuição entre os entes federados. Esse é o meu medo. É preciso que isso seja enfrentado com equilíbrio, determinação, mas lembrando-se desta figura que é o suporte de tudo: o contribuinte. Quanto à questão dos fundos, as condições ficaram incompatíveis com o financiamento oferecido pelos bancos que são os gestores desses Fundos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E o mais grave: caiu a medida

provisória a que V. Ex^a aludiu e que remete ao IGP, o qual subiu muito, conforme V. Ex^a está informando. A situação, portanto, piorou. Chegou-se a dizer – penso que com verdade – que era o dinheiro mais caro depois da renegociação do Banco do Brasil. E ficaram de fora o BASA, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, a instituição financeira gestora no Centro-Oeste. Esses fundos foram excluídos daquela securitização, do alongamento para 20 anos. Por conseguinte, a situação dos tomadores de recursos desses fundos tornou impraticável o pagamento dessas dívidas. A medida provisória acolheu algumas medidas muito tênues. Estávamos trabalhando – eu era membro da primeira Comissão constituída – para mudá-la e tentar junto ao Governo uma negociação mais razoável. A medida provisória agora foi reeditada; são outros membros, outro Presidente, outro Relator, e volta-se à estaca zero. Como disse o Senador Jonas Pinheiro em discurso, neste plenário: reedita-se a medida provisória, todos os Membros da Comissão dela saem – ou pelo menos o Presidente e o Relator, pois há o sistema de rodízio de Partidos –, e começa-se tudo de novo. Portanto, temos de fazer pressão para encontrarmos uma solução justa e razoável. Não se trata de dar dinheiro do Governo, de perdoar, de anistiar, mas de possibilitar condições em que seja exequível a liquidação desse débito ou a normalização dessas operações. V. Ex^a está certíssimo e traz esse dado do IGP, do qual eu não me havia ainda dado conta. Então, vamos nos unir – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, sem ter medo da acusação de regionalismo, porque queremos que seja feita justiça. Os outros agricultores, bem ou mal, foram atendidos com a securitização, e esses ficaram sem nenhuma ação do Governo em favor deles.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo aparte do Senador Lúcio Alcântara, que o problema não é só do Fundo do Centro-Oeste, mas de outros fundos do Norte e Nordeste também. V. Ex^{as} sabem quantos tomadores, quantas operações contratadas pelo Fundo do Centro-Oeste existem? Noventa mil operações, quer dizer, quase cem mil operações de crédito contratadas com recursos do Fundo do Centro-Oeste. É um valor de aproximadamente R\$2 bilhões. Isso dá uma idéia da dimensão dessa matéria. Indago-me: onde está o Governo? Vendo a carruagem passar? Tem dinheiro para receber, sabe que o tomador, embora endividado, não quer, como disse o Senador Lúcio Alcântara, ser perdoado, anistiado; apenas não quer pagar juros desse valor. Não há

condições. A agricultura, que foi a âncora do real, a âncora verde da estabilidade econômica, não deu condições para o pagamento de juros dessa natureza, desse valor. Isso é muito! Está faltando inteligência às autoridades econômicas do Governo para ver até o que é melhor para si mesmo. Se ele não quer ajudar o agricultor, que ajude a si próprio, procurando receber o que lhe é devido. E, para isso, é preciso que coloque a dívida em condições de ser paga, até porque boa parte dela foi paga com juros escorchantes. Portanto, o Governo recebeu uma parte do principal, acrescido de juros elevados. Então, está na hora de se trabalhar com a cabeça e ajudar este País por meio de quem trabalha no campo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, falta uma capacidade gerencial, porque não é possível assistir a tudo isso impassível, neste momento de tamanha gravidade para o Brasil.

O Senador Lúcio Alcântara – e agora volto à reforma tributária, porque iniciei meu pronunciamento assim – a ela se referiu, mostrando que a questão é de difícil solução, pois envolve interesses de Municípios, Estados, da União e dos contribuintes. Em outras palavras, mexeu no bolso, dói.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a situação pode ser difícil, mas não é impossível de ser resolvida. A Legislatura passada já foi encerrada e não instalamos qualquer Comissão especial de reforma tributária nesta Casa da Federação. Hoje, propõe-se uma Comissão Especial da reforma tributária, esquecidos nós mesmos de que a Comissão Especial da Reforma Política funcionou, terminou, tem suas conclusões e não estamos votando nada da reforma política também.

Então, creio que está havendo um mérito nessa questão da CPI: parece que agora vamos passar o Brasil a limpo. Que se passe a limpo o Brasil; não há por que recear nada. Receio de quê? Ninguém vai centrar em sentença transitada em julgado, ninguém vai analisar sentença do Poder Judiciário! Lá na Câmara também foram instaladas duas Comissões – uma, para analisar a reforma do Judiciário; e outra, para analisar a reforma tributária. Então, vamos instalar uma aqui para que possamos trabalhar a reforma tributária. Senão, sabe o que vai acontecer, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores? Vencidas as dificuldades aludidas com categoria pelo Senador Lúcio Alcântara, a reforma tributária virá para cá com uma marca: o Senado vota e não pode mexer, porque, se mexer, volta para a Câmara. Desse modo, ficamos nessa de apenas colocar um carimbo homologatório em assunto de tamanha importância,

assunto que diz respeito ao Senado da República, que é questão da Federação brasileira.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tudo no Brasil até agora está muito utópico. Quer dizer, em matéria de reforma tributária, vamos criando impostos para resolver determinadas situações. Hoje, para se tentar resolver uma situação, baixa-se um e outro imposto. Isso tem o nome de atender o custo Brasil, e ficamos aí, inteiramente sem o que é imprescindível, ou seja, fazer verdadeiramente uma reforma, e termos leis, um código nacional; do contrário, ficaremos emendando a Constituição a toda hora. Há mais de 200 emendas constitucionais em tramitação no Senado e na Câmara Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, feitas essas considerações, que fique o meu apelo. Misturei as questões, mas o meu objetivo principal é fazer com que a área econômica ouça o Centro-Oeste, ouça Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, um Estado que tem 23 milhões de cabeça de gado, um Estado que produz muitos grãos. Não temos outra riqueza a não ser a que vem do nosso solo, da terra fértil que Deus nos deu. E por que não ajudar os nossos Estados? Por que não ajudar as regiões necessitadas do nosso País?

O Senador Eduardo Siqueira Campos, jovem talentoso, quando soube que eu iria falar sobre o Centro-Oeste me disse: "Senador, nós, do Tocantins, pensamos muito. Estamos numa faixa de fronteira e tínhamos que optar: ou ficar para a Região Norte ou ficar para a Região Centro-Oeste. Aí percebemos que para a Região Norte era ruim também para ficar, porque também é uma Região pobre; o Centro-Oeste, em matéria de recursos federais, é mais pobre ainda. O Governo Federal não atende o Centro-Oeste; atende o Norte, o Nordeste, o Sul, o Sudeste – atende mais o Norte e o Nordeste –, só depois vem atender o Centro-Oeste. Temos o Orçamento para provar que isso é verdade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tanto é assim que esse Fundo do Centro-Oeste só existiu porque, em 1988, algumas pessoas tiveram a idéia de unir essas três Bancadas. Eu me incorporei a ele porque era da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. É a única região que não tem mais superintendência, acabaram com a Sudeco. Mesmo assim, unimos o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste e criamos o fundo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. O Centro-Oeste, com menos recursos que o Norte e o Nordeste, mas contemplado. No entanto, esses recursos, criados pela Constituição Federal para eliminar as desigualdades

regionais, não estão indo para o seu destino em condições adequadas de fomentar o setor produtivo.

Vamos torcer para que o Governo promova uma modificação na legislação do Fundo do Centro-Oeste – se me permitem os Senadores, como disse o Senador Lúcio Alcântara, em seu aparte –, uma modificação que atenda ao setor produtivo das três Regiões.

A Sra. Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a e depois encerro o meu pronunciamento.

A Sra. Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. É claro que não podemos, as três Regiões, ficar no muro das lamentações para ver quem está mais miserável. Eu estava concordando inteiramente com V. Ex^a, mas quando falou que o Nordeste estava melhor que o Centro-Oeste, nós, nordestinos, vendo a fome, a miséria, o desemprego e o sofrimento, somos estimulados a falar, embora eu tenha absoluta certeza de que a intenção de V. Ex^a não é a de provocar cisões entre as três Regiões pobres. Muito pelo contrário, o propósito é que possamos aglutinar esforços no sentido de possibilitar melhorias para essas três Regiões, pois qualquer pessoa de bom-senso, independente de identidade partidária, sabe que hoje essas regiões vivenciam um cotidiano extremamente perverso e de angústia para a maioria da população. Já que estou me pronunciando, quero falar um pouco sobre a questão do setor agrícola. V. Ex^a conhece as nossas belas praias. O turismo é visto por vários governos como a grande alternativa para possibilitar o desenvolvimento econômico. Não tenho dúvida de que o turismo só será uma grande alternativa para a dinamização da economia local se vier junto com obras, como V. Ex^a disse, porque ninguém faz turismo sem obras de infra-estrutura, sem estrada, sem abastecimento de água, de energia e sem saneamento básico. Não se pode fazer turismo sem isso. A grande alternativa para o desenvolvimento econômico do Nordeste e, particularmente, do Estado de Alagoas, é a agricultura, tanto pelo potencial de áreas agricultáveis como pelo potencial de recursos hídricos; só que agora não há nada. Por isso, às vezes fico falando do Senado, Senador Ramez Tebet. Quem reclama das condições que estão sendo impostas às regiões não são apenas os Senadores da Oposição. V. Ex^a está reclamando, não está reivindicando um caráter ideológico para o seu pronunciamento. V. Ex^a está reivin-

dicando a atenção do Governo Federal para que não fique vendo a "banda passar", sentado de braços cruzados diante de uma situação de calamidade, como ocorre hoje. V. Ex.^a mencionou com extrema clareza o fato de a agricultura ter sido reivindicada como a âncora verde, no sentido de garantir a estabilidade dos preços para as cestas básicas, e como foi grave e perversa a abertura desvairada patrocinada. Essa abertura quebrou muitos setores importantes. Hoje, com a desvalorização cambial, não se conquistam os mercados repentinamente, nem se conseguem os insumos a que V. Ex.^a se referiu. Então, solidarizo-me com V. Ex.^a em seu pronunciamento. Espero que realmente todos nós possamos não apenas cumprir as nossas obrigações constitucionais, mas também que tenhamos oportunidade, à luz de todas as discussões havidas nesta Casa – que não equivalem a críticas em relação à política econômica monopolizada por uma ou outra tendência política, e de uma realidade que está acontecendo em nosso País –, de fazer com que o Governo Federal entenda o que está ocorrendo. Senador Ramez Tebet, já convidei o Ministro Pedro Malan, já que ele foi debater com o mercado internacional com a finalidade de convencer esse mercado do acerto da nossa política econômica porque, segundo S. Ex.^a, o mercado estava abalado no seu coração, nervos e mente. Como V. Ex.^a e os outros Senadores também estão também com os corações, nervos e mentes abalados em razão da tragédia que assola o Brasil, espero que possamos levar o Ministro Malan às nossas regiões para convencer as populações dos nossos Estados de que essa política econômica dá certo, porque sinto-me incapaz de convencê-las de que isso é o correto. Solidarizo-me com V. Ex.^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex.^a pelo aparte.

Não é a primeira vez que abordo o assunto desigualdades regionais, nem é a primeira vez que defendo os fundos constitucionais, Sr. Presidente. Essa tem sido quase uma bandeira que venho desfaldando no Senado da República. Esses fundos não custam nada ao Governo, eles advêm do IPI, do Imposto de Renda. Dessa forma, não precisam ser tão caros assim para os agricultores, para os industriais ou para quem necessite recorrer a eles, pois eles têm a finalidade de contribuir para o desenvolvimento deste País. O aparte de V. Ex.^a está incorporado ao meu pronunciamento com muita alegria para mim.

Sr. Presidente, V. Ex.^a muito bem representa nesta Casa o Estado de Rondônia que depende

muito desses fundos constitucionais a que acabei de me referir no meu pronunciamento, ocasião em que traduzi o anseio, a expectativa do setor produtivo, especialmente a dos agricultores do Centro-Oeste e, particularmente, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Tenho sorte de encerrar meu pronunciamento tendo V. Ex.^a à Presidência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Esta Presidência solidariza-se com V. Ex.^a pelo brilhante discurso, Senador Ramez Tebet, e entende que muito mais penosa do que a clientela do FCO é a do FNO, sobretudo do Estado de Rondônia.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, serei muito breve neste fim de tarde, mas gostaria de abordar dois assuntos que não têm vínculo entre si, salvo para considerarmos boas novas.

Todos somos tentados, em momentos de grandes dificuldades como o que estamos vivendo, a ter um certo pessimismo, uma certa descrença, desconfiança no futuro, no exercício dos nossos governantes e na própria sociedade brasileira, da qual questionamos seu comportamento e suas atitudes.

São dois os fatos, ambos noticiados pelo jornal **Folha de S. Paulo**. O primeiro deles, no domingo, 28 de março de 1999, sob o título "Problemas sociais vêm diminuindo no Brasil". A **Folha de S. Paulo** – podemos afirmar sem medo de errar – é um jornal que guarda uma grande independência em relação ao Governo. São jornalistas de maior espírito crítico que escrevem nesse jornal, mostrando erros do Governo e a insuficiência de certas políticas públicas; portanto, podemos dizer que um jornal absolutamente insuspeito para publicar matéria como essa.

A pesquisa foi realizada por uma empresa especializada em consultoria no terceiro setor, Kanitz & Associados, com entidades que gastam mais dinheiro com ações sociais – as maiores mas não necessariamente as melhores entidades. Dentre essas quatrocentas entidades estão a Fundação Bradesco, a Associação Congregação de Santa Catarina, a Legião da Boa Vontade, o Centro de Integração Em-

presa-Escola. E a lista completa dessas 400 entidades consultadas será divulgada agora em abril.

Tomando-se por base essa lista de empresas que responderam a esse questionário, chegou-se à conclusão de que, em 1998, 57,4% das entidades disseram que os problemas sociais diminuíram em relação ao ano anterior; 42,6% disseram o contrário. Essas entidades atendem 82 problemas sociais diferentes: crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais, idosos, gestantes desamparadas, migrantes, ex-presos, dependentes, vítimas de violência, prostituição, entre outros. É, portanto, uma gama muito grande.

O que essa pesquisa mostra de mais interessante é que os problemas estão diminuindo no interior e aumentando nas grandes cidades. E os piores resultados estariam, segundo a pesquisa, na região Sudeste do País. Das entidades, 55,5% responderam que os problemas sociais estão diminuindo nesta região, inferior a 81,8% do Centro-Oeste, 70% no Nordeste e 65,4% no Sul.

O analista responsável pela pesquisa, Stephen Kanitz, disse: "Os resultados são muito claros. As piores condições são encontradas nas grandes cidades, e nós temos a tendência de achar que os problemas no País só estão piorando porque olhamos apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Tanto é que repeti a pesquisa durante três anos para ter certeza." O Rio de Janeiro viu um aumento dos problemas, segundo 56,7% das entidades, e, em São Paulo, os problemas diminuíram, segundo 55,2% das entidades.

É interessante também mencionar, tomando-se por base as capitais, a maioria das entidades, 52,3%, entende que os problemas aumentaram, e 47,7% entendem que os problemas diminuíram.

No interior, o quadro é diferente: 62% dessas entidades acreditam que os problemas diminuíram, e 38% acreditam que os problemas aumentaram. Há, portanto, uma incidência maior dos problemas sociais nas grandes cidades.

Isso, depois, é desagregado por área de atuação:

- Assistência à criança: 53,4% entendem que houve uma diminuição dos problemas da criança;
- Assistência ao adulto: 52,2%;
- Assistência ao jovem: 61,5%;
- Assistência a deficientes: 77,1% acreditam que a assistência ao deficiente melhorou, portanto os problemas diminuíram.

Quanto à educação, 60% entendem que houve uma melhoria na assistência educacional.

Somente na saúde é que há 22,2% apenas acreditando que os problemas diminuíram, e 77,8% dessas entidades pesquisadas afirmam que os problemas aumentaram.

Para se ter uma idéia da gravidade deste assunto, amanhã terei um encontro com o Ministro José Serra, pois a Santa Casa de Fortaleza vai fechar suas portas. Está anunciado que amanhã, a partir da meia-noite, o provedor encerrará as atividades da Santa Casa, uma vez que não há recursos suficientes para manter o funcionamento daquela instituição benemerita mais do que secular. Isso mostra a gravidade dos problemas da Saúde, não obstante o grande esforço do nosso colega Ministro José Serra.

Eu queria terminar o assunto comentando esta pesquisa. Evidentemente, ela pode ser discutível, a própria **Folha de S. Paulo** diz que ela precisará ser analisada com mais cuidado, mas pode ser um sinal de que estamos caminhando rumo à diminuição das desigualdades. Se levarmos em conta, inclusive, que algumas dessas atividades hoje estão sendo cobertas por recursos do Governo, como os problemas do deficiente, do idoso, etc., podemos chegar realmente à essa tendência, aferida por instituições que estão diariamente lidando com esse tipo de problema, algumas com grande prestígio como entidades extremamente atuantes. As parcerias dessas entidades do terceiro setor com a própria sociedade e com o Governo estão levando maior eficiência a sua atuação.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB - MS) - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB - MS) - Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a está falando em problemas sociais e diz que a situação da pesquisa aponta uma relativa melhoria no atendimento à criança, aos deficientes físicos etc.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Salvo na saúde.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB - MS) - Salvo na saúde. Entretanto, confesso a V. Ex^a que está difícil acreditar nessa pesquisa, porque o quadro, pelo que sinto, é desalentador. Quando o índice de desemprego aumenta, não pode haver melhoria nas condições sociais da população. Mas V. Ex^a está lendo o resultado de uma pesquisa. Tomara que assim seja. Tomara que estejamos em melhor situação. Formulo sinceros votos e acredito que o Governo tenha acordado para o problema social do País. Fui o Relator

do Orçamento para 1999; reforçamos a mensagem do Poder Executivo, mas reforçamos dentro das limitações conhecidas por V. Ex^a, que acompanhou. Foi muito pouco. V. Ex^a mencionou a Saúde, setor em que houve um avanço muito grande no Orçamento de 1999, o que devemos, aliás, ao esforço da Bancada da Bahia e de todo o Nordeste. Unidos, fizemos o convencimento e injetamos R\$353 milhões no SUS, beneficiando 21 Estados da Federação brasileira...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) – Com aumento **per capita**.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB - MS) – Exato, que tiveram um aumento **per capita**. O Presidente da República tem anunciado aos quatro ventos – e por reiteradas vezes – que deslocará recursos de outros setores para atender a angustiante crise social. Formulamos votos de que Sua Excelência consiga. Se disse, acredito que o fará. É imprescindível. As entidades referidas na pesquisa, as do meu Estado e outras que tenho recebido em meu gabinete – e as recebi mais durante o tempo em que trabalhei na Comissão de Orçamento – estavam em situação grave, e os recursos eram muito limitados para atender à grande demanda. Quero cumprimentar V. Ex^a porque levanta um problema social do País, e isso é que é importante.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Tebet. Inclusive pretendo me dirigir à **Folha de S. Paulo** ou à empresa responsável pela realização dessa pesquisa para obter esses dados, uma vez que são interessantes para refletirmos sobre eles. Inegavelmente, o desemprego constitui um fator de agravamento de todas essas questões, mas a pesquisa foi feita com 400 entidades que lidam diretamente com o problema. Precisamos ver a sua distribuição por Estados, enfim, como isso se comporta.

Tenho impressão que a sociedade brasileira precisa aumentar o seu grau de solidariedade para que certas instituições permaneçam funcionando de maneira eficiente, que haja eficácia nessas instituições. Citava o caso da Santa Casa. Essa Santa Casa, como a de Campo Grande, teve problemas gravíssimos – não sei se já os resolveu. O que acontece é que essas instituições não foram criadas pelo Governo. Algumas pessoas que tinham posses deram inclusive alguns bens, se reuniram e, praticamente, mantiveram essas entidades. E é a nossa geração que vai vê-las caindo, fechando as portas, deixando de prestar esse serviço? Se queremos um hospital para atender essa população, temos de pa-

gar também por isso, temos que participar. Essa é uma realidade da qual não podemos nos esquecer.

E nesse ponto, Sr. Presidente, abordo a segunda parte do meu pronunciamento: vejo como um sinal altamente positivo o gesto de um empresário do Rio de Janeiro, e de sua esposa – não os conheço –, dono ou um dos donos de um grande grupo empresarial, o Unipar. O Sr. Paulo Geyer e sua esposa estão fazendo uma doação ao Museu Imperial de Petrópolis no valor de US\$15 milhões: sua grande casa em Santa Teresa, móveis, documentos históricos, pinturas, gravuras, todo um conjunto que, segundo os peritos que o avaliaram, ainda poderia valer mais se vendesse fracionado. Mas vale, pelo menos, US\$15 milhões. Vejo isso como um sinal altamente positivo. Afinal de contas, está sendo tocado o coração desses empresários. Há pessoas como o Sr. Paulo Geyer e sua esposa que fazem uma doação como essa. Há outra forma de doação que se beneficia do incentivo fiscal, da vantagem tributária; essa representa, de alguma maneira, o esforço do empresário que deve ser saudado, apoiado, mas traz também embutida alguma vantagem para aquele que faz as doações ou as aplicações em cultura. Assim, sem conhecer esse empresário, sem ter com ele qualquer relacionamento, achei que era justo que se registrasse aqui no Senado essa iniciativa, como um sinal de que a sociedade desperta para uma participação mais ativa, inclusive doando aquilo que é seu, que é do seu patrimônio, que é da sua propriedade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB - MS) – Permite nova intervenção, Senador?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB - MS) – Sobre o programa da Santa Casa de Fortaleza, li importante editorial no jornal **O Povo**. O articulista dizia que já se foi o tempo em que as damas da sociedade e os homens de negócio sustentavam sozinhos as Santas Casas, por meio de doações. Atualmente, isso quase não existe. Nesse sentido, foi muito bom V. Ex^a se lembrar desse empresário carioca que fez essa alta doação para o museu e, portanto, para a cultura e para a preservação da memória. Gestos como esses devem mesmo ser louvados, e no caso não passou despercebido ao espírito magnânimo de V. Ex^a. Penso que precisamos incentivar esse tipo de comportamento e a solidariedade de todos para resolvermos os problemas que são sérios. Mais uma vez, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB - GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Maguito Vilela e encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Lúcio Alcântara, quero cumprimentá-lo por abordar problema da maior importância. A enorme dívida deste País é realmente com o social. Gostaria de registrar que há empresários idealistas e sensíveis que quando percebem projetos corretos na área social sempre ajudam. Em Goiás, a Arisco nos ajudou muito nos nossos programas sociais, depositando toneladas e toneladas de alimentos para favorecer famintos e miseráveis. A Elo, atacadista, idem; laboratórios, enfim, muitas grandes empresas também colaboraram muito. Sendo assim, o Governo precisa dar exemplos criando programas justos, sérios e corretos, sensibilizando a opinião pública. Dessa forma, desperta-se o espírito de solidariedade e os programas realmente avançam. Quero cumprimentá-lo e ressaltar que as entidades filantrópicas são da maior importância, pois ajudam o Governo. Na realidade, a obrigação de acudir os mais necessitados, os miseráveis, os deficientes, é do Governo. Essas instituições ajudam, e muito, e precisam ser prestigiadas e incentivadas. Não podemos deixar que encerrem suas atividades, como tem acontecido. Meus cumprimentos a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela. V. Exª, que, como Governador de Goiás, teve ação decidida e vitoriosa na área social, com a implantação de vários programas, dá, agora, o depoimento da participação do empresariado quando compreende a seriedade do projeto. A imagem do Governo é sempre marcada pela desídia, pela ineficiência, pelo desperdício. Citando especificamente o programa de alimentos, tive a oportunidade de comentar o desperdício de alimentos no Brasil. Há muita gente passando fome e muito alimento sendo desperdiçado e até sendo jogado fora. Apresentei, baseado na experiência dos Estados Unidos e numa que está sendo desenvolvida em São Paulo, chamada "Mesa São Paulo", três projetos para estimular a doação de alimentos. Um deles o Senado já aprovou e está na Câmara. É a chamada "lei do bom samaritano". O que quer dizer isso? Por doar alimentos, ninguém poderá ser processado penalmente. Segundo o projeto, não se poderá imputar pena ao doador de boa-fé se o alimento causar algum dano. Por que isso? Uma grande multinacional ou um grande supermercado joga o alimento fora. Por quê? O alimento está bom, mas a empresa o joga fora porque se doá-lo e alguém,

após ingeri-lo, tiver algum problema, seja porque não foi devidamente conservado, seja por causas de outra natureza, e atribuir esse problema àquele alimento, aquela grande empresa fatalmente será processada. Isso, conseqüentemente, vai afetar o que elas mais prezam, que é a sua marca. A idéia é fazer com que quando houver doação de boa-fé não haja nenhuma possibilidade de ação penal contra pessoa física ou jurídica que assim proceder.

Esperamos que a Câmara examine logo esse projeto e, se houver por bem, o aprove para que ele vá à sanção do Presidente da República. Assim, haverá melhor distribuição de alimentos e redução do desperdício que hoje existe.

Eram esses os dois assuntos que eu queria trazer para reflexão, a fim de que haja melhor compreensão da nossa realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com certo atraso, entendi que devia fazer, e faço nesta oportunidade, uma abordagem, mesmo que sucinta, do tema da Campanha da Fraternidade adotada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – neste ano, que é a respeito dos desempregados.

Como é do conhecimento de todos nós, anualmente a CNBB traz para reflexão das autoridades, dos políticos e da sociedade como um todo temas importantes, alguns com grande profundidade de abordagem na área social como, por exemplo, a fome, a justiça, a saúde, a educação, a família, os presidiários. Neste ano, como disse, o tema é a fraternidade e os desempregados, por meio do qual a CNBB convocou a sociedade brasileira para uma análise crítica, com todo discernimento e toda responsabilidade que o assunto exige, das condições sociais que hoje afligem significativamente parcela da população.

Propõe a CNBB, especificamente, examinar a questão do desemprego sob a argumentação de que, numa sociedade que se pretende solidária, fraterna e justa, deve haver meio de evitar os altos índices de desocupação que se vêm observando.

"Sem trabalho... por quê?" é o apropriado lema encontrado pela CNBB para expressar a angústia de uma sociedade que vê aumentarem, dia a dia, os casos de trabalhadores sem emprego e sem perspectivas de prover o seu sustento e o de suas famílias.

O lançamento da Campanha da Fraternidade, no mês de janeiro, coincidiu com a anúncio, feito pelo IBGE, da taxa de desemprego do referido mês, a pior nos 16 anos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pela instituição. O índice, medido nas seis principais áreas metropolitanas do País, foi de 7,73%, denunciando o agravamento do desemprego que, em dezembro, foi de 6,32% e que vem aumentando a cada mês.

A abordagem séria e isenta da questão do desemprego exige, inicialmente, que reconheçamos o seu caráter universal na presente conjuntura. O desemprego aflige hoje sociedades as mais diversas, incidindo mesmo, vigorosamente, sobre as nações mais ricas. Entretanto, há de se ressaltar, os seus efeitos são muito mais angustiantes nos países periféricos, onde o emprego quase sempre significa a garantia da própria sobrevivência do trabalhador e de sua família. A expectativa, em breve, é a de que haja 130 milhões de pessoas em grau de profunda pobreza, sobretudo nos países em desenvolvimento.

É mister observar, ainda, que o desemprego tem um caráter estrutural tanto mais acentuado quanto mais periférica é a economia. Esse é um dos aspectos abordados com profundidade pelo texto base da Campanha da Fraternidade, ao salientar: "Se o problema do desemprego é característico da sociedade industrial, a questão de não ter trabalho não é nova, pois há muito tempo, no Brasil, parte da população economicamente ativa vive desocupada. Nunca tivemos um sistema econômico que inserisse a todos, uma vez que nosso País não se desenvolveu em função de seus interesses".

Antes de quaisquer outras considerações a respeito desse assunto, é preciso ter em mente o significado do emprego após o advento da Revolução Industrial. O trabalho, que até então comportava o significado de ocupação, reduziu-se paulatinamente à noção de emprego, uma atividade remunerada exercida regularmente mediante contrato entre as partes, indispensável para a manutenção do indivíduo e para sua integração na comunidade.

Nessas condições, se falta o emprego a determinado indivíduo, as conseqüências são da maior gravidade, porque, conforme salienta o texto base da Campanha da Fraternidade, "o trabalho assalariado ainda é a fonte principal de sobrevivência da maior parte da humanidade".

O desespero de um indivíduo que quer trabalhar e não consegue emprego é tão grande que, não raro, leva ao suicídio ou a outros atos desesperados, como roubos e assaltos ou ainda o envolvimento

com drogas, na tentativa de garantir o próprio sustento.

O mundo inteiro hoje se preocupa com o problema do desemprego. A Organização Internacional do Trabalho estima em 1 bilhão o número de pessoas desempregadas ou subempregadas. Embora múltiplas, de caráter estrutural ou conjuntural, as causas do desemprego são identificadas sem maiores dificuldades. Em muitos casos, poderiam ser evitadas ou ter seus efeitos amenizados.

Uma dessas causas na sociedade moderna é a revolução tecnológica, supressora da mão-de-obra, tão contundente que alguns pesquisadores e estudiosos já falam numa sociedade futura sem emprego. Inegavelmente, hoje se produz mais com menos trabalho, a tal ponto que o grande problema da humanidade deixou de estar na produção para concentrar-se numa distribuição desigual de oportunidades de empregos e de renda.

O documento da CNBB alerta para o fato de que, no conjunto dos países capitalistas europeus, "a produção da riqueza quase quadruplicou em 35 anos, sem, no entanto, quadruplicar o trabalho. Pelo contrário, "na Alemanha, a partir de 1955, o volume anual de trabalho diminuiu em 30%. Na França, em 30 anos, a diminuição foi de 15%, passando a 10% no espaço de 6 anos".

A revolução tecnológica soma-se o que chamaríamos reestruturação empresarial. A CNBB cita Michel Hammer, um dos grandes teóricos do assunto, que garante: a reengenharia das empresas pode levar a demissões em massa sem, contudo, afetar o volume de produção.

Finalmente, a financeirização da economia e a globalização dos mercados encerram os grandes fatores responsáveis pelos altos índices de desemprego em todo o mundo. O capital, nos dias atuais, deixou de ser um instrumento de produção. Deixou de gerar bens para gerar mais capital, ou seja, deixou de ser trocado por outro produto, por mercadoria, para obter rendimento por si mesmo. O domínio do capital especulativo não conhece barreiras éticas nem alfandegárias ou geográficas. O conceito de soberania diluiu-se, e o esquema do capital especulativo foge ao controle das nações para se subordinar aos interesses das instituições financeiras internacionais.

Um grande especulador, hoje, pode quebrar a economia de um país de porte médio da noite para o dia e pode causar graves prejuízos, por mero prazer, até às economias mais fortes – e temos visto vários exemplos no decorrer desse período.

Há menos de dois anos, o governo canadense embargou a importação de um aditivo para gasolina, produzido pela **Ethyl Corporation**, empresa americana, dadas as evidências de toxicidade do produto. Inobstante alguns estados americanos tivessem também proibido a aquisição do produto, o governo canadense foi obrigado a indenizar a **Ethyl Corporation**, com base nos dispositivos do Acordo de Livre Comércio dos Países da América do Norte – o Nafta.

A medida provocou a indignação até de parlamentares governistas do Canadá, como Clifford Lincoln, do Partido Liberal, que protestou: "Não posso acreditar que uma companhia estrangeira possa ditar suas regras e que, nós, como uma nação soberana, estejamos impotentes para fazer qualquer coisa a esse respeito".

Nesse ponto, Sr. Presidente, o texto base da CNBB não deixa de ser um libelo contra a submissão do Governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional, ainda que a ele não faça referência. Por outro lado, se não denuncia o acordo com o Banco Mundial, que sobreveio à elaboração do documento, a CNBB faz ressalvas ao Plano Real, quando diz: "Desde a implantação do Plano Real, em 1º de julho de 1994, até o final de 1996, o Brasil já perdeu 755.739 empregos formais". E vale notar que a retração prevista no recente acordo com o FMI, da ordem de 4% do PIB, excluirá do mercado cerca de 1 milhão de brasileiros.

Observem bem, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que esses dados não mostram toda a realidade, vez que, até a elaboração dos documentos, os dados de 1997 ainda não estavam disponíveis.

A abertura econômica indiscriminada, bem ao agrado das economias centrais e de instituições como o FMI, levaram ao fechamento de 770 empresas do setor de tecelagem, quebraram as indústrias de brinquedos, provocaram o desemprego no campo. Nesse aspecto, é forçoso reconhecer que nossos governantes, ao ignorarem a voz do povo, da classe empresarial, das diversas categorias obreiras, optaram por uma política que só rende dividendos para as empresas transnacionais.

Em 1994, a taxa de desemprego no Brasil era de 3,42%. Em janeiro deste ano, foi de 7,73% – isso pelos critérios questionáveis do IBGE. Ou seja, mesmo pelos critérios questionáveis do IBGE, o desemprego dobrou entre 1994 e janeiro deste ano. O DIEESE estima em mais de 17% a taxa de desemprego do ano passado.

O que se observa é que, apesar de toda a ênfase, o amargo receituário das economias centrais e das instituições financeira internacionais proporciona bons resultados, mas para elas. Do contrário, como explicar nossos indicadores sociais e econômicos? Hoje, importamos milho, arroz e feijão; o déficit público triplicou; a dívida mobiliária interna, de R\$61 bilhões há quatro anos, superou os R\$300 bilhões ainda no final de 1998; os servidores públicos estão sem reajuste há mais de quatro anos; os contribuintes sofrem com uma carga fiscal voraz e os investimentos sociais foram reduzidos ao patamar mínimo. Mas, os juros, esses fazem a festa dos grandes especuladores, dos nossos credores externos, e são, de longe, os maiores responsáveis pelo insustentável crescimento da dívida brasileira.

Assim, não é de se surpreender que o economista Paulo Batista Nogueira Júnior, da Fundação Getúlio Vargas, tenha denunciado recentemente os organismos internacionais por imporem suas políticas aos países periféricos. Por meio delas, as empresas brasileiras ficam debilitadas e "se tornam presas fáceis de aquisição por parte dos grupos transacionais".

Os países-modelos, que seguiram à risca o receituário das instituições financeiras internacionais, porta-vozes das nações mais ricas, se revelaram com pés de barro. Inicialmente, foi o México; em seguida, a derrocada atingiu os países asiáticos, que hoje amarram taxa de desemprego de até 20%; a Rússia foi, então, a chamada "bola da vez". Há algumas semanas, o FMI reconheceu ter errado na avaliação da crise russa e na administração do remédio. A economia russa – admitiu o FMI – não estava preparada para a globalização e a abertura do mercado. Cabe agora perguntar: e daí? O que vai fazer o Banco Mundial além de reconhecer ter destruído uma economia que já estava debilitada, levando pânico à população, provocando suicídios, sofrimentos e perda de esperança?

O charme da globalização, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se esvaneceu. O rei está nu, e, apesar das advertências de vários setores, os formuladores de nossa política econômica ainda não se convenceram disso. A Campanha da Fraternidade veio, em boa hora, despertar os brasileiros imersos nessa longa letargia. Mais do que denunciar os erros de uma política equivocada, venho conclamar a sociedade brasileira a refletir sobre a questão, a buscar as soluções possíveis, a unir suas forças com intuito de gerar empregos, de redistribuir a renda e de construir um País mais fraterno.

Encerro, portanto, Sr. Presidente, congratulando-me com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em razão do oportuno tema escolhido e pelas profundas reflexões que traz no bojo do texto base que divulgou sobre o tema e o lema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira pelo prazo de 5 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acaba de vir da França, de Paris, mais precisamente do Conselho Internacional para Monumentos, Cidades e Sítios Históricos (Icomos) a grande notícia: a aprovação da etapa mais importante para o reconhecimento de Diamantina, em Minas Gerais, pela Unesco, como Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Icomos é o órgão que faz a perícia para ingresso na lista de Cidades e Monumentos que aspiram à qualificação de Patrimônio Cultural da Humanidade, por decisão da Unesco.

A exemplo de Ouro Preto e do Santuário de Congonhas, em Minas Gerais, de Olinda, em Pernambuco, de Salvador, na Bahia, de Brasília e de São Luiz do Maranhão, das Ruínas das Missões de São Miguel, das Cataratas do Iguaçu e do Parque Nacional da Capivara, no Piauí, a nossa Diamantina deverá receber – esta é a nossa convicção – o título da Unesco de Patrimônio Cultural da Humanidade, mais precisamente, de Cidade Histórica Patrimônio Mundial.

Terra de Juscelino Kubitschek, histórica, encantadora e bela, de tradições e festejos que todo o Brasil sempre comemora, a Cidade de Diamantina tornou-se hoje o centro das atenções de Minas e dos mineiros, do Brasil inteiro, do mundo voltado para a cultura e o patrimônio histórico e arquitetônico como instrumento, não apenas de preservação, mas também de desenvolvimento e bem-estar social.

Desde logo enalteço a figura do jornalista Américo Antunes, meu amigo, diamantinense e coordenador da Comissão Diamantina Patrimônio da Humanidade, pela extrema e vitoriosa dedicação à idéia e ao projeto e a sua tramitação em todos os fóruns culturais por onde vem transitando o processo que há de qualificar, afinal, Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Enalteço, ainda, a competente liderança e o firme e decidido apoio do Prefeito de Diamantina, Dr.

João Antunes, e, de forma especial, o incansável apoio, entusiasmo e orientação do Ministro da Cultura do Brasil, Francisco Weffort.

Sr. Presidente, aprovada essa importante etapa de reconhecimento de patrimônio cultural pelo Icomos, haverá em junho deste ano o ato do Conselho de Patrimônio da Unesco, que deverá referendar a indicação de Diamantina como cidade histórica Patrimônio Mundial. O Conselho é formado por 21 países e o Brasil atualmente dele não faz parte. A etapa final ocorrerá durante a Assembléia Geral da Unesco, em Marrocos, em dezembro deste ano.

Assim, Sr. Presidente, Diamantina e Minas Gerais preparam-se para o grande Reveillon do Ano 2000, comemorando o título de "Diamantina, patrimônio cultural da humanidade", que envolverá o povo e as lideranças do Município e do Estado no fato cultural mais importante do ano na terra mineira.

Diamantina está-se preparando com justiça para integrar o mundo dos negócios do turismo mundial. A atividade turística desponta no centro mundial como excessivo potencial de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Sr. Presidente, devido à exiguidade de tempo, peço a V. Ex^a que faça constar na íntegra este meu pronunciamento.

Ao encerrar, desejo felicitar o povo de Diamantina, Minas Gerais e os mineiros por essa decisão que antecipa, de certa forma, o ato final que será feito ainda este ano, em dezembro, de reconhecimento de Diamantina como cidade patrimônio cultural da humanidade.

Era a comunicação que eu queria fazer à Casa.

Muito obrigado.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA:*

DIAMANTINA – PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

Acaba de vir da França, de Paris, mais precisamente do Conselho Internacional para Monumentos, Cidades e Sítios Históricos (ICOMOS),

a grande notícia: a aprovação da etapa mais importante para o reconhecimento de Diamantina, em Minas, pela Unesco, como Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Como se sabe Icomos é o órgão que faz a perícia para ingresso na lista de Cidades e Monumentos que aspiram a qualificação de Patrimônio Cultural da humanidade, por decisão da Unesco.

A exemplo de Ouro Preto e do Santuário de Congonhas em Minas Gerais, de Olinda, em Pernambuco, de Salvador na Bahia, de Brasília e São Luiz do Maranhão, das Ruínas das Missões de São Miguel, das Cataratas do Iguaçu e do Parque Nacional da Capivara, no Piauí, a nossa Diamantina deverá receber — esta é a nossa convicção — o título da Unesco de Patrimônio Cultural da Humanidade, mais precisamente, de Cidade Histórica Patrimônio Mundial.

A Cidade de Diamantina tornou-se hoje o centro das atenções de Minas e dos mineiros, do Brasil inteiro, do mundo voltado para a cultura e o patrimônio histórico e arquitetônico como instrumento, não apenas de preservação mas também de desenvolvimento e bem-estar social.

Desde logo enalteço a figura do jornalista Américo Antunes, meu amigo, diamantinense e coordenador da Comissão de Diamantina Patrimônio da Humanidade, pela extrema e vitoriosa dedicação à idéia, ao projeto e a sua tramitação em todos os fóruns culturais por onde vem transitando o processo que a de qualificar, afinal, Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Enalteço, ainda, a competente liderança e o firme e decidido apoio do Prefeito de Diamantina, Dr. João Antunes. Enalteço, de forma especial, o incansável apoio o entusiasmo e orientação do Ministro da Cultura do Brasil, Francisco Welfort.

Senhor Presidente, lembra o Jornalista Américo Antunes, que dos 57 (cinquenta e sete) processos julgados pelo Icomos, dia 1º deste mês, apenas 4 (quatro) foram aprovados por unanimidade: as cidades de Micenas, Tirinto e Patmós, na Grécia, monumentos que guardam ruínas da guerra de Tróia. Relevo a notar que a cidade Diamantina foi aprovada por unanimidade e ainda sem restrições quanto ao conteúdo do dossiê preparado pelo Município. Recomendou ainda mais o Icomos que a localidade de Biribiri, hoje um parque ecológico, seja igualmente considerado um bem universal.

Como diz o meu amigo Ângelo Oswaldo, atual Secretário de Cultura do Governo de Minas: Ouro Preto é masculino e Diamantina feminina.

Ouro Preto é o maior conjunto preservado com tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII do Brasil.

Diamantina afirma-se como cidade histórica Patrimônio Mundial, pela singularidade de seu conjunto arquitetônico e de sua paisagem natural, pela tipicidade de sua arquitetura e de sua cultura.

O isolamento do Tijuco, hoje Diamantina, em relação ao resto da Colônia e mesmo da Capitania de Minas influíu na sua conformação natural e expressão artística. A cidade organizada ao redor das minas observou padrões portugueses de urbanização.

Enquanto a maioria das povoações mineiras se desenvolveu ao longo das estradas e caminhos, a povoação do Arraial do Tijuco adotou a solução quadrangular portuguesa, diferenciada pela ausência de praças e notadamente pela ausência da praça que caracteriza a centralidade do poder, representada tradicionalmente pelas casas de Câmara e Cadeia.

A arquitetura também é diferenciada da praticada no litoral e mesmo em outras regiões da Capitania de Minas. A volumetria da arquitetura, em harmoniosa integração religiosa e civil, observa escala menos monumental que a dos prédios oficiais de Vila Rica, hoje Ouro Preto.

Destaca-se ainda a simplicidade e originalidade das construções, com elementos estruturais em madeiras, pintadas em cores vivas e contrastantes, substituindo a austera alvenaria e pedra dos modelos portugueses. Destacam-se também os movimentados telhados e os elegantes beirais e cornijas. Carências técnicas e de materiais foram compensados com originais soluções locais, hoje em fase de reconhecimento como patrimônio cultural da humanidade.

Senhor Presidente, aprovada essa importante etapa de reconhecimento de patrimônio cultural da Humanidade pelo Icomos, teremos em junho deste ano o ato do Conselho do Patrimônio da Unesco que deverá referendar a indicação de Diamantina como cidade histórica Patrimônio Mundial.

O Conselho é formado por 21 (vinte e um) países e o Brasil, atualmente, dele não faz parte.

A etapa final ocorrerá durante a Assembléia Geral da Unesco, em Marrakech, no Marrocos, em Dezembro deste ano.

Assim, Diamantina e Minas inteira preparam-se para o grande Reveillon do Ano 2.000, comemorando o título de Diamantina — Patrimônio Cultural da Humanidade, que vai envolver o povo e as lideranças de Minas e do Brasil no fato cultural mais importante do ano na terra mineira.

Senhor Presidente, Diamantina está se preparando, com justiça, para integrar o mundo dos negócios do turismo mundial. A atividade turística desponta no cenário mundial com expressivo potencial de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Dos 178 (cento e setenta e oito) países representados nas Nações Unidas, o turismo é o maior ou o segundo maior negócio em mais da metade deles, liderados pela França o maior mercado mundial na atividade turística. Nos Estados Unidos está a segunda representação da indústria prestadora de serviço e estima-se que será o maior em poucos anos.

Senhor Presidente, Diamantina, agora a um passo do reconhecimento como Cidade Histórica Patrimônio Mundial, é uma cidade com atrativos suficientes para fomentar a atividade do turismo com prosperidade e gerar um fluxo significativo de emprego e renda em todo o município e ainda promover o desenvolvimento de regiões vizinhas, afirmando-se como um pólo regional de desenvolvimento.

Senhoras e Senhores Senadores, Diamantina, terra de Xica da Silva, do Maestro compositor Américo Lobo de Mesquita e do Ex-Presidente Juscelino Kubitschek, já é declarada patrimônio do povo brasileiro desde 1938. Um dos primeiros atos do então recém-criado órgão oficial destinado a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil, hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O trabalho e a orientação do Iphan contribuíram para que a cidade apresente hoje, em seu núcleo, fisionomia semelhante à de cerca de 250 (duzentos e cinquenta) anos atrás.

Além da existência de um patrimônio cultural, artístico, histórico, e arquitetônico, em fase de reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, Diamantina oferece ainda grande potencialidade para o turismo, especialmente o turismo ecológico, proporcionado pela beleza paisagística da região localizada no alto da Serra do Espinhaço.

Possui, na porta do Vale do Jequitinhonha, inúmeras cachoeiras – a exemplo da Cachoeira dos Cristais, da Palhada, da Natureza, das Fadas, das Três Quedas, do Bambá, do Barão do Guaicui, do Mendanha, do Morro do Santo Antônio, do Tambor, do Telésforo e os Remédios.

Ainda proporcionada pela beleza da Lagoa Azul, das praias do rio Jequitinhonha, pelo rio Caeté Mirim, de águas negras e frias, das grutas da Água Santa, com nascente e poço de águas azuis, da gruta do salitre, do Monte Cristo, da Lapa do Isidoro, da Lapa da Igreja, do Sítio Arqueológico da Batatal e do Vau, lapas com pinturas rupestres, das escaladas e caminhadas pelo Caminho dos Escravos, estrada do Brasil Colonial calçada pelos

escravos, A Serra da Vigília e Tromba Danta, uma serra com belíssima vista de quase todo o município, a 1530 metros de altitude com paredões de até 150 metros de altura.

E ainda as localidades bucólicas de Biribiri, recomendado pelo Icomos para inclusão na lista do reconhecimento de patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, da localidade de Capão das Maravilhas, de Quartéis do Indaiá, uma comunidade negra fechada com dialeto e cultura típica de Sopa, uma região escavada por escravos a busca de diamante e do Quilombo do Vau, o antigo quilombo em uma gruta.

Senhor Presidente, Diamantina integra ainda o Circuito Turístico do diamante, composto, entre outras, pela cidade de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, do Serro, etc. Integram ainda a microregião denominada de Microregião de Diamantina, os municípios de Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Couto de Magalhães, Datas, Felício dos Santos, Felisberto Caldeira, Francisco Badará, Gouvêa, Itamarandiba, Minas Novas, Presidente Kubitschek, Senador Modestino Gonçalves, Serro e Diamantina.

Senhor Presidente, Diamantina ostenta ainda a fisionomia de uma cidade alegre e musical representada pelas serestas, pelas vespertinas – um evento musical em que os instrumentos se distribuem pelas sacadas dos casarões e o povo assiste nos largos – por grupos folclóricos originais, pela qualidade de seus músicos e por tradições festivas, como as festas do Rosário e do Divino, que ainda hoje se realizam dentro da antiga autenticidade.

A Prefeitura de Diamantina, com a liderança do Prefeito Dr. João Antunes, de seus vereadores, de seu povo, vem ainda promovendo diversas outras atividades e políticas de apoio ao desenvolvimento do município.

Vem orientando e incentivando o desenvolvimento da fruticultura e de novas culturas, como é o caso da mamona e do urucum, o apoio ao manejo adequado de sempre-viva na região, à exploração de vários outros produtos minerais de ocorrência da região, a exemplo do manganês, do quartzo, da cianita, da cromita e da bauxita, visando ao aproveitamento da mão-de-obra que vem sendo liberada pelo esgotamento da exploração de diamantes; o estímulo as atividade de lapidação e produção de jóias e artigos de ouriversária; o estímulo à confecção e comercialização de tapetes artesanais, – a exemplo

dos Arraiolo –, a atração de implantação de indústrias – a exemplo de Ferrenho Rocher.

E, enfocando especificamente a atividade do turismo, está investindo na formação e reciclagem de recursos humanos, como gerentes, guias, garçons, atendentes, etc.

Está investindo ainda na produção de materiais publicitários e turísticos informativos e estudando a criação de novos museus, como o Museu do Tropeiro, Museu do garimpo, e ainda a implantação de um Centro de Convenções, capaz de atrair o turismo de negócios, conciliando turismo de negócios e turismo de lazer, a tendência que estar observando em todo o mundo.

Está incentivando a criação de parques ecológicos, como o recém criado Parque estadual do Biri-bi e estudando parceria para a implantação de balneários – a exemplo do projeto do Balneário de Mandanha e Curralinho.

Vem também incentivando a criação de empresa voltadas à prestação de serviços ao turista, como organização de passeios ecológicos, caminhadas e montanhismo, assim como procurando estimular os diversos distritos de Diamantina e desenvolverem atividades voltadas ao turismo, como tapeçaria, artesanato, produção de compotas e doces, garimpos para turista e o incentivo às atividades e eventos folclorista e culturais.

A Prefeitura está consciente e preparando a cidade para o aumento do fluxo de turistas, especialmente em ambientes naturais sensíveis, onde o planejamento é fundamental para um desenvolvimento equilibrado e sustentando em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais da região, evitando danos sobre os meios visitados, ou seja, evitando que o turismo desfrute as mesmas bases que o fazem existir.

O meio ambiente é a base econômica de atividade turística de Diamantina e apresenta oportunidades e imitações.

Para tanto está elaborando o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Município, a ser submetido, nos próximos meses, à apreciação da Câmara de Vereadores.

Diamantina encontra as vocação. Reforça as características próprias da cidade e encontra seu lugar no mundo globalizado. O tema que dá sustentação à elaboração do Plano Diretor da cidade diz claramente: Nosso passado dá futuro.

Diamantina vive agora um clima de otimismo pelo início do reconhecimento da cidade como patrimônio cultural da humanidade.

A sociedade se organiza e a Prefeitura Municipal estimula e orienta a criação de associações comunitárias e de bairro, um rico capital social, um termo econômico empregado para descrever o conjunto de habilidade e a capacidade da população, trabalhar em grupos organizados e com objetivos de interesse comum.

Primeiro, foi a Sudene. Um sonho de muitos anos, de luta e desafios. Finalmente, em 1998, todo o Vale do Jequitinhonha foi incluído na jurisdição da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene.

O tempo é de crise, mas o povo conserva a esperança e o Vale vai integrar-se definitivamente na política de incentivos de toda a área da Sudene.

Diamantina lutou, ao lado de seu ilustre Prefeito, Dr. João Antunes, de seus parlamentares e de seu povo, para implantar na área a primeira agência de desenvolvimento que lhe é destinada.

Agora, em 1999, logo mais, em dezembro, Diamantina receberá da Unesco o título de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, o mais alto título que uma comunidade pode alcançar em razão de sua história de sua cultura e de seu destino de trabalho e prosperidade.

Lá, no Vale, está a minha terra, o meu chão, a minha vida pública, o meu povo amigo, resistente, sofrido e desbravador. A tudo assisto, de tudo participo, como quem cuida de sua terra indormida e vencedora.

Afinal, a informação é nova, do dia primeiro deste mês. E o povo diamantinense, por certo, ainda não divisou, em sua integralidade, o alcance da esperada decisão da Unesco.

Não, não viram milagres, transformações inusitadas. Mas a cidade, desde logo, receberá uma titularidade que poucas comunidades conquistam no mundo inteiro.

Adquire um novo conceito. E – convém lembrar – uma grande responsabilidade na tarefa de zelar pela beleza, pela história e pela monumentalidade da cidade.

Tudo, ao redor, de perto ou de longe, vai convergir para Diamantina, como sempre aconteceu nas tradições de suas festas, canções e vespertatas, que a todos envolve e encanta.

Mas agora a missão é maior. Desde a casa pequenina, nas penhas da cidade e nas grupiarias, até os casarios, que circundam as suas ruas e as capistranas, tudo vai ser visitado, olhado e inquirido pela força de muita gente de fora, de Minas, do Brasil e agora do mundo inteiro, pela força do turismo, que é

o novo instrumento de prosperidade e desenvolvimento dos povos.

Em Diamantina trata-se de fortalecer o mundo dos valores culturais e de bem estar social. Incentiva-se a formação de associações comunitárias, culturais, de associações não governamentais e fermenta-se a atividade política. É incentivado e apoiado os movimentos culturais que buscam reanimar a história e que fortalecem o debate de idéias de vocação de Diamantina.

A tudo isso o reconhecimento da excelente administração do Prefeito, Dr. João Antunes, meu companheiro de luta e de partido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1999

Altera os artigos 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal é acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 243.....

§ 1º Admite-se a apresentação de proposição de bancada e de proposição de autoria coletiva de caráter multipartidário.

I – A proposição de bancada deverá ser assinada por todos os integrantes da bancada, ou por líder que os represente.

II – A proposição de autoria coletiva poderá ser subscrita por parlamentares de diferentes partidos.

§ 2º Para efeitos regimentais, consideram-se autores da proposição todos os seus signatários.

§ 3º Apenas um dos signatários da proposição exercerá, em plenário, as atribuições ou prerrogativas regimentais conferidas ao autor, regulando-se a precedência conforme a ordem em que a subscreveram.

Art. 2º O art. 244 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com o acréscimo de

um segundo parágrafo, com a redação dada a seguir, passando o parágrafo único a § 1º.

Art. 244

§ 1º

§ 2º No caso de proposição de iniciativa coletiva, a retirada será feita a requerimento de, no mínimo, metade mais um dos subscritores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Regimento Interno do Senado Federal admite, em tese, a autoria individual de proposição, abrindo apenas uma exceção para a proposição de comissão.

A Câmara dos Deputados acolhe em seu Regimento Interno duas modalidades de autoria coletiva, além da proposição de comissão. Trata-se da proposição de bancada e da proposição de parlamentares de vários partidos, cujo mecanismo de apresentação e de retirada já estão disciplinados.

A exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados, considero que o Senado também pode se beneficiar com a instituição da autoria de bancada e da autoria coletiva pluripartidária da forma como as apresento neste projeto de resolução.

A grande vantagem, para os partidos, da proposição de autoria partidária, ou de bancada, reside no fato de ela lhes assegurar uma oportunidade de marcar posição na Casa, sempre que o assunto a ser encaminhado, por sua relevância ou seu caráter controverso, assim o requerer. Para o eleitor, a autoria de bancada permite identificar de modo mais direto a forma como são tratados os compromissos partidários de seus representantes.

Assim como a autoria de bancada, a autoria pluripartidária tende a aumentar as condições de aprovação de uma proposição, pois o fato de contar com o apoio inicial de representantes de diversos partidos tende a constituir importante mecanismo de convencimento e de pressão durante o procedimento legislativo.

Na expectativa de poder contribuir para o aperfeiçoamento dos trabalhos deste Senado Federal, espero contar com o apoio dos Senhores Senadores para a proposição que ora subscrevo.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1999. – Senadora **Marina Silva**

LEGISLAÇÃO CITADA

Regimento Interno, Resolução nº 93, de 1970

Art. 243. Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário quando a Constituição ou este Regimento não exija, para a sua apresentação, número determinado de subscritores, não se considerando, neste último caso, assinaturas de apoio.

Art. 244. Ao signatário de proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da publicação.

Parágrafo único. Nos casos de proposição dependente de número mínimo de subscritores, se, com a retirada de assinatura, esse limite não for alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento do fato ao Plenário.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 1999

Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido da alínea I com a seguinte redação:

"Art. 38.

I – cinquenta por cento da programação das emissoras de rádio e televisão, em horário nobre, destinar-se-á à veiculação da cultura local e regional.

Parágrafo único. Entende-se como horário nobre aquele compreendido entre 6 e 18 horas para o rádio e entre 18 e 22 horas para a televisão."

Art. 2º As alíneas a dos arts. 59 e 63 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59.

a) multa variável de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais) atualizados na forma da legislação vigente;

....."

"Art. 63.

a) infração do art. 38, alíneas a, b, c, e g, h e i;

....."

Art. 3º As concessões anteriores à vigência da presente Lei deverão ser adaptadas aos termos desta no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de noventa dias de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os incisos I a IV do art. 221 da Constituição Federal estabelecem os princípios a serem seguidos na produção e na programação das emissoras de rádio e televisão, a saber:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção de cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Visamos, nesta proposta, estabelecer o percentual de 50% que as emissoras de rádio e de televisão serão obrigadas a cumprir na veiculação dos programas voltados para a cultura local e regional.

A facilidade sempre crescente da telecomunicação propiciou a criação de um circuito nacional de televisão, transformando as emissoras regionais em meras repetidoras daquelas sediadas nas capitais, especialmente Rio e São Paulo.

Só que, no afã de preservarem a qualquer custo a sua lucratividade, as redes de televisão, geradas a partir das grandes metrópoles, vêm destruindo com os costumes mais terra-a-terra, retirando dos seus espectadores a oportunidade de pensar a sua própria comunidade, hábitos e tradições; sufocando, de resto, toda e qualquer possibilidade de evolução daquelas práticas regionais que não contem com o beneplácito da mídia voraz.

Não se trata, evidentemente, de cair numa postura retrógrada de querer fechar completamente as comunidades brasileiras periféricas às influências advindas dos grandes centros nacionais e mesmo internacionais. Sabemos o quanto é saudável esse

intercâmbio e essa inter-relação, notadamente neste ano em que se comemoram os 200 Anos da Revolução Francesa que serviu para espalhar por todo o planeta os supremos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade.

Necessário se faz, no entanto, garantir um mínimo de defesa contra a completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares. Ainda mais quando facilmente se identifica, nas programações de televisão que nos são disponíveis, um predomínio dos interesses comerciais em detrimento dos valores culturais e humanísticos.

É nosso propósito, com a apresentação deste projeto, possibilitar o mais rápido possível o cumprimento da norma constitucional, e estou certo de que os nobres Congressistas emprestarão todo o apoio a esta iniciativa, de tão grandes e profundas repercussões na sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1999. – Senador **Antero Paes de Barros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

.....
.....
Art. 38 Nas concessões e autorizações para a execução de serviço de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas;

a) os diretores e gerentes serão brasileiros natos e os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no país permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Conselho de telecomunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, para estas últimas funções.

b) a modificação dos estatutos e atos constitutivos das empresa depende, para sua validade, de aprovação do Governo, ouvido previamente o Conselho Nacional de Telecomunicações.

c) transferência da concessão, a cessão de cotas de ações representativas do capital social, dependem, para sua validade, de autorização do Governo após o pronunciamento do Conselho Nacional de Telecomunicações.

O silêncio do poder concedente ao fim de 90 (noventa) dias contados da data da entrega do requerimento de transferência de ações ou cotas, implicará na autorização.

d) os serviços de informações, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes a radiodifusão, visando aos superiores interesses do país.

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos poderes da República, ficando reservadas 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei.

g) a mesma pessoa não poderá participar da direção de mais de uma concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de Diretor ou Gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.

.....
.....
Art. 59. As penas por infração desta lei são:

a) multa, até o valor de Cz\$10.000,00;

b) suspensão, até 30 (trinta) dias;

c) cassação;

d) detenção.

§ 1º nas infrações em que, a juízo do contel, não se justificar a aplicação de pena, o infrator será advertido, considerando-se a advertência como agravante na aplicação de penas por inobservância do mesmo ou de outro preceito desta lei.

§ 2º a pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente, com outras sanções especiais estatuídas nesta lei.

§ 3º o valor das multas será atualizado de 3 em 3 anos, de acordo com os níveis de correção monetária.

.....

 Art. 63 A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) infração dos artigos 38, alíneas **a, b, c, e, g, e h**; 53, 57, 71 e seus parágrafos;

b) infração à liberdade de manifestação do pensamento e de informação (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967);

c) quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido dentro do prazo estipulado, exigência que lhe tenha sido feita pelo Contel;

d) quando seja criada situação de perigo de vida;

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

f) execução de serviço para o qual não está autorizado.

Parágrafo único. No caso das letras **d, e e f** deste artigo, poderá ser determinada a interrupção do serviço pelo agente fiscalizador, **ad referendum** do Contel.

.....

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
 FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
 Art.221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

.....
 IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Os projetos lidos se não publicados e remetidos às Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 34 de 1999, lido anteriormente, ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 135, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, parágrafo 2º e 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, seja fornecido pelo Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, informações sobre a extinção das Delegacias Regionais do Ministério da Educação e Desporto, órgão que detinha a legítima representação regional dessa Pasta e que cumpria grande parte do princípio da descentralização enfatizada na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais.

Entendemos das dificuldades orçamentárias vividas pela União, entretanto, sendo o Ministério da Educação e Desporto órgão detentor da função de coordenação e articulação do Sistema Nacional de Educação, julgamos que as Delegacias seriam um dos **locus** mais indicados para multiplicar essas funções e colocar o Ministério mais próximo de cada realidade brasileira local.

Diante do ato de extinção das Delegacias Regionais do MEC nos estados, com exceção de Rio de Janeiro e São Paulo, é de nosso interesse tomar conhecimento e entender os critérios que motivaram tal decisão, inclusive a de manter apenas as das unidades federadas acima referidas. Para tanto, gostaríamos de obter os seguintes esclarecimentos:

– qual o montante que representava a despesa com as delegacias em termos de pessoal, compra e manutenção de equipamento, e espaço físico etc?

– quais programas, projetos e atividades vinham sendo desenvolvidos nos últimos cinco anos com assessoria direta das Delegacias?

– qual era a "dependência técnica" das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e a rede de escolas privadas, com relação a essa Delegacia?

– quais motivos concretos, sejam técnicos, políticos, financeiros ou similares, levaram a essa tomada de decisão de V. Exª extinguir as mencionadas Delegacias?

– quais as razões que subsidiaram a definição de resguardar as unidades do Rio de Janeiro e São Paulo?

Sem dúvida, é a nossa preocupação com uma oferta educacional de qualidade universalizada que nos leva a solicitar tais informações, no mais breve espaço de tempo, possível.

Na certeza de que V. Ex^a compartilha do nosso objetivo de uma educação de qualidade e com o espaço físico e dimensão pedagógica necessária para receber toda população brasileira, espero que, dentro da parcela de poder de gestão que lhe cabe, proporcione uma revisão dessa decisão, que no nosso entendimento traz no seu bôjo mais prejuízo ao processo educacional e à estrutura nacional da educação, do que a economia, no seu sentido mais abrangente, envolvendo os aspectos educacionais e financeiros.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1999. – Senadora **Marina Silva**, Líder do bloco de Oposição.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 136, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Temporária, composta de 11 Titulares e 7 suplentes, para, no prazo de noventa dias, realizar estudos e apresentar Proposta de Reforma Tributária.

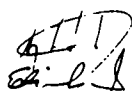
Justificação

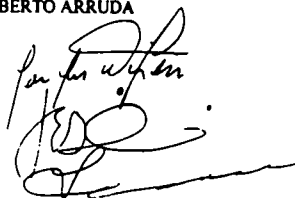
O Senado Federal é a Casa de Federação e não há Reforma Tributária sem pacto federativo. A maior contribuição que o Senado Federal pode dar à desejada estabilidade econômica é a discussão, em curto prazo, da Reforma Tributária.

Daí por que, em face da crise econômica internacional e de suas consequências para a economia brasileira, estamos propondo uma Comissão Especial Temporária, com fim específico.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1999.


Senador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**





O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, II, c, item 6, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Os Srs. Senadores Mauro Miranda e Paulo Hartung enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, no dia 5 de março próximo passado, realizou-se em Goiânia importante encontro municipalista, no qual tive a honra de estar presente como convidado e participante. O evento foi coroado de sucesso, tendo contado com a presença de cerca de 90 prefeitos de municípios goianos. Sucesso que pude testemunhar e que demonstra a vitalidade e dinamismo da administração pública municipal no Estado de Goiás.

O encontro intitulou-se "1º Seminário de Desenvolvimento Municipal" e teve o patrocínio da Associação Goiana de Municípios e da Caixa Econômica Federal. A Caixa tem se dedicado à questão da modernização da administração municipal no Brasil, e vários de seus técnicos deram palestras no Seminário.

O encontro concentrou-se em alguns poucos temas, de grande relevância e atualidade. O primeiro deles foi o da gestão ambiental e sua possível interface com a questão fiscal, sob o enfoque do chamado ICMS ecológico.

Seguiu-se um útil debate sobre a momentosa questão da previdência municipal. Efetivamente, a Caixa vem desenvolvendo um sistema de assessoria a municípios centrada nesse tema, com vistas a estruturar, implantar e administrar nos municípios sistemas próprios de previdência. Tal assessoria engloba a elaboração de diagnóstico, a estruturação de modelo de seguridade social e a administração dos ativos financeiros e do passivo previdenciário.

Outra questão importante tratada no encontro foi a da reestruturação e ajuste fiscal dos municípios. De fato, tornou-se matéria urgente, para muitos municípios, contar com programas sistemáticos de modernização da administração municipal, especialmente nas áreas tributária e financeira. E isso, naturalmente, é condição para uma melhor qualidade do gasto público, maior autonomia, com uso de re-

ceitas próprias, e um atendimento mais eficaz das funções sociais do governo municipal.

Sr. Presidente, é altamente meritório todo esforço de nossa sociedade, no sentido de aprimoramento da ação do Poder Público municipal, como o foi esse recente conclave municipalista goiano. É no município que vive o cidadão e o contribuinte. É lá que melhor se dá a interação democrática entre os desejos e necessidades da comunidade e a iniciativa, dinamismo e transparência do legítimo poder político a serviço do povo. O município, quando atinge eficácia administrativa e saúde fiscal, forma a base sólida e confiável da vida nacional.

Por conseguinte, estão de parabéns os organizadores do "1º Seminário de Desenvolvimento Municipal" de Goiás, e os numerosos prefeitos e administradores municipais que dele participaram. Foi uma alta satisfação, para mim, ter acompanhado o encontro. É com essas iniciativas construtivas que o País irá avançando e superando seus problemas e suas dificuldades.

Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao lado das reformas voltadas para a reestruturação competitiva da economia brasileira, a dimensão mais desafiante da agenda estrutural do país é a reconstrução do Estado de maneira a dotá-lo de funcionalidade nas novas condições econômicas do mundo e em ambiente democrático. Não chegaremos à estabilidade macroeconômica e ao fim da inflação sem avançar de maneira consistente nas tarefas dessa agenda.

Uma mudança estrutural é sempre algo que não se faz da noite para o dia, e que não se opera pela vontade de um único agente social. As estruturas da sociedade refletem a correlação de forças existente entre setores e classes sociais. Mexer com elas na democracia é sempre uma questão política que envolve perdas e ganhos, inércia e sempre muita resistência. Mudar estruturas é tão difícil para uma sociedade quanto seria emagrecer trinta quilos para um obeso ou construir uma casa para alguém de poucas posses.

O pressuposto básico para que as reformas possam ser empreendidas é a sustentação do ambiente de estabilidade macroeconômica. Há uma relação recorrente entre o sucesso do plano de estabilização no curto prazo e o enfrentamento da agenda estrutural. Se uma corrida de preços fizer voltar a su-

perinflação indexada de antes do Real não será viável qualquer mudança estrutural. Por outro lado se os agentes econômicos não identificarem avanços nas reformas a credibilidade do ambiente de estabilidade vai sendo corroída e a sustentação da moeda vai ficando cada vez mais difícil até que se inviabiliza.

A reforma do Estado não sairá do lugar se não tiver como referência a realidade objetiva dos mecanismos de poder que operam o dia a dia do setor público em nosso país. O processo decisório, o poder das diferentes esferas de governo assim como o padrão de financiamento das atividades do Estado devem ser repensados e novos procedimentos pactuados e implementados num processo iterativo contínuo e persistente. Não devemos pretender formular toda a reforma para depois tentar implantá-la. Simplesmente não daria certo!

A reforma do Estado é muito mais mudança de procedimentos do que de organograma. A partir de um enfoque de procedimento, mais prático que filosófico, mais político que ideológico quero abordar a questão do investimento público. Variável dinâmica em qualquer economia, o investimento público tem ficado esquecido, perdido e confundido com gasto e custeio, desorganizado no processo decisório de baixíssima qualidade dos orçamentos, das licitações e ordenações de despesas emburrecidas pela chorumela formalista de controles anacrônicos. Debater déficit público antes de investimento público é bem mais errado que colocar a carroça na frente dos bois.

Avançamos bastante com as privatizações. Não temos mais planos setoriais de siderurgia, petroquímica, fertilizantes etc. para tutelar investimentos nesses setores. A presença do Estado se dá pela ação do crédito ao setor privado, que programa seus investimentos com lógica microeconômica. A reestruturação também mexeu com as áreas de energia elétrica, telecomunicações e petróleo com as concessões e as agências. Foi aí que a agenda estrutural do país mais caminhou.

Organizar, priorizar e financiar adequadamente o investimento público da União, Estados e Municípios é objetivo de alto alcance e impacto na alocação dos escassos recursos de poupança do Estado. O programa Brasil em Ação é um exemplo positivo de que priorizando projetos estratégicos e gerenciando o desembolso num plano superior ao cipoal burocrático da disputa por recursos em

Brasília é possível concretizar ações fundamentais como a conclusão da Ferronorte e o Gasoduto Brasil/Bolívia que não saía do papel há quarenta anos.

Com a honrosa exceção do Brasil em Ação o orçamento de investimento da União é disperso e sua execução obedece a uma lógica política de baixa qualidade. A construção de prédios para abrigar órgãos federais, por exemplo, não deveria ser considerada mais importante do que a dragagem da baía de Vitória, a conservação de rodovias ou a expansão do aeroporto mas na prática é.

O mecanismo de transferência voluntárias da União para estados e municípios e dos estados para os municípios também precisa ser repensado. Resquício do sistema de fazer política do tempo do regime militar e símbolo do nosso federalismo capenga, os convênios irrigam de recursos públicos obras definidas e executadas sem sentido de prioridade ou responsabilidade alocativa. Sua utilização com objetivos políticos é característica do "aparelhamento" da administração pública e da preponderância de interesses privados onde eles não deveriam sequer estar presentes.

O principal instrumento de uma política de investimento correta é o crédito. Uma obra pública com vida útil de vinte, trinta anos não pode ser financiada pela receita corrente da mesma maneira que qualquer formação de capital fixo. Como se usou e abusou de endividamento para financiar despesas e obras muito acima do limite do razoável, o Governo Federal controla o acesso ao crédito impedindo as instituições financeiras de emprestar ao setor público. Hoje é mais fácil conseguir um recurso a fundo perdido que fazer uma operação de crédito.

Os estados e os municípios que conquistaram equilíbrio financeiro e capacidade de investimento com recursos próprios que são, portanto, capazes de bancar contrapartidas para empréstimos, devem ter acesso a crédito de longo prazo para viabilizar o investimento. O acesso a crédito deveria ser utilizado como estímulo para que o equilíbrio financeiro seja alcançado por todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – A Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

REQUERIMENTO Nº 106, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 106, de 1999, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 63, 97 e 159, de 1999, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas.

– 2 –

REQUERIMENTO Nº 79, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 79, de 1999, do Senador Osmar Dias, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 97, de 1999, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas.

– 3 –

REQUERIMENTO Nº 94, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 94, de 1999, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1996 (nº 1.727/91, na Casa de origem), que institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)

(OS 11814/99)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO
FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

**05/04/99
Segunda-feira**

-
- 12:00 - Reunião da Mesa Diretora**
- 14:30 - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal**
- 15:00 - Comitiva de Senadores Americanos**
- 17:30 - Senhor Horacio Berlinck Neto**

EMENDAS

**EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.789-3, ADOTADA EM 25 DE
MARÇO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E
ANO, QUE "DISPÕE SOBRE AS RELAÇÕES FINANCEIRAS
ENTRE A UNIÃO E O BANCO CENTRAL DO BRASIL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CONGRESSISTA	EMENDAS NUMEROS
DEPUTADO BABÁ	001, 002.

TOTAL DE EMENDAS: 02

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.789-3

MP-1.789-3

EMENDA ADITIVA

000001

Inclua-se o seguinte parágrafo 4º ao art. 3º:

“ Art. 3º

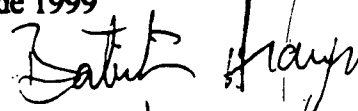
§ 4º Caso o resultado efetivamente apurado no Balanço Patrimonial do Banco Central for inferior, em mais de 50% (cinquenta por cento), ao valor previsto na Lei de Orçamento Anual, deverá o Presidente do Banco Central do Brasil comparecer à Comissão Mista de Planos e Orçamento do Congresso Nacional, a fim de expor os motivos que levaram à redução do resultado do Banco Central no exercício.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória esclarece um dos pontos nebulosos da relação Tesouro/Bacen, ao definir que o resultado negativo da autarquia será considerado obrigação da União para com o Bacen, devendo ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço anual da instituição. Esse aspecto reforça a relação existente entre a competência do Bacen de conduzir a política monetária e cambial e a atribuição do Tesouro de zelar por um resultado fiscal adequado. Os custos de uma política monetária ou cambial onerosa, necessariamente comprometem as metas para o déficit público, podendo, mesmo, prejudicar o financiamento do custeio e do investimento públicos.

Por isso, dado o impacto das contas do Bacen sobre o orçamento da União, é importante que o projeto de lei orçamentária anual, contemple uma previsão realista para o resultado do Bacen no exercício, bem como estabeleça instrumentos que garantam o comprometimento dos dirigentes da autarquia com a meta traçada, de forma a evitar abusos. Assim, apresentamos a presente emenda, estabelecendo que, se o resultado do Bacen previsto para o exercício não se concretizar, revelando um saldo negativo superior ao esperado, será realizada audiência pública em que o Presidente do Bacen exponha de forma circunstanciada os motivos que levaram à modificação do resultado da instituição.

Sala das Sessões, 29 de março de 1999


BABA
DT/PA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.789-3

EMENDA MODIFICATIVA

MP-1.789-3

000002

O art. 10 passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 10 Para pagamento dos valores a que se referem os arts. 3º, inciso II, 5º, e 8º, § 1º, serão emitidos títulos da dívida pública mobiliária federal interna, com as seguintes características:

I - prazo: no mínimo 10 (dez) anos;

II - remuneração: juros de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor nominal, atualizado pela TR, e pagos semestralmente;

III - modalidade: escritural e nominativo endossável.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória define o resultado negativo do Banco Central como uma obrigação da União para com a autarquia, devendo ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço anual da instituição. Além disso, determina o pagamento, pela União, do saldo da rubrica “Resultado a Compensar” e das participações em organismos internacionais. Tais medidas produzem um impacto financeiro significativo, da ordem de R\$ 13 bilhões, a serem pagos com títulos do Tesouro, resgatáveis em 24 parcelas mensais.

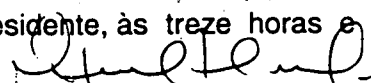
O Governo ressalta que isso não tem impacto no déficit público, porque o cálculo das Necessidades de Financiamento do Setor Público consolida o Governo Federal, Bacen e Previdência Social. Entretanto, o que deve ser alertado é que transferências do Tesouro para o Bacen são despesas que reduzem as disponibilidades para custeio e investimentos públicos, afetando a capacidade do governo de cumprir com as demandas essenciais da população.

Diante disso, faz-se necessário reformular o texto do dispositivo acima, buscando, acima de tudo, resguardar, minimamente, a situação financeira do erário, já fortemente deteriorada pelo crescente déficit operacional. A presente emenda amplia o prazo dos títulos emitidos, porém estabelece critérios de remuneração adequados, com base nos procedimentos usualmente adotados para débitos daquela natureza.

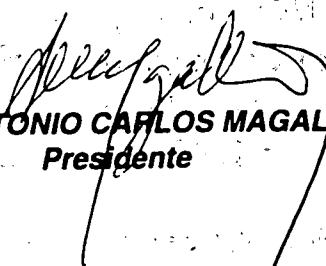
Sala das Sessões, 29 de março de 1999

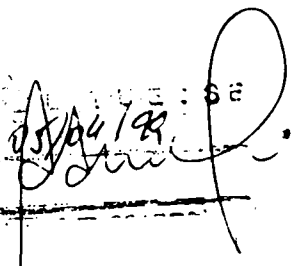
 Batail
BABA
PT/PA

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 1999**

Às doze horas do dia cinco de abril de hum mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: *Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente; Ademir Andrade, Segundo Vice-Presidente; Ronaldo Cunha Lima, Primeiro-Secretário e Nabor Júnior, Terceiro-Secretário.* Iniciados os trabalhos passaram ao exame dos itens da pauta desta reunião: *Item 1 – Processo nº 014228/98-0 – Prestação de Contas do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, relativa ao terceiro trimestre de 1998. Aprovado. Item 2 – Processo nº 000310/98-0 – Prestação de Contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, relativa ao segundo semestre de 1998. Aprovado. Item 3 – O Senhor Primeiro-Secretário encaminha à Comissão Diretora, solicitação do Senador Mozarildo Cavalcanti, requerendo uma sala de apoio ao seu gabinete no Anexo I. Após discutir o assunto, a Comissão Diretora decidiu proibir a utilização dos espaços físicos do Edifício Anexo I pelos gabinetes parlamentares os quais ocuparão tão-somente os gabinetes de que trata o Ato nº 10, de 1998, do Primeiro-Secretário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às treze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.*

Sala da Comissão Diretora, 5 de abril de 1999.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente


Em 05/04/99
Agaciel da Silva Maia

ATOS DO PRESIDENTE

PUBL. C. S. E.

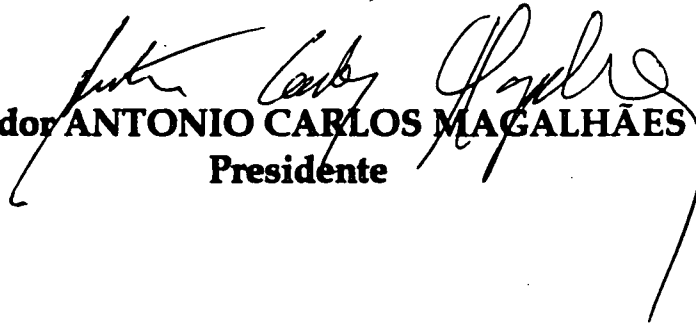
Em 5/4/99

Patrícia Frick Brügger
Chefe-Gabinete
Diretor Geral**ATO DO PRESIDENTE****Nº 79, DE 1999**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regimentais, e de acordo com o que consta do processo SF no. 003.777/99-5,

RESOLVE conceder aposentadoria, nos termos do artigo 1º, § 6º, item I, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, ao Ex-Senador **ELCIO ALVARES**, com proventos correspondentes a 39% (trinta e nove por cento) do Subsídio Parlamentar, de acordo com os artigos 31, inciso I, alínea "a", 34, 35, parágrafo único e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.



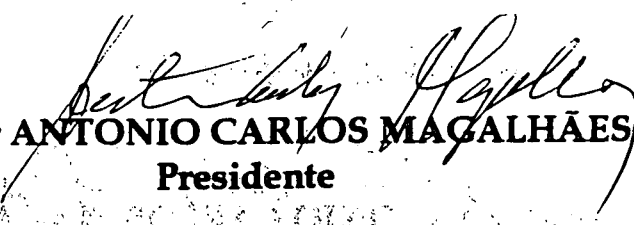
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

PUBLIQUE-SE
Em 5 / 4 / 99*Patrícia Gräf Brügger*
Chefe-Gabinete
Diretora Geral**ATO DO PRESIDENTE**
Nº 80, DE 1999

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regimentais, e de acordo com o que consta do processo SF no. 001.267/99-0,

RESOLVE conceder aposentadoria, nos termos do 1º, § 6º, item I, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, ao Ex-Senador **JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA**, com proventos correspondentes a 26% (vinte e seis por cento) do Subsídio Parlamentar, de acordo com os artigos 31, inciso I, alínea "a", 34, 35, parágrafo único e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999

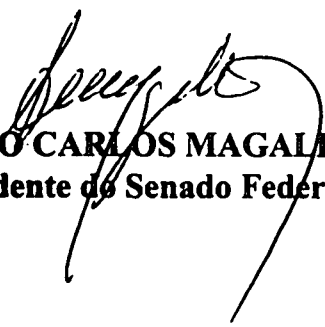

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 81, DE 1999

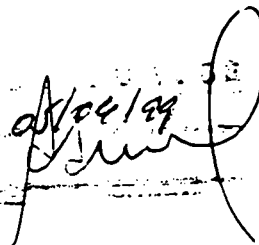
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997,

RESOLVE dispensar, a pedido, o Servidor **NERIONE NUNES CARDOSO JÚNIOR**, da Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Informações, símbolo FC-8, com efeitos financeiros a partir de 5 de abril de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.



ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal



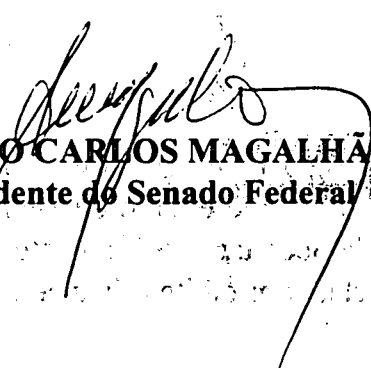
05/04/99

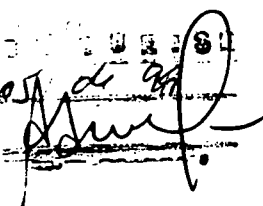
ATO DO PRESIDENTE
Nº 82, DE 1999

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997,

RESOLVE designar o Servidor **JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI**, para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Informações, símbolo FC-8, com efeitos financeiros a partir de 5 de abril de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Em 05 de 99


ATOS DO DIRETOR-GERAL

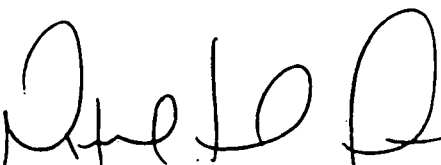
Publique-se em 26/04/99
José Maria de Almeida Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1.196, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 5777/99-2,

RESOLVE designar o servidor PEDRO ROCHA FORTES, matrícula 3736, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

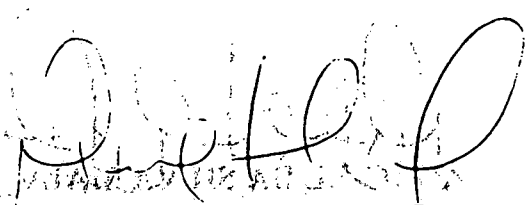
05/04/99
Assinatura
Diretor-Geral do Senado Federal - SSAPES

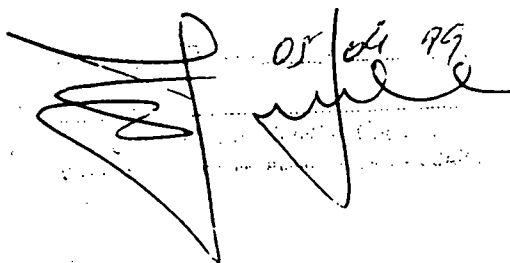
ATO DO DIRETOR-GERAL N.º 1.197, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor OLIER GARCIA DE ALMEIDA, matrícula 3841, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, com efeitos financeiros a partir de 26 de março de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

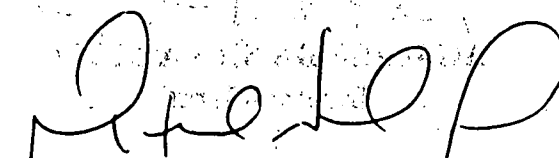


ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1.198, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **ELIZABETE VEIL DA COSTA**, matrícula 1757, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999, e lotá-la na Secretaria Administrativa a partir da mesma data.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

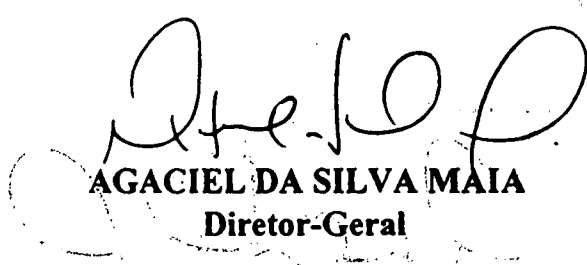
Publicado em 05/04/99

Rafael Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1.199, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor EYMARD DE ALMEIDA MOUSINHO, matrícula 1068, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1999, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

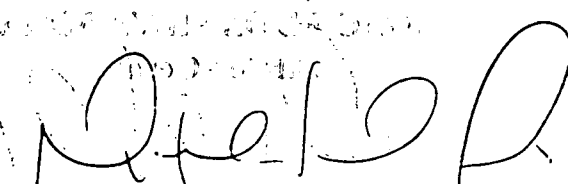
Publicado em 05/04/99

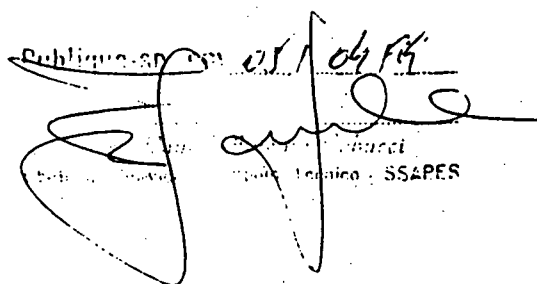
Jesse Antonio Barbosa Lebrão
Chefe de Serviço de Apoio Técnico - SSAPTS**ATO DO DIRETOR-GERAL**
N.º 1.200, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 536/99, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 1845, de 08/02/1999, que nomeou **MARCOS ANTONIO VASCONCELOS GOMES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

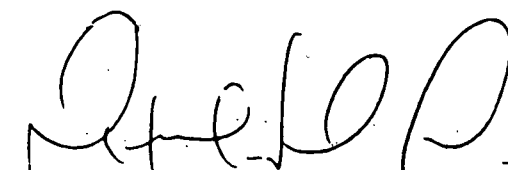
Publicado em 05/04/99

SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1.201, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005800/99-4,

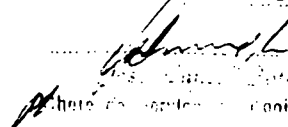
RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **RENATA SANCHES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Roberto Arruda.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicado em

05/04/99

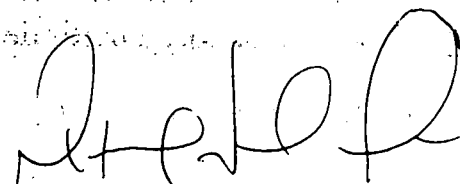

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal - SSAPE3

ATO DO DIRETOR-GERAL N.º 1.202, DE 1999

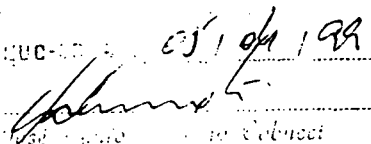
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;
RESOLVE:

Dispensar a servidora **SIRLEY CONDE DE FIGUEIREDO CIMA**, matrícula nº 205, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Assistente do Diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, a partir de 1º de abril de 1999, por motivo de aposentadoria.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicado em 05/04/99


M. [illegible] [illegible]
[illegible] do Serviço de [illegible] Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1.204, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **LUIZ EDUARDO DA SILVA TOSTES**, matr. 479, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, símbolo FC-7, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1999.

Senado Federal, 5 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal: 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal: 3498)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal: 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal: 3529)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal: 3519)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTS. 72 e 77 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: BELLO PARGA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 26 Integrantes			
FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467	1- GERSON CAMATA	ES - 3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS - 1207/1607	2- PEDRO SIMON	RS - 3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG - 4018/4621	3- ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065	4- ALBERTO SILVA	PI - 3055/3057
MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150	5 - MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM - 3104/3106	6-MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097
RAMEZ TEBET	MS - 2221/2227	7-WELLINGTON ROBERTO	PB - 3194/3195
NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346	8- AMIR LANDO	RO - 3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297	9- JOÃO ALBERTO SOUZA	MA - 4073/4074
PFL - 21 Integrantes			
JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206	1- JOSÉ AGRIPINO	RN - 2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG - 2411/2417	2- JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246
EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317	3- ROMEU TUMA	SP - 2051/2057
BELLO PARGA	MA - 3069/3072	4- BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2272	5- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO - 4070/4072
FREITAS NETO	PI - 2131/2137	6- GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
PAULO SOUTO	BA - 3173/3175	7- MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163
PSDB - 16 Integrantes			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF - 2011/2017	1- CARLOS WILSON	PE - 2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348	2- SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287
LÚDIO COELHO	MS - 2381/2387	3- LUIZ PONTES	CE - 3242/3243
PAULO HARTUNG	ES - 1129/7020	4- LÚCIO ALCÂNTARA	CE - 2111/2117
PEDRO PIVA	SP - 2351/2355	5- OSMAR DIAS	PR - 2121/2137
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/3215	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/2347	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/2397	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE - 2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ - 4229/4230	4- MARINA SILVA - PT	AC - 2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM - 2061/2067	5- HELOISA HELENA - PT	AL - 3197/3199
PPB - 3 Integrantes			
LUIZ OTÁVIO	PA - 3050/4393	ERNANDES AMORIM	RO - 2255/2257

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344
E-MAIL:dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**(ARTS. 72 e 77 - RISF)****PRESIDENTE: OSMAR DIAS****VICE-PRESIDENTE: HELOÍSA HELENA****(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB - 26 Integrantes			
CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297	1- DJALMA FALCÃO	AL - 2261/2267
GILVAM BORGES	AP - 2151/2157	2- JOSÉ SARNEY	AP - 3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG - 4018/4621	3- MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065	4- VAGO	
MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150	5- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062	6- VAGO	
VAGO		7- VAGO	
VAGO		8- VAGO	
VAGO		9- VAGO	
PFL - 21 Integrantes			
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2277	1- EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317
BELLO PARGA	MA - 3069/3072	2- FREITAS NETO	PI - 2131/2137
DJALMA BESSA	BA - 2211/2217	3- BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047	4- PAULO SOUTO	BA - 3173/3175
MOREIRA MENDES	RO - 2231/2237	5- JOSÉ AGRIPINO	RN - 2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE - 4055/4057	6- JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO - 4070/4072	7- JUCÊNCIO DA FONSECA	MS - 1128/1228
MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163	8- VAGO	
PSDB - 16 Integrantes			
ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348	1- ARTUR DA TÁVOLA	RJ - 2431/2437
LUIZ PONTES	CE - 3242/3243	2- LUZIA TOLEDO	ES - 2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE - 2301/2307	3- PEDRO PIVA	SP - 2351/2353
OSMAR DIAS	PR - 2121/2125	4- JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF - 2011/2017
PAULO HARTUNG -	ES - 1129/7020	5- TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL - 4093/4096
SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287	6- ÁLVARO DIAS	PR - 3206/3207
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes			
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS - 2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP - 2241/2247	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE - 2161/2164
HELOISA HELENA - PT	AL - 3197/3199	4- JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE - 2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC - 3038/3493	5- JEFFERSON PERES - PDT	AM - 2061/2067
PPB - 3 Integrantes			
LEOMAR QUINTANILHA	TO - 2071/2077	1- ERNANDES AMORIM	RO - 2251/2257

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A. CRUZ****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515****SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359****FAX: 311-3652****E-MAIL= jrac@senado.gov.br****(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6****Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.**

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(ARTS. 72 e 77 - RISF)

PRESIDENTE: JOSÉ AGRIPIÑO

VICE-PRESIDENTE: RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 26 Integrantes

AMIR LANDO	RO - 3130/3132	1- CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL - 2261/2267	2- FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467
IRIS REZENDE	GO - 2032/2039	3- GILVAM BORGES	AP - 2151/2157
JADER BARBALHO	PA - 2441/2447	4- LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS - 1207/1607	5- NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346
PEDRO SIMON	RS - 3230/3232	6- VAGO	
RAMEZ TEBET	MS - 2221/2227	7- VAGO	
ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407	8- VAGO	

PFL - 21 Integrantes

BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087	1- MOREIRA MENDES	RO - 2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN - 2361/2367	2- DJALMA BESSA	BA - 2351/2317
EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317	3- BELLO PARGA	MA - 3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG - 2411/2417	4- JUVÊNCIO DA FONSECA	MS - 1128
ROMEU TUMA	SP - 2051/2057	5- JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE - 4055/4057	6- MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163

PSDB - 16 Integrantes

ALVARO DIAS	PR - 3206/3207	1- ARTUR DA TÁVOLA	RJ - 2431/2437
CARLOS WILSON	PE - 2451/2457	2- PEDRO PIVA	SP - 2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE - 2301/2307	3- LUIZ PONTES	CE - 3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES - 2022/2024	4- ROMERO JUCÁ	RR - 2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287	5- TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL - 4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE - 2201/2204	1-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE - 2161/2167	2-MARINA SILVA - PT	AC- 2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE - 2391/2397	3-HELOISA HELENA - PT	AL - 3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM - 2061/2067	4- EDUARDO SUPPLY - PT	SP - 3215/3217

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541

FAX: 311-4315

E-MAIL= veranunes@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(ARTS. 72 e 77 - RISF)

PRESIDENTE: FREITAS NETO - PFL
VICE-PRESIDENTE: LUZIA TOLEDO - PSDB
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB - 26 Integrantes			
AMIR LANDO	RO - 3130/3132	1- MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467	2- NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346
GERSON CAMATA	ES - 3203/3204	3- RAMEZ TEBET	MS - 2221/2227
IRIS REZENDE	GO - 2032/2039	4- VAGO	
JOSÉ SARNEY	AP - 3430/3431	5- VAGO	
PEDRO SIMON	RS - 3230/3232	6- VAGO	
ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407	7- VAGO	
VAGO		8- VAGO	
VAGO		9- VAGO	
PFL - 21 Integrantes			
HUGO NAPOLEÃO	PI - 3085/3087	1- GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
FREITAS NETO	PI - 2131/2137	2- FRANCELINO PEREIRA	MG - 2214/2217
DJALMA BESSA	BA - 2211/2217	3- JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2277
JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246	4- MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206	5- ROMEU TUMA	SP - 2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO - 4070/4072	6- EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS - 1128/1228	7- MARIA DO CARMO ALVES	SE - 4055/4057
PSDB - 16 Integrantes			
ÁLVARO DIAS	PR - 3206/3207	1- CARLOS WILSON	PE - 2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ - 2431/2437	2- OSMAR DIAS	PR - 2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES - 2022/2024	3- PAULO HARTUNG	ES - 1129/7020
ROMERO JUCÁ	RO - 2111/2117	4- LÚDIO COELHO	MS - 2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL - 4093/4095	5- ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes			
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP - 2241/2247	1- GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ - 2117/2177
HELOISA HELENA - PT	AL - 3197/3199	2- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE - 2201/2207
EMILIA FERNANDES - PDT	RS - 2331/2337	3- LAURO CAMPOS - PT	DF - 2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ - 4229/4230	4- TIÃO VIANA - PT	AC - 3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC - 2181/2187	5- JEFFERSON PERES - PDT	AM - 2061/2067
PPB - 3 Integrantes			
LUÍZ OTÁVIO	PA - 3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	TO - 2071/2077

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5^ªs feiras às 14:00 hs.

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(ARTS. 72 e 77 - RISF)

PRESIDENTE: JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB - 26 Integrantes			
GILBERTO MESTRINHO	AM - 3104/3106	1- FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467
JADER BARBALHO	PA - 2441/2447	2- GERSON CAMATA	ES - 3203/3204
JOÃO ALBERTO	MA - 4073/4074	3- LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP - 3430/3431	4- MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150
MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097	5- MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062
VAGO		6- VAGO	
VAGO		7- VAGO	
PFL - 21 Integrantes			
BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087	1- HUGO NAPOLEÃO	PI - 3085/3087
ROMEU TUMA	SP - 2051/2057	2- JOSÉ AGRIPINO	RN - 2361/2367
JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246	3- DJALMA BESSA	BA - 2211/2217
MOREIRA MENDES	RO - 2231/2237	4- GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163	5- PAULO SOUTO	BA - 3173/3175
PSDB - 16 Integrantes			
ARTUR DA TÁVOLA	RJ - 2431/2437	1- LÚCIO ALCÂNTARA	CE - 2301/2307
CARLOS WILSON	PE - 2451/2457	2- JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF - 2011/2017
LÚDIO COELHO	MS - 2381/2387	3- ROMERO JUCÁ	RR - 2111/2117
PEDRO PIVA	SP - 2351/2353	4- SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes			
LAURO CAMPOS - PT	DF - 2341/2347	1- SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP - 2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP - 3215/3217	2- ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ - 4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC - 3038/3493	3- EMILIA FERNANDES - PDT	RS - 2331/2337

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/4777

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSIA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 17/03/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(ARTS. 72 e 77 - RISF)

PRESIDENTE: EMILIA FERNANDES

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB - 26 Integrantes			
ALBERTO SILVA	PI - 3055/3057	1- CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297
GERSON CAMATA	ES - 3203/3204	2- IRIS REZENDE	GO - 2032/2039
MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062	3- JOSÉ SARNEY	AP - 3430/3431
MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097	4- RAMEZ TEBET	MS - 2221/2227
VAGO		5- ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407
VAGO		6- VAGO	
VAGO		7- VAGO	
VAGO		8- VAGO	
PFL - 21 Integrantes			
JOSÉ AGRIPIÑO	RN - 2361/2367	1- JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2277
PAULO SOUTO	BA - 3173/3175	2- JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163	3- HUGO NAPOLEÃO	PI - 3085/3087
JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246	4- MARIA DO CARMO ALVES	SE - 4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS - 1128/1228	5- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO - 4070/4072
ARLINDO PORTO-PTB (Cessão)	MG - 2321/2327	6- FREITAS NETO	PI - 2131/2137
PSDB - 16 Integrantes			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF - 2011/2017	1- ÁLVARO DIAS	PR - 3206/3207
LUIZ PONTES	CE - 3242/3243	2- ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348
OSMAR DIAS	PR - 2121/2125	3- LÚDIO COELHO	MS - 2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR - 2111/2117	4- LUZIA TOLEDO	ES - 2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL - 4093/4096	5- PAULO HARTUNG	ES - 1129/7020
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes			
ANTONIO C. VALADARES-PSB	SE - 2201/2207	1- EDUARDO SUPLICY - PT	RS - 3215/3217
EMILIA FERNANDES	RS - 2331/2337	2- TIÃO VIANA - PT	AC - 3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ - 2171/2177	3- JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE - 2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE - 2161/2164	4- ROBERTO SATURNINO-PSB	RJ - 4229/4230

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**(ARTS. 72 e 77 - RISF)****(Resolução nº 46, de 1993)****PRESIDENTE: ROMERO JUCÁ****VICE-PRESIDENTE: ROMEU TUMA****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs**

PMDB - 26 Integrantes			
ALBERTO SILVA	PI - 3055/3057	1- GILVAM BORGES	AP - 2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL - 2261/2267	2- IRIS REZENDE	GO - 2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA - 4073/4074	3- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062		
NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346		
WELINGTON ROBERTO	PB - 3194/3195		
PFL - 21 Integrantes			
HUGO NAPOLEÃO	PI - 3085/3087	1- BELLO PARGA	MA - 3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047	2- FRANCELINO PEREIRA	MG - 2411/2417
ROME U TUMA	SP - 2051/2057		
MOREIRA MENDES	RO - 2231/2237		
VAGA CEDIDA AO PPB			
PSDB - 16 Integrantes			
CARLOS WILSON	PE - 2451/2457	1- PEDRO PIVA	SP - 2351/2353
LUIZ PONTES	CE - 3242/3243	2- SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR - 2111/2117		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) - 14 Integrantes			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP - 3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ - 2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE - 2391/2397	2- ROBERTO SATURNINO-PSB	RJ - 4229/4230
JEFFERSON PERES - PDT	AM - 2061/2067		

REUNIÕES:**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519****SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****FAX: 311-1060**

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES	SUPLENTEs
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - VAGO
	2 - VAGO
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
VAGO	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTEs
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELso RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS